

Índice

Agradecimentos	2
Resumo.....	3
Abstract.....	4
Introdução.....	5
Objectivo e problemática da tese.....	6
Metodologia.....	7
Estrutura e Organização.....	9
Capítulo I.....	10
Media, Jornalismo e Guerra.....	10
A guerra: nocões clássicas e perspectivas contemporâneas.....	10
Guerra e comunicação.....	19
Capítulo II	33
O Jornalismo Incorporado.....	33
Definição do conceito "Incorporado".....	33
Relação entre jornalistas e militares.....	41
Estudos sobre a cobertura noticiosa de jornalistas incorporados.....	43
Capítulo III	48
Os Jornalistas Portugueses e a Experiência de Incorporação.....	48
Jornalistas portugueses, cenários de guerra, modos de incorporação.....	48
Percepções sobre a segurança, os laços entre os jornalistas e a influência na notícia.....	65
Conclusão.....	91
Referências Bibliográficas:.....	93
Anexos.....	98

Agradecimentos

Depois de vários meses de trabalho seria ingrato seguir em frente sem deixar uma palavra de agradecimento aos que contribuíram para que esta investigação chegasse ao fim. Aqui fica um sincero muito obrigado:

Aos meus pais e irmãos pela paciência e motivação. Sem eles, teria sido impossível chegar até aqui;

Aos meus amigos que estiveram, cada um a seu jeito e disponibilidade, sempre presentes;

Um obrigado especial a todos os amigos que comigo partilharam, durante três anos, a vida académica e de aprendizagem na Universidade da Beira Interior, na Covilhã;

À Ana Duarte, eterna companheira neste trabalho, no Jornalismo e na vida;

À Filomena Borges por estes dois anos de amizade e companheirismo e a todos os colegas de mestrado com quem convivi na Escola Superior de Comunicação Social.

A todos os jornalistas entrevistados: Patrícia Fonseca, João Pina, Micael Pereira, João Almeida, Aurélio Faria, Henrique Botequilha, Emídio Fernando, Rui Araújo, Paulo Moura, Adelino Gomes, Tiago Petinga, José Manuel Rosendo, Paulo Nunes dos Santos, Cândida Pinto, Carlos Santos pereira e Luís Castro. Muito obrigado pela disponibilidade e ajuda.

Ao professor Paulo Moura pela ajuda e partilha de todo o seu conhecimento na área em estudo;

E, como os últimos são sempre os primeiros, um muito obrigado ao professor e orientador desta dissertação José Luís Garcia, pela disponibilidade, pelo companheirismo, pelo acompanhamento contínuo na elaboração deste trabalho. Muito obrigado pela partilha, ao longo de todos estes meses, do seu conhecimento e experiência.

Resumo

O presente trabalho tem como objectivo o estudo da experiência de incorporação em unidades militares por parte de jornalistas portugueses. Este tipo de cobertura jornalística de conflitos bélicos é conhecido pelo termo anglo-saxónico *embedded*. Tal noção surgiu no quadro dos preparativos da Guerra dos Estados Unidos da América ao Iraque, em 2003, e é considerada uma nova prática jornalística em situações de conflito bélico. Implementado pelo Pentágono, o termo *embedded*, traduzido para fins desta investigação como “incorporado”, diz respeito aos jornalistas e outros profissionais dos *media* que, vinculados a unidades de guerra, têm acesso à linha da frente do campo de batalha.

Esta investigação pretendeu fazer um levantamento dos jornalistas portugueses envolvidos em situações bélicas num quadro de incorporação, estudar o seu perfil jornalístico e perceber qual a sua percepção da guerra nessas circunstâncias. Uma vez que não houve um número significativo de profissionais portugueses a estar oficialmente incorporado com unidades militares americanas, para fins desta pesquisa irá ser adoptada uma definição de *embedded* mais ampla.

Palavras-chave

Jornalismo; Incorporação; Jornalistas; Guerra; Portugal, Conflito; Pentágono; Guerra do Iraque.

Abstract

This work studies the experience of embedding with military units by portuguese journalists. This type of coverage of wars is known by the Anglo Saxon term embedded. This notion arose in the context of preparations for the War of the United States to Iraq in 2003, and is considered a new journalistic practice in war situations. Implemented by the Pentagon, the term embedded, translated for the purposes of this research as "embedded" with regard to journalists and other media professionals who, tied to military units, have access to the front line of the battlefield.

This research aimed to survey the portuguese journalists engaged in warlike situations within a framework of incorporation, sought to study their journalistic profile quail and realize their perception of war in these circumstances. Since there were a significant number of portuguese professionals to be officially embedded with U.S. military units for the purposes of this study will be embedded adopt a broader definition.

Keywords

Journalism; *Embedded*; Journalists; War; Portugal; Conflict; Pentagon; Iraq War.

Introdução

No contexto global do século XIX, o jornalismo de guerra assumiu uma importância fundamental. A cobertura das guerras despiu-as da auréola de epopeia, evidenciou o sofrimento e a dor, provocou consequências políticas e militares e intensificou, em certos momentos, a censura ao jornalismo, mas também suscitou o interesse dos leitores e fez aumentar as vendas.

(SOUSA *in* SOUSA, 2008: 45)

A reportagem de guerra como género jornalístico tem sido objecto de estudo nos últimos anos por se considerar ter algumas especificidades e limitações não comuns a outros géneros jornalísticos. No seu estudo, Oliver Boyd Barrett (BARRET *apud* ALLAN & ZELIZER, 2004) afirma que este tipo de reportagem tem, nos últimos cinquenta anos, deixado o público mal servido e desinformado, estando os jornalistas a falhar a quase todos os níveis. O autor cita o “modelo de propaganda” de Herman e Chomsky (1988) para demonstrar que tal género jornalístico continua a servir acções de propaganda. Para Barret, a falta com a verdade verificada no jornalismo de guerra prende-se com o facto de em primeiro lugar se servirem os interesses do governo. Também Keeble (KEEBLE *apud* ALLAN & ZELIZER, 2004) dá nota negativa ao trabalho que os *media* têm desenvolvido através daquele género jornalístico. Expressando-se sobre o conflito do Iraque, o autor afirma que o em 2003 ocorreu um mito de guerra heróico, produzido pelo “hiper militarismo” nos EUA e Reino Unido, com a ajuda dos *media*, uma ideia já formulada já de alguma maneira avançada por Jean Baudrillard em relação à Guerra do Golfo, em 1991. O pano de fundo destas circunstâncias é a revolução tecnológica, comercial e cultural de grandes proporções que está a alterar o universo dos *media*, assim como as condições de produção e consumo da informação (2005:297). Em particular, a preocupação com as audiências e os efeitos da globalização estão a pôr em causa o papel tradicional da informação nas sociedades democráticas ocidentais.

Perante estas mudanças, torna-se importante estudar e perceber quais os parâmetros que tem delimitado a reportagem de guerra em Portugal. A actual crise económica faz com que também nos *media* surja justificada uma lógica imperativa e cega de contenção de gastos. O levantamento dos principais enviados para cobrir guerras/zonas de conflito, a verificação das condições em que estes profissionais são conduzidos e para que zonas do globo, e o estudo da recorrência de implicação de profissionais em situação de *embedded* podem permitir chegara algumas ideias sobre a cobertura noticiosa de zonas de conflito/ guerra que se tem feito nos últimos anos.

Objectivo e problemática da tese

Esta tese intitulada, “O jornalismo português “incorporado”: circunstâncias, experiências e percepções”, propõe-se abordar a cobertura mediática de vários conflitos armados levada a cabo por jornalistas portugueses em situação de *embedded*. Tem como principal objectivo o mapeamento das experiências de incorporação de jornalistas portugueses e de estudo de algumas dessas experiências à luz das percepções que os jornalistas nelas envolvidas têm. O problema de fundo desses objectivos é a possível influência do processo de incorporação na criação da notícia de guerra.

O termo *embedded*, traduzido para fins deste trabalho como “incorporado”, foi implementado pelo Pentágono na Guerra do Iraque, em 2003, e diz respeito aos jornalistas e outros profissionais dos *media* que envolvidos em unidades militares, neste caso americanas, têm acesso à linha da frente do campo de batalha. No entanto, este conceito não reuniu consenso no universo mediático principalmente por dois motivos: o primeiro diz respeito às regras explícitas que lhe estão associadas; e o segundo prende-se com o facto de ser considerado um processo estratégico criado pelo governo norte-americano para controlar a informação. Vale a pena referir desde já que, neste trabalho iremos apoiar-nos no conceito de *guerra* de Carl Von Clausewitz. Para este autor, “a guerra é um duelo em grande escala, onde cada uma das partes tenta através da força física, obrigar o outro a fazer a sua vontade, tendo como objectivo principal derrubar o seu inimigo, deixando-o impotente”. Nesta linha de pensamento, a distinção entre

guerra e conflito situa-se na existência ou não do voluntário recurso á violência, assim como a sua intensidade.

Uma vez que não houve um número significativo de profissionais portugueses a estar oficialmente incorporado em unidades militares americanas, para fins desta pesquisa irá ser adoptada uma definição de *embedded* mais abrangente. Entende-se assim como jornalista/fotógrafo/repórter de imagem incorporado aquele profissional que se tenha deslocado para um qualquer conflito armado junto de uma unidade militar ou de uma organização não-governamental, não fazendo uso dos seus próprios meios ou tendo que utilizar parte da logística da unidade militar, ficando sujeito às condições e constrangimentos que esta situação acarreta. Serão ainda consideradas para a análise todas as guerras/situações de conflito onde estiveram presentes meios de comunicação social portugueses e tenham participado profissionais nestas condições, mesmo antes da Guerra do Iraque. Escolhemos esta opção por considerarmos que a situação de *embedded* sempre existiu de algum modo ainda que não fosse cunhada dessa forma.

Ao longo da investigação pretendeu-se encontrar resposta para três grandes interrogações: Quais foram os principais jornalistas e os meios de comunicação envolvidos nos contextos de guerra em Portugal? Que reflexões/análises têm esses jornalistas sobre a guerra numa situação de incorporação? Que percepção têm os jornalistas que experimentaram uma situação de incorporação relativamente à influência do processo na construção da notícia de guerra?

Metodologia

Para responder aos objectivos propostos, a metodologia que se revelou mais adequada foi a abordagem intensiva com base na entrevista qualitativa. Considerado um dos mais valiosos métodos de recolha de dados, a entrevista define-se como uma “conversa: a) provocada explicitamente pelo entrevistador; b) dirigida a pessoas seleccionadas com base num plano de investigação, isto é, com base em determinadas características (pertença a certa categoria social, a um dado grupo, com certas experiências, etc.); c) com uma finalidade de tipo cognoscitivo; d) guiada pelo entrevistador; e) assente num esquema flexível de interrogação” (MOREIRA,

2007:204). Na sua obra, publicada em 1924, Bingham e Moore resumem a entrevista como “uma conversa com um objectivo”. Todavia, existem vários tipos de entrevista: em profundidade, de guião, estruturada e semi-estruturada. Tendo a presente investigação o propósito de recolher o máximo de informação para compreender e avaliar toda a dinâmica de uma experiência de incorporação a nossa escolha foi pela entrevista semi-estruturada.

Este tipo de entrevista é accionada quando o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá traduzir são deixadas ao seu critério, devendo haver um esquema prévio da inquirição (BENJAMIM, M, GHIGLIONE, R 1992). A também chamada entrevista clínica ou estruturada tem a vantagem de, apesar de haver um conjunto de questões previamente elaboradas, ser permitido ao entrevistador a liberdade de alterar a ordem do questionário, bem como introduzir novas perguntas consideradas pertinentes para a investigação. Segundo Hilary Arksey e Peter Knight, este género de entrevista permite gerar informação de nível muito mais próximo e ainda compreender melhor a visão que os entrevistados têm dos problemas com que se defrontam e de si mesmos.

Para este estudo foi assim criado um guião de entrevista¹, aplicado em todas as conversas realizadas, uma vez que “quanto mais standardizada for a entrevista, mais fácil será agregar e quantificar os resultados” (Bell, 1997, p. 120). A selecção dos entrevistados pretendeu abranger vários tipos de meios de comunicação (rádio, televisão, imprensa e agências) e testemunhos de jornalistas de ambos os sexos. Os entrevistados são não apenas profissionais que trabalham para meios de comunicação social portugueses mas também *freelancers* que exercem a sua profissão no estrangeiro, como são o caso dos fotojornalistas João Pina e Paulo Nunes dos Santos. É importante frisar que muitos dos jornalistas inquiridos trabalham actualmente em outros meios de comunicação, embora para a investigação o importante foi o meio de comunicação que representavam na altura da incorporação. Foram entrevistados: Patrícia Fonseca, João Pina, Micael Pereira, João Almeida, Aurélio Faria, Henrique Botequilha, Emídio Fernando, Rui Araújo, Paulo Moura, Adelino Gomes, Tiago Petinga, José Manuel Rosendo, Paulo Nunes dos Santos, Luís Castro e Cândida Pinto.

¹Anexo 1

Estrutura e Organização

A investigação está organizada em três capítulos. No **capítulo I**, intitulado "Media, Jornalismo e Guerra", começamos por discorrer sobre a definição de guerra e alguns dos seus principais teóricos, de que são exemplo, Sun Tzu, Carl Von Clausewitz e Raymond Aron. Nesta sequência apresentamos notas sobre a comunicação na guerra, evidenciando não só certos conflitos como também as suas características; os estudos que foram feitos acerca de tal tópico; e o papel da propaganda na guerra e a mediatização da Guerra do Iraque.

No **capítulo II**, sob o título "Jornalismo Incorporado", debruçamo-nos sobre as raízes do conceito de *embedded* e as problemáticas associadas, como a imparcialidade e objectividade dos textos do jornalista incorporado e a criação de laços entre jornalistas e militares; damos a conhecer o parecer de personagens influentes sobre o regresso do conceito de "incorporado" na Guerra do Iraque; apresentamos a relação entre jornalistas e militares, evidenciando os ângulos e perspectivas de ambos; e referimos os vários estudos sobre esta prática, nomeadamente:

O **capítulo III**, "Os jornalistas portugueses e a experiência de incorporação" está dividido em duas grandes secções. Na primeira, pretendemos apresentar as características sociais dos jornalistas e fotojornalistas entrevistados, assim como perceber em que guerras ou conflitos bélicos estiveram incorporados e com que unidades militares. Damos ainda uma visão muito ampla do que é o jornalismo de guerra em Portugal e como e quando surgiu a primeira incorporação. Pretendemos também perceber em que circunstâncias os jornalistas admitem integrar uma equipa de reportagem de guerra e qual a preparação necessária para este trabalho. Na segunda secção, damos a conhecer o ponto de vista dos entrevistados no que concerne à protecção no campo de batalha e apresentamos também as suas experiências relativas à criação de laços com militares e às restrições com que foram confrontados. Analisamos os pontos de vista dos vários entrevistados em relação à incorporação, focando as vantagens e as desvantagens desta prática jornalística. A influência do processo de incorporação na criação da notícia e o futuro do jornalismo de guerra são também debatidos.

Capítulo I

Media, Jornalismo e Guerra

A guerra não é um passatempo. Não é uma mera alegria de ousar e vencer, não há lugar para entusiastas irresponsáveis. É um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança pitoresca com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que ela contém, são simplesmente as suas características especiais.

[CLAUSEWITZ, 1984:90]

A guerra: noções clássicas e perspectivas contemporâneas

Fazendo sempre parte da nossa História, a guerra revela-nos, até aos nossos dias, o lado mais violento da humanidade. A guerra é um conceito complexo e que admite várias definições. Neste capítulo, começamos por apresentar a noção de guerra de clássicos que pensaram o fenómeno bélico, tais como Sun Tzu e Clausewitz, para depois nos apoiarmos em algumas reflexões contemporâneas.

Sun Tzu é autor de uma das obras mais antigas e notáveis sobre a estratégia militar. Em *A Arte da Guerra*, descreve, ao longo de treze capítulos, quais as regras que devem ser seguidas para se sair vencedor de um acto beligerante e para que um líder de um Estado nunca se venha a submeter a outra nação. Apesar de as suas regras terem sido concebidas para pensar uma situação de guerra, as lições apresentadas por Sun Tzu são ainda hoje frequentemente aplicadas a outros tipos de contendos, nomeadamente em estratégias políticas para vencer eleições ou em orientações empresariais de conquista de mercado. A concepção de Sun Tzu toma em consideração que a estratégia de guerra é afectada não só pelo ambiente físico como também pelo contexto social. Sun Tzu defende que cinco factores interferem fortemente na arte da guerra, designando-os por o “céu”, a “terra”, o “comandante” e o

método” e a “disciplina”. Argumenta que o comandante que melhor souber usar estes cinco factores tenderá a sair vencedor. Destaca também a importância do que apelida de “lei moral”, na medida em que, na sua opinião, se trata de um elemento diferenciador que depende do estado de espírito, da motivação e da vontade que o líder consiga impor nas suas tropas. Para Sun Tzu é um acto de extrema importância para os estados envolvidos:

Em uma guerra só os interesses do Estado contam. Um governante não deve declarar guerra por estar encolerizado. Um general não pode ir à guerra por estar ressentido. Pois um homem zangado pode tornar-se feliz. Um homem pesaroso pode ficar satisfeito. Mas um país destruído não pode ser recuperado. Um homem morto não pode reviver (SUN TZU, 2006).

Os ensinamentos de Sun Tzu sobre a guerra estão sintetizados em 385 tópicos, mas um talvez mereça ser mais realçado: conhecer o inimigo é crucial para obter a vitória. O sucesso num conflito, diz Sun Tzu, passa por derrotar o inimigo sem lutar, porque assim consegue-se tomar um Estado intacto, não cansar as suas tropas e demonstrar a arte da estratégia ofensiva. Particularmente para o nosso trabalho, o fundamental é a relevância que o general chinês concede à comunicação no campo de batalha: “o bom líder militar comanda um milhão de homens como se comandasse um só”, e para isso o segredo está na comunicação, pois retira vantagem aquele que melhor souber coordenar as suas tropas. O bom general deve ocupar o campo de batalha antes do inimigo, deve conhecer as consequências de lutar em terreno fácil, difícil, neutro, estreito ou distante; pantanoso, plano ou junto a um rio; e finalmente, deve saber posicionar as suas tropas no território e ter um bom plano de espionagem.

A insistência na espionagem mostra uma vez mais a importância que dá à informação. Sun Tzu aponta também diversas características que não podem ser próprias de um grande líder do Estado. “Há cinco defeitos perigosos que podem afectar um general: imprudência, que conduz à destruição; cobardia, que leva à captura; impulsividade, que pode ser provocada por insultos, susceptibilidade a questões de

honra, que o torna sensível à vergonha pública; excesso de zelo no cuidado dos seus homens, que o expõe a ansiedades e inquietações”. Atacar por todos os lados, ter conhecimento e informações sobre o inimigo e ter dotes de coordenação estão na base da perspectiva de Sun Tzu.

Outra referência clássica da guerra é Carl Von Clausewitz, um militar da Prússia que ocupou o cargo de general, hoje considerado um estrategista militar crucial. Em *Da Guerra*, de 1864, a sua obra de referência, Clausewitz propõe uma definição de guerra que mantém a sua relevância ainda nos dias de hoje: “a guerra nada mais é que a continuação da política, com outros meios”. Por outras palavras, a guerra é fundamentalmente um acto de política. Um duelo em grande escala, onde cada uma das partes tenta através da força física obrigar o outro a fazer a sua vontade, tendo como objectivo derrubar o seu inimigo, isto é, deixá-lo impotente.

Segundo Clausewitz, existem dois grandes motivos que fazem os seres humanos lutar uns contra os outros: os sentimentos e as intenções hostis, independentemente de se tratar de lutas entre nações civilizadas ou ditas selvagens. O facto de se ter inventado a pólvora e os sucessivos aperfeiçoamentos das armas de fogo, diz Clausewitz, mostra que “o progresso da civilização nada fez de práctico para alterar ou para desviar o impulso de destruir o inimigo, que é essencial à própria ideia de guerra.” (CLAUSEWITZ, 1984:76). Interpretando estas ideias de Clausewitz, Raymond Aron acrescenta que “as guerras entre países civilizados não são necessariamente menos cruéis do que as guerras entre povos designados por selvagens. A causa profunda da guerra é a intenção hostil, não o sentimento de hostilidade” (ARON, 1962:69).

Clausewitz tem uma concepção dual de guerra: umas são designadas como “absolutas” e outras como “reais”. Nas primeiras existem dois tipos e propósitos: por um lado, “derrotar o inimigo”, tornando-o politicamente incapaz na obrigação de assinar um tratado de paz, por outro, o de “meramente ocupar algumas das suas regiões fronteiriças”, de modo a anexá-las ou utilizá-las como “moeda de troca nas negociações de paz” (CLAUSEWITZ, 1984:70). O general prussiano descarta a ideia dos indivíduos de que apelida de “pessoas de bom coração” pensarem que existe maneira de derrotar o inimigo sendo o uso da força e conseqüentemente derramamento de sangue. A guerra é “uma actividade tão perigosa que os erros decorrentes da bondade são os piores”

(CLAUSEWITZ, 1984:76). Neste sentido, o uso máximo da força não é compatível com o emprego simultâneo do uso da inteligência. Se um dos lados usa a violência, o seu oponente terá de fazer o mesmo para o superar. A guerra privilegia o confronto físico e o uso da violência sem limites. A violência física é de acordo com Clausewitz “o meio da guerra e impor a nossa vontade ao inimigo é o seu fim”.

Nas guerras que Clausewitz define como reais, estas são pensadas como estando alicerçadas, numa “trindade paradoxal, composta da violência, do ódio e da inimizade primordiais, que devem ser vistos como uma força natural cega, do jogo do acaso e da probabilidade, no qual o espírito criativo está livre para vagar; e dos seus elementos de subordinação, como um instrumento da política, que a torna sujeita apenas à razão” (CLAUSEWITZ, 1984: 104). A guerra, na sua forma real, ocorre sempre ligada ao mundo político, não podendo ser um acto isolado.

Clausewitz entende que todo o plano de guerra se situa entre os dois conceitos apresentados:

Se devemos admitir que a origem e a forma assumida por uma guerra não são o resultado de qualquer decisão definitiva proveniente da vasta série de circunstâncias envolvidas, mas apenas daqueles aspectos que vieram a ser predominantes. Ocorre que a guerra depende da interacção de possibilidades e probabilidades, da sorte e do azar, condições nas quais o raciocínio rigorosamente lógico muitas vezes não desempenha qualquer papel e está sempre apto a ser uma ferramenta intelectual extremamente inadequada e inconveniente. Ocorre, também, que a guerra pode ser uma questão de grau. A teoria deve reconhecer tudo isto, mas tem a obrigação de dar prioridade à forma absoluta de guerra e fazer daquela forma um ponto de referência geral, de modo que aquele que desejar aprender a partir da teoria fique acostumado a ter constantemente este ponto em mente, a avaliar todas as suas expectativas e temores através dele e a aproximar-se dele *quando puder*, ou *quando dever* (CLAUSEWITZ, 1984: 688).

Em ambas as definições de Clausewitz, a guerra é definida em função da violência. Aron, um grande comentador de Clausewitz, enfatiza ainda mais a dimensão política da guerra. “A guerra não é um mero acto de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas por outros meios” (ARON, 1962). Para Aron, “a subordinação da guerra à política, como a de um instrumento a um fim, implícita na fórmula de Clausewitz, fundamenta e justifica a distinção entre a guerra absoluta e as guerras reais” (ARON, 1962: 71). Ainda que a política pareça desaparecer quando o fim adoptado é a destruição do inimigo, a guerra assume também nesta situação uma forma que resulta da vontade política.

Toda a vez que houver uma confrontação de grandes interesses, a guerra tenderá a se aproximar da sua forma absoluta. Filósofo, Clausewitz nem se congratula nem se indigna com isto. Teórico da acção razoável, lembra aos responsáveis pela guerra e pela paz o princípio que todos devem respeitar: o primado da política, já que a guerra não passa de um instrumento a serviço de objectivos fixados pela política – um momento ou um aspecto das relações entre os Estados (ARON, 1962:72).

Segundo ainda Aron, a guerra é um jogo que exige coragem e cálculo, ao qual se juntam, como afirmou Clausewitz “possibilidades e probabilidades, a boa e a má sorte”. Em *Paz e Guerra entre as Nações*, Aron aponta três elementos que na sua concepção fazem da guerra “um meio sério de se atingir um objectivo sério”:

O elemento inicial – animal, tanto quanto humano – é a animosidade, que consideramos um impulso natural e cego. A acção bélica em si mesma, que é um segundo elemento, implica um jogo de azar e de probabilidades que constituem uma “actividade livre da alma”. A estes se vem juntar um terceiro elemento, que comanda por fim os dois outros: a guerra é um acto político, surge de uma situação política e resulta de uma situação política. (ARON, 1962:70)

Quer para Clausewitz, quer para o seu comentador Aron, a guerra é um acto de política que não existe sem que se faça uso da violência armada. O facto de ser um acto de política coloca a comunicação no primeiro plano.

As definições apresentadas dizem respeito a teorias clássicas da guerra, mas a sociedade do século XX, marcada por dinâmicas económicas populacionais, tecnológicas e sociais próprias da modernidade avançada, trouxe-nos outras realidades relativas ao conflito armado. Nas sociedades industriais dotadas de meios de comunicação de massa, um dos problemas fundamentais na guerra é o apoio da opinião pública, lado a lado com o poder da propaganda mediática.

Das guerras do mundo moderno fazem parte um conjunto de circunstâncias e características que as tornam únicas e singulares. No quadro do esforço de as compreender, nasceu na ciência política a chamada *polemologia*. Examinado do ponto de vista ético, jurídico, sociológico e, naturalmente, político, o tema da guerra, divide-se em várias disciplinas que tentam explicar as suas causas. Entre os teóricos políticos portugueses, Adriano Moreira é um dos autores que se debruçaram sobre a *polemologia*. Em *Teoria das Relações Internacionais*, Moreira define a guerra como “uma subida aos extremos” em que “os estados recorrem à guerra para salvaguardar os seus interesses legítimos ou ilegítimos, para exaltar valores morais ou espirituais, para impor o triunfo de grupos étnicos que se consideram superiores, para modificar a ordem política e social internacional” (MOREIRA, 2002:108). Nesta obra, o autor apresenta as teses da *polemologia* quanto às causas da guerra: assimetria de poderes, nacionalismo, darwinismo internacional, erro de percepção, competição armamentista, fuga para a frente, instinto de agressão, ciclos de guerra e paz, complexo militar-industrial e malthusianismo.

A evolução tecnológica que se fez notar sobretudo após a Segunda Grande Guerra (1939-1945) trouxe fortes mudanças ao nível dos armamentos e técnicas de combate. O desenvolvimento das armas nucleares veio dar ao ser humano uma enorme capacidade de destruição capaz de ameaçar o próprio futuro da humanidade. Após 1945, o mundo mantinha-se numa paz angustiada a que analistas chamaram Guerra Fria ou Paz de Terror, através da mútua dissuasão nuclear entre as grandes potências”. A partir de 1985, e especificamente após a Cimeira de Reiquejavique, começa a notar-se a

incapacidade económica da URSS, que até então lhe tinha permitido fazer frente aos Estados Unidos da América, na disputa dos interesses internacionais. Na década de 90, com a queda do muro de Berlim, o desfazer do império exterior, a unificação alemã, os recuos em Angola e no Afeganistão, as crescentes dificuldades internas da URSS, confirmava-se o poder evidente dos EUA como única Super Potência no mundo, apesar de mais tarde também a esta terem sido apontadas dificuldades. Neste período, após a desagregação da União Soviética, a divisão do globo em mundo da Paz do Terror tornou-se menos marcada. Contudo, ainda que tenha diminuído o número de conflitos bélicos e tenham terminado várias crises e tensões, mantiveram-se outras situações de instabilidade com relevância a nível mundial. Nestes casos, a proliferação de armas de destruição maciça e a sucessiva evolução das indústrias militares, principalmente em países do terceiro mundo, tem vindo a tornar estes conflitos muito perigosos (MOREIRA, 2002).

Os factores já referidos, a mundialização da economia, a evolução da indústria militar, entre outros elementos, fazem com que o trabalho dos órgãos de regulação de tensões seja cada vez mais e de maior importância. Organizações como a ONU, NATO, CEE, e outras espalhadas por todo o mundo, procuram estabelecer relações de complementaridade para ajudar a atenuar a rivalidade das soberanias. O século XX ficou também marcado também pelo reforço da importância da comunicação e da informação em situações de guerra e conflito. Um dos melhores exemplos da importância da opinião pública neste século foi como se sabe a derrota dos Estados Unidos da América no Vietname. Os norte-americanos ainda que com um forte e superior equipamento militar acabaram por sair derrotados nessa guerra por terem perdido o apoio da sua própria população, após terem sido difundidas imagens dos campos de batalha e dos mortos em combate. Foi certa a frase que Marshall McLuhan escreveu algures: “a televisão trouxe a brutalidade da guerra ao conforto da sala de estar. O Vietname foi perdido nas salas de estar da América, e não nos campos de batalha do Vietname”.

Os conflitos armados da década de 90 assumem traços inteiramente novos nas suas dimensões bélicas, políticas, sociais e culturais, conformando um novo tipo de violência organizada. A escola de pensamento das “novas guerras” vai de encontro desta

ideia, entendendo que as mudanças que se fizeram sentir ao longo do século XX são um indício de que a natureza da guerra se terá alterado. Segundo esta corrente, a vitória de um Estado na guerra não depende já da sua capacidade de destruição maciça mas da sua capacidade de controlo da opinião pública. Para trás ficam as negociações entre estados e os confrontos dos exércitos no campo de batalha.

Frentes militares e políticas definidas, quadros táticos e estratégicos precisos, fronteiras territoriais e outras referências das práticas bélicas convencionais cedem lugar aos actos de guerra “irregulares”, à surpresa e à imprevisibilidade, ao massacre, ao sequestro, à limpeza étnica, ao terror (PEREIRA, 2010:44).

Mary Kaldor, uma das pensadoras desta corrente entende que nas “novas guerras”, também chamadas “guerras espectáculo”, “guerras internas” ou “guerras civis”, “guerras privatizadas” ou “informais”, “guerras degeneradas” ou “guerras pós-modernas”, já não são os Estados os principais actores do conflito. A guerra trava-se agora entre “grupos identificados em termos de filiação étnica, religiosa e tribal”, que raramente se envolvem em batalhas decisivas. “In ‘new wars’, the combatants avoid fighting against each other; rather violence is directed towards civilians. ‘Spectacle wars’ do, of course, use violence against weakly armed opponents but domestic political mobilization is what matters.” (KALDOR, 2005). Segundo Kaldor, o que é novo no conceito de guerra é a maneira como se propõe usar as forças militares. Estas são agora usadas como uma força de contenção, são reguladas e têm de obedecer a um conjunto de regras acordadas a nível mundial. Carlos Santos Pereira, leitor de Kaldor, cita esta autora para sustentar que as novas guerras têm tendência a globalizar-se “na medida em que arrastam a presença de repórteres internacionais, forças de mercenários e conselheiros militares, voluntários das diásporas envolvidas e um verdadeiro exército de agências internacionais” (KALDOR *apud* PEREIRA: 45).

Mike Smith, outro teórico das “novas guerras” tem uma posição distinta de Kaldor. Smith afirma que o pensamento estratégico de Clausewitz não pode ser posto de lado. “The idea that the Clausewitzian paradigm is irrelevant to so-called internal war, guerrilla wars, ethnic war, and the rest is also a serious misapprehension.” De acordo

com Smith, todas as guerras são únicas para o seu tempo e lugar, tal como todas têm origem e direcções distintas. “As Clausewitz above all recognized, the elemental truth is that, call it what you will – new war, ethnic war, guerrilla war, low-intensity war, terrorism, or the war on terrorism – in the end, there is only one meaningful category of war, and that is *war* itself” (SMITH, 2005).

Por sua vez, o general Rupert Smith, autor de *The Utility of Force: The Art of War in the Modern World*, argumenta estarmos perante o fim da guerra total e do confronto convencional entre Estados. “O confronto, o conflito e o combate existem sem dúvida pro todo o mundo e os estados continuarão a ter forças armadas que utilizam como símbolo de poder. No entanto (...) a guerra como uma batalha no campo entre homens e maquinaria, a guerra como um acontecimento massivo e decisivo numa disputa de questões internacionais, a guerra industrial - essa guerra já não existe” (SMITH *apud* PEREIRA, 44).

O ataque terrorista a 11 de Setembro de 2001 aos Estados Unidos da América terá vindo relembrar o patamar de violência atingido no bombardeamento de Hiroshima, a 6 de Agosto de 1945. O terrorismo é apontado como a mais temível forma de violência capaz de aniquilar grande parte da população dos Estados.

Partindo do conceito de Maquiavel, que entendia que o Príncipe não podia garantir o amor dos súbditos, mas podia dominá-los pelo temor, e lembrando como Locke entendia que os súbditos tinham o direito de apelar aos Céus contra a tirania, o terrorismo parece uma graduação da força, quer seja dinamizada pelo poder político do Estado, quer seja dinamizada contra o Estado (MOREIRA, 2004:124).

Nas últimas décadas, o conflito bélico frontal trava-se num quadro de profunda assimetria. De um lado temos estados militarmente muito poderosos, com armamento de alta tecnologia, e do outro, estados predominantemente mais fracos. Esta foi a moldura das guerras do Iraque, Kosovo e Afeganistão. Conflitos armados que quando comparados aos do período anterior à Guerra Fria, resultam em menos mortos, tanto

civis como militares, embora com outras consequências nefastas geralmente pouco discutidas.

Guerra e Comunicação

Certamente que em todas os grandes conflitos bélicos as técnicas comunicacionais terão jogado um papel. Sempre circularam formas de informação e propaganda com o objectivo de fazer acreditar e persuadir o outro que está errado e vencido. A história da cobertura da guerra pelos meios de comunicação social começa em 1854, na Guerra da Crimeia. A cobertura era amadora: “os melhores jornais pagavam aos soldados estacionais na frente para escreverem sobre as batalhas e os restantes jornais copiavam as notícias dos primeiros” (SOUSA, 2008: 114). É nesta altura que aparece o primeiro repórter de guerra, William Howard Russell, e é também neste conflito que surge, de acordo com Philip Knightley, a censura militar. Segundo afirma o autor citado, na Guerra da Crimeia os jornalistas estavam proibidos de revelar qualquer detalhe importante para o inimigo, estando os militares autorizados a expulsar os correspondentes que infringissem tal ordem (KNIGHTLEY *apud* SOUSA, 2008: 118).

No período entre a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial, a imprensa, com a ajuda do telégrafo, sofreu uma grande evolução. Os correspondentes começaram a conseguir noticiar acontecimentos distantes, o que fez despertar interesse pela informação no público e consequentemente fez com que duplicassem as tiragens dos jornais. Na Guerra Anglo-Boer (1899-1902), na África do Sul, onde a Inglaterra saiu derrotada, a censura inglesa foi utilizada ao extremo, não tendo sido publicada qualquer notícia sobre as atrocidades contra os Boer. Para Knightley, os ingleses perderam a guerra, porque não tiveram uma visão abrangente do que se estava a passar.

Os desenvolvimentos da segunda metade do século XIX no domínio das técnicas de informação e de comunicação (correios mais rápidos, aparecimento do telégrafo, telefone, fotografia e jornais diários) fizeram com que a “comunicação mediada tecnologicamente deixasse de constituir um obstáculo e se tornasse a condição natural dos indivíduos” (SUBTIL, 2006:1083). Na história contemporânea, a propaganda moderna terá tido a sua aparição mediática na I Guerra Mundial quando os beligerantes se aperceberam do peso que os meios de comunicação tinham na sociedade. No

deflagrar desse conflito vários governos instituíram entidades dedicadas à propaganda, feita em grande parte, através de cartazes e da imprensa. Com frequência, os jornais foram alimentados com notícias falsas de supostas atrocidades das tropas inimigas (SOUSA *in* SOUSA (org), 2008: 65).

De facto, a guerra de 1914-1918 foi o primeiro confronto da História que envolveu toda a nação em torno de um acontecimento, uma vez que até ali os conflitos que existiam envolviam apenas os exércitos e aconteciam longe das populações. Revelou-se assim essencial “promover sentimentos e lealdades, recrutar tropas, induzir ódio e medo do inimigo, amor à pátria, manter a moral das populações, em suma, mobilizar uma sociedade já estruturada pelos valores modernos do desenraizamento e da desterritorialização para um esforço conjunto capaz de apoiar a acção bélica do Estado” (SUBTIL, 2006: 1083). Os meios de comunicação tiveram naquele conflito mundial a oportunidade de serem os principais difusores de informação, fazendo chegar a toda a nação o apelo “ao sentimento de pertença a uma totalidade”. Entre estes meios, cujo objectivo era mobilizar, influenciar e convencer a população, está a propaganda, seriamente criticada após a guerra pelo seu papel manipulador em sociedades democráticas.

Na primeira grande guerra, o consenso geral foi o de que os repórteres, devido ao sentimento de patriotismo, colaboraram com os militares e fizeram poucas críticas oficiais. Ainda assim, no final do conflito, o papel manipulador da propaganda é posto em causa na sociedade americana. Por um lado, a propaganda foi vista como um meio eficaz para o controlo da sociedade e, por isso, foi defendida uma utilização controlada da mesma. Por outro, foi percebida como uma “forma indigna de estratégia de persuasão política”. Lippman, opondo-se à propaganda, assevera que a opinião pública só existe quando um público tem uma percepção correcta do mundo, acrescentando que esta representação não é dada pelas notícias, já que estas “não têm qualquer correspondência com a verdade” (LIPPMAN *apud* SUBTIL, 2006:1086).

Com efeito, a primeira Grande Guerra tornou relevante o poder dos meios de comunicação de massa, tanto para informar como para condicionar as populações. Políticos e militares chegaram à conclusão que futuramente, “nenhum governo, mesmo em tempo de paz, poderia negligenciar a importância estratégica dos *media* e da

psicologia para fins de influência, convencimento, manipulação, desinformação e combate ideológico” (SUBTIL, 2006: 1083). A partir de então, começa a vingar a ideia que o Estado deve possuir meios que organizem e orientem a opinião pública.

Uma das primeiras orientações ligadas à emergência do campo da Comunicação surge nos Estados Unidos no início do século XX, centrada nos efeitos da comunicação mediática. Esta linha deve-se a um grupo de pesquisadores como Harold Lasswell, Douglas Waples e Herbert Blumer. Com o surgimento da II Guerra Mundial, o Governo norte-americano teve necessidade de criar uma agência que coordenasse o seu esforço de propaganda de guerra, o “Office of War Information”. Na época, Lasswell era chefe da Divisão Experimental para o Estudo das Comunicações de Guerra da Biblioteca do Congresso, em Washington, e tinha como responsabilidade a gestão do esforço propagandístico do país na Guerra. Durante a Segunda Grande Guerra, esse grupo de investigadores concentrou a sua atenção no estudo dos conteúdos e efeitos das mensagens difundidas pelos media, numa escola que ficou conhecida como *Mass Communication Research*, um marco teórico da primeira metade do século XX. Em 1927 é publicada a obra *Propaganda Techniques in the World War*, de Lasswell, um marco inaugural da *Mass Communication Research*.

Vale a pena insistir que as guerras não são apenas lutas travadas entre meios militares. Juntamente com os meios aéreos, terrestres e marítimos utilizados no campo de batalha, trava-se uma luta mediática, que incide na opinião pública e na vontade de lutar das populações e das tropas. A mudança tecnológica que tem vindo a acompanhar os processos comunicacionais trouxe mudanças não só no quotidiano das sociedades, como também no campo de batalha e na forma como os Estados actuam numa situação de conflito. Os *media* e os jornalistas têm vindo a ganhar uma posição cada vez mais central no interior dos conflitos, devido à inovação tecnológica, de que são exemplos, a televisão por satélite e os canais de transmissão de notícias 24/7, capazes de difundir ao vivo a guerra desde o campo de batalha. A questão da comunicação é, pois fundamental, já que os meios de comunicação de massa têm influência tanto nas tomadas de decisão da esfera pública, como na acção, em campo, da esfera militar. Os conflitos armados deixaram de ser ganhas apenas com a aniquilação de seres humanos, passando a comunicação a ser uma das mais fortes armas a ter em conta através das

chamadas “guerras da informação”. A guerra sempre foi uma representação social de grande importância devido não só ao seu carácter dramático e à sua capacidade de afectar o destino de milhões de pessoas, mas também porque, ao ser um tópico susceptível de atrair os *media*, interessa a um grande público, envolvendo-o emocionalmente.

Se as duas grandes guerras foram marcadas pela mudança tecnológica, que permitiu, além da transmissão radiofónica, reportagens em grandes tiragens de jornais e produção de documentários, é realmente na década de 1960, após a Guerra do Vietname, que militares e jornalistas reconhecem efectivamente o poder dos *media* na construção da opinião numa sociedade. Este conflito (1954-1975) foi o primeiro a ser transmitido na televisão. Ao contrário do que se passara até então os governantes americanos não impuseram qualquer tipo de censura, tendo dado liberdade ao jornalista para divulgar a sua versão da guerra. Os jornalistas acompanhados por militares foram convidados a visitar o Vietname e a escrever sobre o que tinham visto (o que mais tarde se apelidou de *pool*). Nesta viagem, os repórteres tinham todas as condições, ficando depois obrigados "moralmente" a aceder ao que a propaganda americana desejava. Em 1968, deflagra-se a derrota americana. Nas imagens televisivas pode-se visionar os ataques do inimigo e os inúmeros feridos resultantes do conflito. De súbito, de uma difusão de notícias controlada e ainda que indirectamente, censurada pelos americanos, os *media* difundem a derrota da América, tendo estas imagens tido um efeito devastador na moral do país.

Commanders and politicians were convinced that the years of uncensored reporting, unrestricted access, and the mismanagement of military briefings in Saigon (known as “Five o’clock Follies”), were directly responsible for providing information and succor to the enemy, for lowering morale at home and for losing the battle for public opinion (TUMBER, 2009: 386).²

²Tradução: “Os governantes e os políticos estavam convencidos de que os anos de relatos não censurados, a liberdade de acesso à informação e a má administração das instruções militares em Saigon (conhecido como “Five o’clock Follies”), foram responsáveis pela aquisição de informação e de assistência por parte do inimigo, pelo arrasar da moral em casa e a perda da batalha contra a opinião pública” (TUMBER, 2009).

A guerra do Vietname foi a guerra mais mediatizada até então, tendo as imagens televisivas sido difundidas em todo o mundo, sem qualquer tipo de censura. Deste modo, soldados e civis passaram a ter como verdade absoluta a ideia de que qualquer guerra que viesse a ser transmitida na televisão também seria perdida. A esta ideia generalizada chamou-se “Síndrome do Vietname”.

Desde então, o Pentágono e os governos americano e britânico experimentaram outros meios de controlo dos *media*, a fim de restringir a informação em palcos de guerra, como ocorreu com as invasões das Malvinas, em 1982 e de Granada, no ano seguinte. Na cobertura destes conflitos ficou explícito o impacto da “Síndrome do Vietname”. Nas Malvinas, houve um controlo estrito da imprensa por parte do exército britânico. Equipas da BBC conseguiram aceder ao campo de batalha, mas as imagens só foram difundidas várias semanas depois. O cenário repete-se nos conflitos de Granada e do Panamá. Inicialmente, foi vedada a cobertura dos conflitos aos jornalistas, só tendo estes conseguido noticiar o que se estava a passar perto da fase final da guerra. O tema da propaganda é discutido por vários autores. Chomsky e Herman, em 1988, voltaram a apresentar argumentos para demonstrar que a cobertura jornalística continuava a servir acções de propaganda.

Os meios de comunicação de massa actuam como sistema de transmissão de mensagens e símbolos para os cidadãos. A sua função é divertir, entreter e informar, e incutir nos indivíduos os valores, crenças e códigos de comportamento que irão integrá-los nas estruturas institucionais da sociedade. Num mundo onde a riqueza está concentrada e onde há grandes conflitos de interesses de classes, o cumprimento deste papel requer propaganda sistemática (SUBTIL, 2006: 1080).

Tendo como pano de fundo a Guerra do Golfo, Ignacio Ramonet defendeu que a propaganda é um discurso de censura, “longe de ser o desígnio dos nossos sistemas informacionais”. Nesta linha, o autor analisa a censura da era moderna, declarando que os textos escritos nesta época são “verdadeiros discursos de propaganda”.

Vejamos a guerra do Golfo, por exemplo, que deu lugar, como se sabe, a fantásticas manipulações e a incríveis operações de censura, em suma, um verdadeiro discurso de propaganda. Isso não aconteceu com base no princípio da censura autoritária. Os *media* não disseram: “Vai haver uma guerra e não vamos mostrá-la”. Pelo contrário, eles disseram: “Vocês vão ver a guerra directamente”. E mostraram imagens tais, que todo o mundo acreditava estar vendo a guerra, a ponto de ninguém compreender que não a via, que aquelas imagens mascaravam silêncios; que aquelas imagens eram na maioria das vezes falsas, reconstruções, enganações (RAMONET, 1999: 49).

Na Guerra do Golfo, em 1991, o sistema de *pool* (grupo de jornalistas previamente seleccionados submetidos à orientação dos militares) adoptado traduziu mais uma vez a intenção do Pentágono de querer controlar os *media*. É no Golfo Pérsico que se dá a primeira transmissão ao vivo de um conflito. A possibilidade de mostrar ao mundo, através da mais avançada tecnologia como eram os ataques em tempos de guerra transformou a cobertura mediática. No entanto, esta difusão da informação não se revelou fácil. Assimilado o exemplo do Vietname, os militares vedaram o acesso dos jornalistas a determinados locais, tendo-lhe também limitado o direito à informação. A impossibilidade de confirmação de algumas informações levou a que várias notícias tenham sido publicadas e mais tarde se tenham revelado falsas. Como nota Keeble, o conflito ficou marcado pela censura:

“Despite the appearance of 24-hour saturation coverage of the Golf War of 1991 it was in fact a conflict entirely shrouded in secrecy. [...] Very few journalists were allowed to travel with the troops; little actual combat was observed since reporters were denied access to planes; most were confined to hotels in Saudi Arabia”(KEEBLE, 2007: 203).³

³Tradução: “Apesar da aparente cobertura exaustiva da Guerra do Golfo de 1991 (24 horas por dia) este foi, na verdade, um conflito envolto em segredo [...]. Muito poucos jornalistas foram autorizados a viajar com as tropas; só uma ínfima parte do combate foi realmente observada, uma vez que o acesso aos planos foi negado aos repórteres; a maioria ficou confinada aos hotéis na Arábia Saudita (KEEBLE, 2007).

Quando se iniciou a guerra, pensava-se que os *media* estariam preparados para a cobertura noticiosa. No seu final, percebeu-se que se tinha sabido menos da Guerra do Golfo do que sobre muitas guerras modernas anteriores. Duas semanas depois do seu início ainda ninguém sabia o que verdadeiramente se estava a passar. O governo dos EUA tentava regressar aos tempos onde a decisão de censurar a fotografia, o rádio, a impressão e os noticiários de televisão estava nas suas mãos. Para Douglas Kellner, esta foi a guerra da propaganda, onde os meios de comunicação foram o veículo dos relações públicas na divulgação da propaganda dos dois lados do conflito. “A primeira vítima da Guerra do Golfo foi a imprensa que, submetida a uma radical censura, dos dois lados, foi manipulada para exercer as funções de relações-públicas, tanto das forças coligadas como das de Saddam Hussein” (MATTOS, 1991).

A grande maioria dos repórteres ficou de fora, não tendo tido informação excedente aos briefings entregues pela equipa de comunicação militar e à informação proveniente das chamadas *pool*. A exceção à regra foi apenas Peter Arnett. O jornalista da CNN contrariou a versão oficial das autoridades americanas acerca do bombardeamento de uma fábrica de leite em pó. Acompanhado pelas forças iraquianas o repórter da CNN fez uma visita às ruínas desta fábrica bombardeada pelos norte-americanos por estes julgarem que se tratava não de uma fábrica de leite, mas de uma fábrica de armamento biológico. Ao mundo, Peter Arnett anunciou que não havia encontrado qualquer evidência que naquele local fosse produzido armamento biológico e sim leite em pó para crianças. O jornalista foi severamente criticado tendo sido acusado de traição e falta de patriotismo.

Lado a lado com a propaganda, a Guerra do Golfo ficou também marcada pelas inovações tecnológicas que favoreceram as comunicações entre enviados especiais e redacções. Os computadores e satélites ditaram a velocidade da difusão do jornalismo de guerra e a dificuldade de censura aumentou, embora tenha estado presente. A Guerra do Golfo fica na história pela concretização do chamado “efeito CNN”, bem como pela transmissão de imagens em directo. As televisões assumiram um papel relevante tendo trazido ao mundo uma certa contextualização dos acontecimentos. Na história ficou o relato de Peter Arnett que, a partir do 9º andar do Hotel Al-Rashid, descreveu em directo para todo o mundo o início do ataque aéreo sobre Bagdade, na noite de 16 de

Janeiro de 1991. Até à data, era impensável ver repórteres a relatar em directo operações militares. Este trabalho marca um ponto de viragem na história da reportagem de guerra, apesar da cobertura da Guerra do Golfo ter sido bastante limitada. A equipa da CNN conseguiu transmitir o relato em directo, todavia sem conteúdo imagético e às escondidas.

As imagens transmitidas foram as de uma guerra designada como “cirúrgica”, onde as chamadas bombas inteligentes tinham grande precisão e eram capazes de minimizar as baixas civis, passando assim a ideia de uma guerra limpa de sangue e com poucos mortos. Tratou-se de uma representação enganosa da guerra resultante da propaganda do governo norte-americano. Às televisões de todo o mundo chegaram imagens de um céu escuro, por vezes ponteados com clarões provocados pelos bombardeamentos, acompanhadas do relato do jornalista Arnett. Tratou-se de um “relato monótono do jornalista da CNN” para usar as palavras de Arlindo Machado (1991:127).

A única verdadeira imagem dessa guerra que a televisão nos mostrou foi a tela negra – supostamente os céus de Bagdade – e alguns minúsculos pontinhos luminosos representando os bombardeamentos distantes. Se recordarmos as representações aparatosas que usualmente o cinema faz da guerra, estamos aqui diante de um verdadeiro processo de corrosão do espectáculo bélico, uma operação de esvaziamento dos códigos televisivos, a ponto de, muitas vezes, de reduzir a cobertura a uma voz sem imagem, a voz vacilante e monótona de Peter Arnett, transmitida de Bagdade via telefone” (MACHADO, 1991: 127).

No seu livro *The Gulf War Did Not Take Place*, publicado em 1991, Jean Baudrillard vai mais longe ao afirmar que a Guerra do Golfo não existiu, definindo-a como um “não-acontecimento”. Para o autor francês, “o estilo de guerra na Guerra do Golfo 1991 diferiu dramaticamente das guerras anteriores”, tendo constituído um “simulacro” de imagens. Um espectáculo dos *media* para o público, um jogo posto em cena pela CNN e Arnett.

A Guerra do Golfo foi, repetidamente, alvo de severas críticas. Foram sobretudo salientadas a falta de contexto, a censura e o funcionamento do acesso em *pools* ao terreno. Como já referido, em 1991, a guerra foi travada não só no campo de batalha, como também nos ecrãs da televisão. A guerra foi uma construção dos meios de comunicação. Conscientes ou não, os *media* foram simultaneamente enganados e enganadores na Guerra do Golfo. Na verdade, esta nunca foi uma guerra clínica, tendo resultado num número muito elevado de civis iraquianos mortos.

Em 2003, eclodiu a Guerra do Iraque. São várias as diferenças da cobertura noticiosa em relação à Primeira Guerra do Golfo, principalmente porque a sua cobertura foi preparada antecipadamente pelas forças norte-americanas como estratégia militar. Foram às centenas os jornalistas dos vários pontos do mundo que se deslocaram ao Iraque para assegurar a transmissão directa de imagens do campo de batalha. Doze anos após a I Guerra do Golfo, os recursos tecnológicos sofisticados já não eram novidade e passaram a estar acessíveis a quase todos. Já não é necessário ser-se um gigante para ter acesso às tecnologias que permitem a transmissão em directo. Por essa razão, a primeira estação de televisão do mundo a noticiar o início da guerra, a 20 de Março de 2003, não foi, como seria expectável, a CNN ou a BBC, mas sim a RTP. O jornalista português Carlos Fino foi o primeiro a noticiar a guerra em directo com imagens a mostrar os acontecimentos. E dois dias depois, aquando do bombardeamento contra Bagdade, as cadeias noticiosas anglo-americanas voltaram a não a ser as primeiras, tendo o primeiro directo sido feito pelas recém chegadas *Al Jazeera* e Abu Dhabi TV.

As mudanças na cobertura noticiosa continuaram. As forças americanas decidiram retomar o conceito de *embedded* (incorporado), “que vinha da Segunda Guerra Mundial, quando os correspondentes faziam parte das forças militares e tinham até a patente de capitães”. Os jornalistas acompanhavam as unidades militares norte-americanas e tinham acesso directo à linha da frente do combate, o que já não acontecia desde o Vietname. A contrapartida era que os profissionais teriam de respeitar algumas condições impostas pelo Pentágono, descritas no *Public Affairs Guidance on*

Embedding Media.⁴ O resultado foi bem sucedido e as imagens que os jornalistas fizeram chegar às televisões de todo o mundo marcou a percepção deste conflito.

Em 2003 os Estados Unidos da América, no governo de George W. Bush, invadiram o Iraque apesar do protesto global e da maioria dos estados membros da NATO ser contra. Depois do atentado do 11 de Setembro, George W. Bush havia deixado claro que iria lutar com todos os meios para combater a guerra contra o terrorismo e começou pelos preparativos para a invasão do Iraque. A 20 de Março de 2003 o Iraque foi invadido pelas tropas americanas com a justificação de que estavam a ser produzidas no país armas de destruição maciça. Todas as organizações de notícias procuraram ter um representante na Segunda Guerra do Golfo, sem que os custos fossem uma barreira. Estiveram cerca de três mil jornalistas presentes neste conflito, tendo este sido para as televisões “um produto comercial”. As expectativas dos grandes líderes dos *media* eram de que os custos envolvidos nesta cobertura iriam ser recompensados nas audiências conquistadas.

This was the first warning of a polarised world, divided into two groups, ‘friends’ and ‘enemies’. We now know that immediately after September 11 the circle around President Bush started preparing for a new war against Iraq to remove the brutal regime of Saddam Hussein, but the problem was to link the September 11 attacks to Iraq in a manner convincing for a global audience. The ‘smoking gun’ that could link Saddam Hussein to Al-Qaeda was never found, but the decision was taken regardless of the lack of evidence; Saddam Hussein was to be removed at all costs. The attacks on Afghanistan in October 2001 signalled the first phase of the war on terror, the declared aim being to chase potential al-Qaeda members from their bases in the Afghanistan mountains and remove the Taliban regime (OTTOSEN in OTTOSEN; NOHRSTEDT, 2005:291).⁵

⁴O *PAG* é o documento que resultou do acordo entre o Pentágono e a industriais dos *media* sobre a incorporação dos jornalistas e foi especificamente concebido para o contexto da Guerra do Iraque – Anexo 3.

⁵Tradução: Este foi o primeiro aviso de um mundo polarizado, dividido em dois grupos, os "amigos" e os "inimigos". Sabemos agora que, imediatamente após o 11 de Setembro, o círculo à volta do presidente Bush começou a preparar-se para uma nova guerra contra o Iraque para acabar com o regime de Saddam Hussein, mas o problema era ligar os ataques do 11 de Setembro ao Iraque de forma a convencer a

Nas primeiras semanas, a Guerra do Iraque foi uma intensa experiência televisiva cuja difusão se traduziu por várias narrativas da guerra. Para Lamou existiram “six guerres différentes vues de six postes d’observation distincts”. Nesta linha, muitos foram os estudos realizados que apontam para versões muito diferentes da cobertura noticiosa.

A Fox News foi várias vezes acusada de ter uma cobertura favorável aos EUA e a Al Jazeera por ser anti-americana, uma ideia reforçada no estudo feito por Aday e Livingston. Com efeito, estes concluíram que a Fox News adoptou um discurso marcadamente pró-americana (em 61% das suas notícias). O tom anti-americano e anti-guerra na *Al-Jazeera* notou-se, mas apenas aquando da cobertura das vítimas civis no confronto, tendo nas outras problemáticas adoptado um tom neutro. Um estudo, feito pela *Fairness and Accuracy in Reporting*, analisou programas de televisão de todos os canais americanos e concluiu que 68% das fontes das notícias eram oficiais e 71% a favor da guerra. Outra pesquisa, encomendada pelo jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* à Media Tenor, fez uma análise comparativa entre a cobertura noticiosa da BBC e do ABC e alguns canais alemães e uma vez mais as conclusões apontam para fortes diferenças quanto ao esforço de guerra dos EUA nas diferentes televisões em estudo. Concluiu-se que na cadeia televisiva ABC a cobertura foi positiva enquanto que nas televisões alemãs foi negativa.

Os resultados da análise feita por Tumber e Palmer (2004) aos *media* no Reino Unido sobre a crise do Iraque vão também de encontro às conclusões anteriormente apresentadas. Os autores analisaram a cobertura da guerra em três períodos: a pré-invasão, a invasão e a pós-invasão, e compararam estes resultados com outros obtidos em estudos sobre cobertura da mesma guerra em meios de comunicação dos EUA e da França. Na fase da pré-invasão, os *media* franceses e os norte-americanos foram dominados pelas orientações governamentais, pois estas estavam em sintonia com o sentimento da maior parte da opinião pública. No Reino Unido havia menos consenso

audiência global. A "arma fumegante" que poderia ligar Saddam Hussein à Al-Qaeda nunca foi encontrada, mas a decisão foi tomada, independentemente da falta de provas; Saddam Hussein tinha de ser abatido a qualquer custo. Os ataques contra o Afeganistão em Outubro de 2001 assinalaram a primeira fase da guerra, o objectivo declarado era o de perseguir os potenciais membros da Al-Qaeda a partir das suas bases nas montanhas do Afeganistão e deitar abaixo o regime Taliban (OTTOSEN *in* OTTOSEN; NOHRSTEDT, 2005).

quanto às opções políticas e as divergências eram marcadamente acentuadas nos títulos de esquerda e de direita. No *Daily Mirror* e no *The Guardian*, conotados com a esquerda, era perceptível uma campanha contra a política anglo-americana e incentivos anti-guerra. Já nos jornais de direita, *Daily Telegraph* e *Daily Mail*, as notícias eram favoráveis à política anglo-americana. A fase da invasão ficou marcada tanto nos *media* do Reino Unido como na França e EUA, pela incorporação dos jornalistas, que proporcionou um fluxo constante de imagens e relatos dramáticos da linha da frente dos confrontos. As pesquisas comparativas internacionais da cobertura televisiva desta guerra sugerem que os canais de televisão do Reino Unido eram menos anti-guerra do que, por exemplo, os canais alemães, como já referido, e menos pró-guerra do que os canais norte-americanos. Na última fase, a pós-invasão, os meios de comunicação do Reino Unido apostaram na difusão de notícias sobre os elementos negativos relativos à segurança no Iraque, enquanto que os *media* nos EUA deram bastante relevância à crítica da administração de Bush. Tendo a cobertura da Guerra do Iraque, em 2003, acontecido na sequência dos ataques contra o *World Trade Center* e o Pentágono, foi notável uma certa tendência pró americana nos *media*, e em muitos casos na CNN.

Como já foi referido, a exagerada mediatização das guerras modernas trouxe a público vários relatos de um mesmo acontecimento. Esta cobertura diferenciada deveu-se não só aos avanços tecnológicos, mas principalmente ao surgimento da política “24/7 News” (difusão de notícias 24 horas por dia, sete dias por semana), desenvolvida por Thussu e Freedman. Tanto na Guerra do Iraque como nos conflitos que se seguiram, a reportagem ao vivo é tida pelas organizações de notícias como decisiva no resultado das audiências. A pressão de ser o primeiro a dar a notícia pode criar uma tendência entre os canais informativos a sacrificar a profundidade. Os jornalistas de televisão trabalham com a pressão de prazos apertados, deixando-lhes pouco tempo para investigar e reflectir sobre a história antes de a publicar. “is a danger such a news culture may be detrimental to the quality of news, as one commentator notes: ‘By making the live and the exclusive into primary news values, accuracy and understanding will be lost’ (MACGREGOR, 1997: 200).

Num ambiente onde a difusão é orientada para o consumidor, e operando num mercado muito competitivo e cada vez mais fragmentado, o jornalismo de televisão

contemporâneo tende para o *infotainment*. Este termo emergiu durante os anos de 1980 e tornou-se uma palavra-chave que se refere a “um género de explícita mistura de informação e entretenimento em notícias e assuntos da programação actual”. Aos olhos dos administradores da televisão esta é uma solução que parece ter vindo para ficar, e tem como objectivo atrair para a frente dos ecrãs as gerações mais novas, influenciadas pelos visuais atraentes, animados por computadores, adeptos do *zapping* e da leitura de notícias *on-line*. Um estilo de cultura comercial de televisão que já foi adoptado nos Estados Unidos da América está a tornar-se cada vez mais global.

Muitas investigações apontam para o que é bastante perceptível ao olhar para uma grelha de notícias dos telejornais de muitos países: são poucas as notícias positivas. Na televisão de todo o mundo prosperam a violência, a morte e a destruição, seja por causas naturais (inundações, furacões, terramoto) ou humanas (guerras, assassinatos, etc). Nesta nova era 24/7, os noticiários exigem impacto visual e uma história dramática, um padrão que faz com que as notícias de guerra sejam susceptíveis de *infotainment*. Algumas características-chave da apresentação de guerra na televisão, que surgiram ao longo da última década de guerra de informação, demonstram a tendência do uso de formatos de entretenimento. Este é o caso, por exemplo, das imagens dos vídeo-jogos de computador com gráficos parecidos aos ataques cirúrgicos. As crianças têm, hoje em dia, acesso a palcos de guerra através dos jogos informáticos e dos filmes. A guerra tornou-se parte de uma indústria comercial e como resultado desta “homogeneização da cobertura de guerra sem sangue e desprovida de qualquer sentido real de morte e destruição, o público pode tornar-se insensível à tragédia e horror da guerra”, uma ideia também sustentada por Said:

TV news obsession with high-tech war reporting has grown since the 1991 US attack against Iraq. CNN's coverage of the Gulf War, for the first time in history, brought military conflict into living rooms across the globe. In the hi-tech, virtual presentation of war, cockpit videos of “precision bombings” of Iraqi targets were supplied to television networks by the Pentagon, thus presenting a major conflict, responsible for huge destruction of life and

property as a painless Nintendo exercise, and the image of Americans as virtuous, clean warriors' (THUSSU & FREEDMAN, 2003: 124).⁶

A América jamais perderá uma guerra, precisamente porque cada vez mais as guerras da informação se sobrepõem aos combates no campo de batalha. Mesmo que o inimigo se dê como o vencedor de campo, os norte-americanos logo procurarão ganhar a guerra noutros formatos. Exemplos disso são as centenas de filmes já produzidos que contam histórias de guerras travadas com super-heróis, onde os vencedores justos são sempre os norte-americanos, pois têm como objectivo principal a luta pelo bem da humanidade.

⁶Tradução: A obsessão dos telejornais com reportagens de guerra em alta definição tem crescido desde 1991 com o ataque dos EUA ao Iraque. A cobertura da Guerra do Golfo, feita pela CNN, trouxe pela primeira vez na história um conflito militar a todas as salas de estar do mundo. Na apresentação virtual da guerra, os vídeos *cockpit* de "bombardeamentos de precisão" a alvos iraquianos foram fornecidos às redes de televisão pelo Pentágono, dando a ideia de um conflito "limpo", e a imagem dos americanos como virtuosos, guerreiros" (THUSSU & FREEDMAN, 2003).

Capítulo II

O Jornalismo Incorporado

*...Havia sete meses que Falluja estava controlada pelos combatentes islâmicos, que mantinham a cidade numa servidão medieval. Agora, era a vez de ser retomada pelos marines, 6000 no total, que iam entrar nela a pé, numa noite de Novembro. **Eu viajava com uma companhia de 150 marines chamada Bravo, pertencente ao Primeiro Batalhão, Oitavo Regimento.** Comigo estava um fotógrafo australiano, Ashley Gilbertson. Entrámos nas ruas enegrecidas e a Bravo dividiu-se em três colunas, uma por cada pelotão. Tínhamos avançado meio quarteirão quando começou o fogo dos morteiros (...) Alguém gritou <fósforo!> e **um dos marines gritou, agarrou-me e lançou-me sobre uma amoreira. Fiquei irritado com ele, por me ter abalroado. De súbito, outro marine arrancou-me a mochila com um puxão e apontou para os pedaços, do tamanho de punhos, que ardiam já no meu saco-cama. (...) Éramos 40 soldados, o Primeiro Pelotão da Companhia Bravo, mais Ashley e eu.** À nossa frente estendia-se uma estrada, uma avenida de seis faixas, uma das principais armadilhas de Falluja, chamada Rua 40. Precisamente nesse momento, os insurrectos avistaram-nos e abriram fogo dos dois lados da estrada. Os marines ripostaram de imediato, gritando e disparando, todas as armas em modo automático, gritando e disparando. Toda a testosterona de 40 homens jovens. Treparam com esforço para a parte superior do muro, em busca de espaço donde pudessem disparar, de pé em cima de bidões de petróleo e de velhas máquinas de lavar. Eu mantinha-me também de pé encostado aos tijolos, as botas dos rapazes ao nível da minha cabeça, e **sentia-me estranhamente seguro, quase sereno no meio do bramido das armas. O único lugar seguro.** (...) Continuei a correr, a lançar-me, a voar para o outro lado o mais depressa que podia **com os meus 30 quilos de equipamento**, quando vi dois marines à entrada de uma casa, acenando-me vem vem. Corri direito a eles e vi na expressão dos rostos que não tinham a*

certeza se eu conseguiria. Empunhavam as armas como se quisessem salvar-me e, quando cheguei junto deles, agarraram-me pela mochila e atiraram comigo para dentro de casa. Fiquei estendido no chão um minuto, a recuperar os sentidos e a pensar que naquele momento não era mais que uma criança. Uma criança no berço, a ser cuidada pelos pais, eles com 19 anos e eu com 43... (FILKINS, 2008:18).⁷

O texto da epígrafe deste capítulo é da autoria de Dexter Filkins, autor de *Guerra sem Fim*. Filkins é um dos mais reconhecidos correspondentes de guerra americanos devido ao trabalho realizado na cobertura das guerras do Afeganistão e do Iraque para o *New York Times*. Na obra citada descreve pormenorizadamente uma das suas experiências enquanto repórter incorporado numa unidade militar norte-americana no Iraque, onde permaneceu durante três anos e meio.

O conceito de *embedded* nasceu em 2003 aquando dos preparativos para a invasão do Iraque. Nas condições em que esta guerra se desenrolou, sem a autorização da NATO, o Departamento de Defesa dos EUA carecia de uma política para os meios de comunicação social que neutralizasse as vozes descontentes com a invasão e que ao mesmo tempo fizesse dos *media* um aliado. Em Dezembro de 2002, três meses antes do ataque a Bagdade, a Casa Branca e o Pentágono anunciaram que, ao contrário do que tinha sucedido em guerras anteriores, a Guerra do Iraque iria ser acompanhada de perto pelos *media*, com o apoio dos chamados *embedded journalists* (jornalistas incorporados). “We need to tell the factual story – good and bad – before others seed the media with disinformation and distortion, as they most certainly will continue to do. Our people in the field need to tell our story – only commanders can ensure the media get to the story alongside the troops”, afirmou Donal Rumsfeld, secretário da Defesa dos Estados Unidos da América, num comunicado à imprensa acerca deste programa.

Nas semanas que se seguiram decorreram várias sessões que envolveram o Departamento de Defesa dos EUA e os responsáveis pelos *média* para se chegar a acordo sobre as normas que envolveriam esta estratégia. O objectivo do governo era alimentar uma relação dita saudável com os jornalistas, desenvolvendo uma “política

⁷Os segmentos do texto a negrito são da responsabilidade da autora deste texto.

que fornecesse o acesso irrestrito aos *media*, onde os jornalistas poderiam apresentar o lado heróico, profissional e humano dos militares” (FAHMY & JOHNSON, 2007) e, ao mesmo tempo, não abrir mão do controlo das notícias difundidas.

Em Fevereiro de 2003, um mês antes do início da guerra, o Pentágono lançou um documento com as políticas e os procedimentos para a incorporação dos meios de comunicação social em unidades militares: o *The Public Affairs Guidance* (PAG) De acordo com este, qualquer jornalista incorporado em uma unidade militar teria de se sujeitar a um treino militar específico, acompanhar sempre a unidade militar, estando proibido de fazer descrições precisas sobre o local onde se encontravam e não estaria autorizado a transportar armas ou a utilizar o seu veículo pessoal. Os oficiais tinham ainda o direito de rever os despachos dos repórteres para se certificarem que não existiam violações das regras que pusessem em causa a segurança das suas missões e a continuação do jornalista na unidade da força. Antes da guerra ter início, 600 jornalistas foram submetidos ao programa de treino militar junto das forças armadas e, em Abril de 2003, um mês após o deflagrar da guerra encontravam-se já no Iraque 903 jornalistas incorporados: 136 do Reino Unido, três da Austrália e o restante dos Estados Unidos da América.⁸

A incorporação de jornalistas em unidades militares não reuniu consenso. O conflito estava ainda em marcha e os debates à volta da viabilidade deste “novo” processo multiplicavam-se. A escolha do conceito de *embedded*, a possível criação de laços entre militares e jornalistas, a falta com a verdade e a distorção da realidade foram algumas das falhas apontadas ao processo pelos vários críticos. Mas devemos notar que o conceito do jornalista incorporado não é verdadeiramente uma originalidade da Guerra do Iraque, embora nesta tenha tido uma dimensão nunca antes alcançada, daí ser referido pelo Pentágono como uma novidade. A política da incorporação evoluiu a partir das experiências de várias guerras anteriores. Knightley afirma que na Primeira Guerra Mundial, o exército britânico teve seis jornalistas “incorporados” que usavam fardas militares e dependiam das forças armadas para lhes serem asseguradas a segurança, o transporte e a alimentação no campo de batalha. Na Guerra das Malvinas contra a

⁸Os países que se posicionaram contra a guerra, como a França por exemplo, não tinham qualquer jornalista incorporado.

Argentina em 1982, a imprensa britânica estava também completamente dependente dos militares. Durante as operações iniciais na Bósnia em 1995, os media foram incorporados com unidades militares na Alemanha. Também no Afeganistão em 2002, os jornalistas americanos foram autorizados a incorporar as forças, ainda que em número limitado e curtos períodos de tempo.

Falar na relação que se estabelece entre jornalistas e militares na lógica do conceito de *embedded* é o mesmo que dizer que estes se encontram, digamo-lo em tradução literal “na cama com” os militares. Kylie Tuosto (2008) afirma que ainda que a escolha do termo pelo Pentágono tenha sido inconsciente, este remete-nos para uma espécie de trocadilho sexual na relação íntima dos *media* com os militares. “This incestuous intimacy between the media and military, has become an unprecedented exploitation of the concept of freedom of the press. Not only are both parties disregarding the notion of a free and independent press, but both are exploiting one another’s resources for their own benefit” (TUOSTO, 2008:30). O jornalista Paul Workman refere também o papel desta comunicação incorporada, pois entende que esta permite que a guerra seja “covered...by a press corp that’s sleeping with the winner” (WORKMAN *apud* TUOSTO, 2008:30). E Robert Kaplan, em *Media and Militay* vai de encontro a estes dois autores afirmando que: ”when embeds return home from a stint with the military, journalism professors often question whether the embedded journalists have become, in effect, ‘whores’ of the armed forces” (KAPLAN *apud* TUOSTO, 2008:30).⁹

A criação de possíveis laços afectivos entre jornalistas e militares é outra das questões muito debatidas. O facto de ambos experienciarem as mesmas situações, durante dias e dias seguidos, é para muitos reflexo de um mau trabalho jornalístico. Morrison e Tumber escreveram em 1988 acerca da cobertura do conflito nas Malvinas:

⁹Tradução: ”Quando os incorporados voltam para casa depois de um *stint* com os militares, os professores de jornalismo questionam-se muitas vezes sobre se os jornalistas incorporados se tornaram, com efeito, ”prostitutas ”das forças armadas”(KAPLAN *apud* TUOSTO, 2008).

The journalists not merely observed their subjects, but lived their lives and shared their experiences, and those experiences were of such emotional intensity that the form of prose which journalists use to take the reader into that experience – the ‘I was there’ form- provided not only a window for the reader, but also a door for partiality irrespective of any desire to remain the detached professional outsider (MORRISON & TUMBER, 1988: 96).¹⁰

À semelhança destes também outros críticos entenderam esta relação como sinónimo de uma evidente parcialidade no trabalho do jornalista. Jeff Gralnick, jornalista com experiência na Guerra do Vietname, acrescentou:

...You will fall in with a bunch of grunts, experience and share their hardships and fears and then you will feel for them and care about them. You will wind up loving them and hating their officers and commanders and the administration that put them (and you) in harm’s way. Ernie Pyle loved his grunts; Jack Laurance and Michael Herr loved their; and I loved mine. And as we all know, love blinds and in blinding it will alter the reporting you thought you were going to do. Trust me. It happens, and it will happen no matter how much you guard against it. Remember also, you are not being embedded because that sweet old Pentagon wants to be nice. You are being embedded so you can be controlled and in a way isolated. Once you’re in the field, all those officers and commanders you now hate, because you love your grunts, you will hate even more because they will have total control over where you can go, what you can see and what you can do. Vietnam was easier, we came and went – serial embeddees- essentially uncontrolled, which made for a great deal of reporting the Pentagon would rather have buried. And this embedding plan, which is being adopted now like war summer camp, has been put together by guys, now senior officers, who were burned or felt burned by the press as

¹⁰Tradução: “Os jornalistas não só observavam os militares, como viviam as suas vidas e compartilhavam as suas experiências, e essas experiências foram de tal forma intensas que a sua escrita leva o leitor a essa experiência - o 'eu estava lá' fornecia não somente uma visão ao leitor, mas também uma porta para a parcialidade independentemente de qualquer desejo de ficar de fora do profissional autónomo (MORRISON & TUMBER, 1988).

juniors 35 or so years ago. Fool me once (GRALNICK *apud* PALMER & TUMBER, 2003:52).¹¹

A avaliação final da cobertura do conflito teve várias apreciações. Terence Smith (2003) apresenta uma visão positiva quanto ao processo de incorporação, argumentando que esta será uma estratégia usada nas guerras do futuro. “The most innovative aspect of the coverage of the second gulf war...a new standard was set for war reporting. It is impossible to imagine a future U.S. military campaign without reporters embedded in frontline units...there is no going back” (SMITH, 2003: 26). Já Friedman (2003) entendeu que a incorporação dos jornalistas em unidades militares nada mais foi que um retrocesso à Guerra do Vietname, onde foi revelado apenas uma pequena parte do conflito.

Embedding gave some measure of safety to reporters, but it also restricted their coverage so that not much real combat footage resulted, and that had to be shown over and over. The frequent live transmissions demanded by their networks required the reporters to spend excessive time on logistics, rather than on getting pictures. Unembedded reporters and official army cameramen got some of the best pictures, and action scenes from Baghdad during air attacks resulted from cameras left unattended but running on the roofs of buildings

¹¹Tradução: “Tu experencias dificuldades e medos e, depois, sentes-te parte deles e preocupado com eles. Vais acabar por amá-los e odiar os oficiais e comandantes e a administração que os coloca (e a você também) no caminho do perigo. Ernie Pyle amava os seus companheiros militares; Jack Laurance e Michael Herr amavam os seus, e eu amava os meus. E como todos sabemos, o amor cego e ofuscante vai acabar por alterar a informação que se pensou escrever. Confie em mim. Acontece, e isso vai acontecer não importa o quanto se tente proteger disso. Lembra-te também, tu não estás a ir incorporado porque o Pentágono quer ser agradável. Tu vais incorporado para que possas ser controlado e de uma forma isolada. Uma vez que estás no campo, todos os oficiais e comandantes que odeias agora, porque amas os teus companheiros militares, vais odiar ainda mais, porque eles vão ter total controlo sobre onde tu podes ir, o que podes ver e o que podes fazer. No Vietname era mais fácil, e nós fomos e viemos - infiltrados - essencialmente sem controlo, fizemos uma grande quantidade de cobertura que o Pentágono preferiria ter enterrado. E este plano de incorporação, que está agora a ser adoptado que nem um campo de férias de guerra, tem sido elaborado por homens, agora chefes executivos, que foram ou se sentiram queimados pela imprensa quando eram juniores há cerca de 35 anos. Engana-me uma vez...” (GRALNICK *apud* PALMER & TUMBER, 2003).

there after the reporters themselves had been expelled (FRIEDMAN, 2003:29).¹²

Uma opinião também partilhada por Bryan Whitman, secretário dos assuntos públicos do Pentágono. Apesar da incorporação dos jornalistas ter sido um dos principais meios de cobertura da guerra, esta foi a seu ver “muito profunda mas não muito ampla”: ”The press pay for that, of course, because it is very deep, rich coverage, but it’s not very broad...So if you’re with a rifle company, you may get some very good reporting of what the unit is doing, but you may not have good situational awareness of what’s happening to your right, to your left, behind you – that type of thing” (TUMBER & PALMER, 2004:14). Para Nohrstedt (2009), esta estratégia pretendeu apenas fazer com que os *media* se tornassem parte do esforço da guerra.

The primary motive was, in all likelihood, not concern for the media’s need for dramatic feature-stories and photos from the front, but rather an ambition to provide the media with potent material that also supported the war propaganda. Experiences from the Falklands War, for example, showed that correspondents who share the soldiers’ daily hardships, and who also depend on them for their safety, are likely to also come to share the military’s perspective on the events. Correspondents become part of the psychological warfare and propaganda (NOHRSTED, 2009:102).¹³

No artigo já citado, Kylie Tuosto lembra que o facto do jornalismo envolver uma empresa capitalista, servir um mercado e atender a um determinado grupo de

¹²Tradução: “A Incorporação trouxe, em alguma medida, segurança aos repórteres, mas também restringiu a sua cobertura de modo que nas suas filmagens deveria ser mostrado mais e mais. As transmissões ao vivo, exigidas pelos seus meios, exigiam que os repórteres passassem tempo excessivo em logística, em vez de tirar fotos. Algumas das melhores fotos e cenas de acção em Bagdade tiradas por jornalistas não incorporados e cinegrafistas oficiais do exército, durante ataques aéreos, resultaram de câmaras deixados sozinhas, depois dos jornalistas terem sido expulsos” (FRIEDMAN, 2003).

¹³Tradução: “O principal motivo não foi a necessidade dos media em conseguir histórias e fotos dramáticas da frente, mas sim a ambição de fornecer os meios de comunicação com material potente que também apoiasse a propaganda de guerra. Experiências como a da Guerra das Malvinas, por exemplo, mostrou que os correspondentes compartilham as dificuldades diárias dos soldados e também dependem deles para estarem seguros, é provável que também compartilhem a perspectiva do militar sobre os acontecimentos. Os correspondentes tornam-se parte da guerra psicológica e de propaganda” (NOHRSTED, 2009).

consumidores faz com que um repórter possa alterar o conteúdo e a retórica da sua notícia com o propósito de ir de encontro às necessidades do seu público (TUOSTO, 2008:22).

In war correspondence then, considering the audience means that a journalist will inevitably censor the reality of war at his discretion. War correspondence is particularly conducive to censorship not only because it exposes the predominantly naïve American public to the brutality and ruthlessness of war, but also because the families of soldiers have a right to learn of their loved one's death in a respectful, tactful, and formal way. These pressures mean that embeds not only practice self-censorship, but also receive limited information and are denied intimate details for the sake of secrecy and military strategy (TUOSTO, 2008:22).¹⁴

O autor dá o exemplo de Gordon Dillow, um jornalista de guerra incorporado, que admite ter recorrido à “auto-censura”.

The result was that the marines sounded much more like choirboys in my stories than they really are. I didn't hide anything. For example, when some of my marines fired up a civilian vehicle that was bearing down on them, killing three unarmed Iraqi men, I reported it – but I didn't lead my story with it, and I was careful to put it in the context of scared young men trying to protect themselves... and sweet-faced, all-American boys hardened by a war that wasn't of their making (DILLOW *apud* TUOSTO, 2008:22).¹⁵

¹⁴Tradução: “Em correspondência de guerra então, considerando o público significa que um jornalista, inevitavelmente, censurar a realidade da guerra a seu critério. A cobertura de guerra é particularmente propícia à censura, não só porque expõe a opinião pública americana predominantemente ingênua para a brutalidade e a crueldade da guerra, mas também pelas famílias dos soldados que morrem em combate. Essas pressões significam que o trabalho de incorporação não só implica uma prática de auto-censura, como também implica a recepção de informações limitadas e pouco detalhadas por causa do sigilo e estratégia militar.” (TUOSTO, 2008).

¹⁵Tradução: O resultado foi que nas minhas notícias os *marines* foram descritos como mais meninos de coro do que realmente são. Eu não escondi nada. Por exemplo, quando alguns dos meus *marines* dispararam contra um veículo civil que os ia atingir, matando três homens iraquianos desarmados, eu noticiei mas tive o cuidado de colocar os marines no contexto de jovens assustados que tentavam proteger-se... e os meninos de rosto doce, “all-American” endureceram por uma guerra que não foi uma decisão sua” (DILLOW *apud* TUOSTO, 2008).

Por outras palavras, a forte ligação do jornalista com os soldados pode fazer com que este tome a liberdade de escrever apenas o que considera necessário e adequado ao seu público, fazendo assim com que se perca a objectividade (TUOSTO, 2008:22).

Apesar do processo de incorporação ter irrompido com a Guerra do Iraque, vale a pena sublinhar que esta não foi coberta apenas por jornalistas em tais condições. Houve muitos órgãos de comunicação que optaram por uma cobertura independente, com o fim de preservar a sua liberdade de movimentos, tendo enviado para o terreno os chamados jornalistas unilaterais.

Relação entre jornalistas e militares

Que a relação entre jornalistas e militares seja tensa é um facto que deriva dos ângulos e perspectivas opostas a que as funções do jornalista e dos militares conduzem. Enquanto que ao jornalista cabe conseguir o máximo de informação relativa ao conflito, a função dos militares é controlar esta informação de modo a que à opinião pública não cheguem testemunhos negativos, tais como, excessos no uso da força.

Para Carlos Santos Pereira, jornalista com ampla experiência em teatros de guerra e autor da obra *Guerras da Informação* a relação entre militares e jornalistas sempre foi controversa devido às diferentes culturas e mentalidades que os envolvem: “os jornalistas representam por princípio a abertura, o direito de questionar, o pluralismo - a própria essência da democracia. Os militares vivem sob o lema de regras e regulamentos, de disciplinas, de hierarquia, de uma cultura homogénea e fechada - se não algo hostil para os forasteiros.” (2005:17). Este jornalista ressalva o facto de ambos actuarem suspensos de cadeias hierárquicas que os ultrapassam, o que faz com que estes se tornem “reféns das decisões políticas, limitando-os a protagonizar no terreno opções que os ultrapassam” (2005:17). A existência de outros actores nesta relação, como são exemplos, a opinião pública e as hierarquias de poder, que para muitos autores, explica a complexidade da mesma.

A prática e a História das relações entre militares e jornalistas em dada situação de crise ou de conflito dependerá muito mais da conjuntura política do momento, do clima social reinante, do maior ou menos consenso existente

entre as elites (e, num plano secundário, da própria opinião pública) do que de um confronto intrínseco às condições de guerreiro e do cronista, de uma incompatibilidade irreparável entre as duas perspectivas (PEREIRA, 2005: 21).

No entendimento de Carlos Santos Pereira, desde o século XX até aos nossos dias, a “história” da relação entre jornalistas e militares pode dividir-se em três fases. A primeira vai até à primeira metade do século findo e caracteriza-se pelo “preceito de esconder, de vetar – ou, num segundo tempo, de “arregimentar” os jornalistas. A segunda fase diz respeito ao episódio do Vietname. Definido pelo autor, como “um ponto de ruptura nesta relação”, a difusão da Guerra do Vietname dada pelos *media*, que desencadeou um apoio público, é apontada como a causa da derrota americana na Indochina. A partir de então, os militares culpam a imprensa pelo fracasso do seu país, dando início a uma das piores épocas na relação entre ambos, definida como a “Síndrome do Vietname”. A cobertura das guerras que se seguiram tornou-se assim muito mais difícil. Na Guerra do Golfo, a actividade jornalística ficou marcada pelas severas restrições impostas pelos responsáveis militares norte americanos. O acesso ao campo de batalha foi limitado às *pool*, deixando no ar sérias questões quanto à capacidade dos meios de comunicação de relatarem com rigor e isenção os acontecimentos e não se deixarem usar como “porta-vozes e amplificadores do consenso político em torno da intervenção (PEREIRA, 2005: 94). A última fase desta relação inicia-se após a Guerra do Golfo, numa época em que ambos “se esforçaram para em conjunto elaborar uma espécie de código de direitos e deveres em teatros de guerra” (PEREIRA, 2005: 95).

O aparecimento do jornalista incorporado na Guerra do Iraque veio abrir um novo capítulo na cobertura de situações de conflito. No entanto, para Carlos Santos Pereira não se terá chegado ainda a um “modelo acabado de acomodamento entre militares, media, elites políticas e intelectuais e opinião pública” (2005:96). Os jornalistas continuam a reclamar total liberdade em teatros de guerra. Os governos e militares querem conciliar o controlo desta projecção mediática com as “regras do jogo democrático e os princípios da liberdade de imprensa”. A questão da informação na

guerra e da relação entre jornalistas e militares está assim longe de chegar a um consenso. Este é um “processo em aberto, e onde será difícil encontrar respostas definitivas. Resta para já, uma certeza. A de que o alerta lançado pelo senador Hiran Jameson mantém (...) toda a pertinência. A verdade continuará e - cada vez mais -, a ser a primeira vítima da guerra” (PEREIRA, 2005:380).

Estudos sobre a cobertura noticiosa dos jornalistas incorporados

Como já foi referido, a Guerra do Iraque foi motivo de preocupação tanto nos círculos políticos como nos dos *media*. Durante e depois do conflito, o clima de preocupação e dúvida que existia relativamente à cobertura dos jornalistas incorporados em unidades militares foi notório. Começaram a surgir vários estudos com a conclusão em comum de que na cobertura da Guerra do Iraque as emissoras se centraram na cobertura do desenvolvimento da guerra, deixando escapar discussões mais amplas sobre as suas implicações (LEWIS *et al.*, 2006).

O já citado estudo, realizado por Aday Sean, Steven Livingston e Meave Herbert, em 2005, mostra que não há razão para desacreditar o trabalho de jornalistas incorporados em unidades militares. De acordo com os autores, a Guerra do Iraque fornece um caso de estudo particularmente interessante porque foi uma guerra onde estiveram presentes centenas de redes compostas por públicos distintos, com culturas diferentes, no entanto com a mesma prática jornalística baseada no modelo ocidental e, em segundo lugar, por ter sido a primeira guerra onde estiveram oficialmente jornalistas incorporados com unidades militares dos EUA. Segundo os investigadores, antes e durante a guerra, haviam muitos críticos preocupados com o facto dos jornalistas incorporados poderem ser tentados a adoptar uma espécie de “Síndrome de Estocolmo” e fazer a cobertura totalmente a favor do esforço de guerra dos Estados Unidos da América. No entanto, os resultados mostram que estes medos não tinham na realidade fundamento, uma vez que 91% das 180 histórias analisadas foram consideradas neutras.

There may be no time when a country is more in need of an independent and vigorous press than when it is at war. The public depends on the press to serve as their eyes and ears on the battlefield and in the halls of policymakers to

ensure that their fellow citizens are not sent to die in unnecessary wars or forced to fight immoral or poorly waged ones (SEAN, LIVINGSTON & HERBERT, 2005:18).¹⁶

A investigação procurou ainda analisar as diferenças no trabalho do jornalista incorporado e no do jornalista unilateral e concluiu que o segundo cobre histórias mais variadas: faz relatos sobre mortos civis e iraquianos, difunde imagens de feridos e escreve sobre a reconstrução do pós-guerra, histórias ausentes na cobertura do repórter incorporado. Uma conclusão a que também chegaram Justin Lewis, Rod Brookes, Nick Mosdell e Terry Threadgold num estudo encomendado pela BBC sobre as implicações da cobertura dos jornalistas incorporados nos meios de comunicação britânicos durante e logo após a Guerra do Iraque. *Shoot First and Ask Question Later*; o produto final deste estudo, para além de concluir acerca do balanço da cobertura do jornalista incorporado, procurou também saber qual foi a percepção do público britânico sobre a cobertura do conflito.

Numa primeira parte da investigação foram entrevistados actores do Ministério da Defesa, do Pentágono e jornalistas, com vista a conhecer as suas perspectivas sobre a incorporação dos *media*. Para poder concluir sobre a perspectiva dos jornalistas, os investigadores fizeram 23 entrevistas a quatro repórteres incorporados em unidades norte-americanas e três em unidades britânicas, quatro jornalistas baseados na Unidade de Transmissão da Frente, dois jornalistas unilaterais, um repórter com base em Bagdade, nove directores e editores responsáveis pelas políticas que dizem respeito à ida dos jornalistas incorporados e cinco editores e jornalistas da *Al-Jazeera* no Qatar. Destas entrevistas concluiu-se que os jornalistas incorporados com as unidades americanas fizeram um balanço favorável desta experiência, tendo saído surpreendidos com o grande acesso que tiveram à linha da frente e à informação no geral. A maioria afirmou que os militares mostraram interesse no trabalho dos jornalistas, tendo no entanto, feitas poucas tentativas de interferir ou censurar as suas peças. James Mates,

¹⁶Tradução: “Não há nenhum momento em que um país tenha mais necessidade de ter uma imprensa independente e vigorosa do que quando está em guerra. O público depende da imprensa para servir os seus olhos e ouvidos no campo de batalha e nos corredores das políticas para assegurar que os seus cidadãos não são enviados para morrer em guerras desnecessariamente” (SEAN, Livingston & HERBERT, 2005).

jornalista da *ITV News* considera que a incorporação foi uma experiência muito satisfatória. “I’ve rarely had such open access, to anything, let alone a war, certainly never had that level of openness and cooperation from the military who have not, in my experience, been the most open people I’ve ever had to deal with” (LEWIS *et al.*, 2006:85).

Apesar dos vários testemunhos positivos, seria errado afirmar que a implementação desta estratégia foi totalmente bem sucedida, pois houve diversas lacunas a registrar. Segundo as normas do Pentágono, os jornalistas incorporados não estavam autorizados a usar os seus próprios meios de transporte e estavam limitados em relação à quantidade de carga que poderiam levar. Todavia, há testemunhos que demonstraram que estas regras não foram seguidas à risca, como é o caso de Jonathan Baker, editor da Secção Mundo da *BBC*, que lembrou que dois dos seus correspondentes, aprovados pelo Pentágono para incorporarem uma das unidades militares, foram informados de que teriam de seguir no seu transporte ou não integrariam a coluna militar. Outra jornalista insatisfeita com esta estratégia militar foi Romilly Weeks, correspondente da *ITV*. “It was a constant juggling act between being able to report what we wanted to report and not upsetting the officers. I got the impression quite early on that they would have liked us to be a branch of British Forces Broadcasting” (LEWIS *et al.*, 2006:87).

As entrevistas revelaram ainda uma percepção comum dos jornalistas de que as redes americanas recebiam um tratamento especial por parte do Pentágono, tendo sempre “prioridade” para integrar as unidades militares com maior possibilidade de vir a estar na linha da frente. Os testemunhos sugerem ainda que houve situações em que os jornalistas eram vistos como um incómodo para os militares britânicos, o que revela que estes “não tinham entendido o princípio básico por trás da política do Pentágono: jornalistas que procuravam apoio nas unidades militares para fazerem o seu trabalho” (LEWIS *et al.*, 2006: 88).¹⁷

¹⁷Citação original: “Our interviews suggest, then, that in seeing journalists as a nuisance and often falling back on the instinct to censor, many British military personnel had not understood the basic principle behind the Pentagon’s policy: support journalists in doing their job, and the big picture that emerges will be favorable”(LEWIS *et al.*, 2006: 88).

Outra parte da investigação prendeu-se com a percepção do público desta cobertura. Os investigadores realizaram uma pesquisa nacional com base em sete grupos de foco¹⁸ para perceber qual o entendimento que o público tinha tirado deste conflito. Foi encontrado um esmagador apoio (92% contra 5%) na ideia de que os *media* foram objectivos e imparciais no tempo de guerra. Quanto à difusão de notícias da autoria de jornalistas incorporados pôde concluir-se que, apesar da recorrência à expressão “repórter incorporado” nas notícias, a maioria dos inquiridos (74%) não sabia o que significava esta expressão e apenas 20% foi capaz de oferecer uma definição precisa do conceito. O facto dos repórteres incorporados, com unidades americanas ou britânicas, estarem sujeitos a algumas restrições era claro para a maioria (68%), sendo que ainda 26% pensavam que nesta cobertura os jornalistas eram independentes e livres para relatarem o que queriam. Depois de explicada a definição de *embedded* a todas as pessoas pertencentes aos grupos de foco, a maioria (57%) mostrou-se a favor do sistema. No entanto mais de um terço das pessoas (36%), mantiveram-se cépticas sentindo que os meios de comunicação social não deviam ficar tão próximos do Governo e dos militares. A pesquisa mostrou ainda que 65% dos inquiridos considera importante a existência de jornalistas unilaterais no terreno, assim como 88% apoiou a decisão da BBC em manter repórteres em Bagdade, contra 9% que se opuseram.

O estudo concluiu assim que o Programa de Incorporação de Jornalistas em Unidades Militares “mudou a natureza da cobertura da guerra sem a consciência pública que não conhecia as restrições que havia entre *media* e militares”. (LEWIS *et al.*, 2006:182). Os autores consideraram que embora o seu estudo sugira que os jornalistas incorporados são capazes de manter razoavelmente elevados padrões de objectividade, são “inevitavelmente parte de uma narrativa em que a complexidade da guerra – os seus motivos, o contexto e justificações – foi inquestionável” (LEWIS *et al.*, 2006:182).

A maioria das críticas ao programa centrou-se no facto de que estando os jornalistas dependentes dos militares para a sua sobrevivência: transportes, alimentação, protecção, faria com que se perdesse a objectividade nas notícias de guerra. No entanto, tanto os estudo aqui apresentados como outras investigações mais antigas não apoiam

¹⁸Os investigadores constituíram os seguintes grupos de foco: cidadãos masculinos de Cardiff; cidadãos femininos de Cardiff; Cidadãos masculinos e muçulmanos de Birmingham; Cidadãos femininos e muçulmanos de Birmingham; Cidadãos femininos de Londres e Cidadãos masculinos de Londres.

esta ideia. Ainda assim, teme-se que futuramente a incorporação se possa tornar a única opção, devido ao elevado número de baixas de jornalistas que se têm vindo a registar nos mais recentes conflitos. Segundo a análise anual do Comité para a Protecção dos Jornalistas (CPJ), o número de jornalistas mortos no exercício da profissão cresceu acentuadamente em 2012. Foram assassinados 70 jornalistas, tendo a guerra civil na Síria sido a responsável por grande partes destes incidentes. Até Novembro de 2013 já se confirmaram 44 mortos, dos quais a maioria, dezassete, perdeu a vida na Síria.

Desde 1992, o CPJ tem vindo a registar e analisar todas as mortes de jornalistas e trabalhadores relacionados com os *media*. Até à data, 2009 foi o ano em que se registou um maior número de mortes (setenta e quatro) seguindo-se os anos de 2007 e 2012 onde se registaram setenta fatalidades. Em 2007 este número deveu-se à Guerra do Iraque e em 2012 à Guerra Civil na Síria. O relatório do ano passado aponta ainda para outras conclusões relevantes: 54% destas mortes deveu-se a guerras e os jornalistas mais afectados foram os que escreviam para meios *online*.

Capítulo III

Os Jornalistas Portugueses e a Experiência de Incorporação

Jornalistas portugueses, cenários de guerra, modos de incorporação

Em Portugal, existe um pequeno grupo de profissionais do jornalismo, efectivos e *freelancers*, que regularmente é seleccionado para cobrir cenários de conflito armado. Para a presente investigação foram contactados diversos jornalistas que considerámos fazer parte do grupo com mais experiência neste campo. Foram realizadas entrevistas a catorze jornalistas e dois fotojornalistas, que em alguma zona de conflito e/ou guerra estiveram incorporados com unidades militares.¹⁹

O número de entrevistas realizadas é desde logo um número indicativo da dimensão significativa que os jornalistas incorporados têm vindo a alcançar nos teatros de guerra, também em Portugal. Como se verificou existem jornalistas incorporados nos vários tipos de órgãos de comunicação, rádio, televisão e imprensa escrita e por isso procurou-se que fizessem parte da amostra profissionais de todas estas áreas. Sendo que em Portugal apenas existe uma agência noticiosa, a *Lusa*, não houve grandes constrangimentos para a considerar na amostra, estando representada pelo fotojornalista Tiago Petinga (44 anos) e o jornalista Carlos Santos Pereira (63 anos), embora este último tenha também feito a cobertura de conflitos incorporado em unidades militares ao serviço do *Diário de Notícias*, *RTP*, *Expresso* e *Público*. No que diz respeito às televisões, estão representadas no estudo a *RTP*, através dos jornalistas Rui Araújo (59 anos) e Luís Castro (48 anos); e a *SIC* representada por Aurélio Faria (41 anos) e Cândida Pinto (50 anos). No que concerne à rádio, foram realizadas entrevistas a José Manuel Rosendo (52 anos) da *Antena 1*; e Emídio Fernando (43 anos) e João Almeida (50 anos) da *TSF*. Da imprensa, foram entrevistados Paulo Moura (54 anos) e Adelino Gomes (69 anos) do jornal *Público*; Micael Pereira (40 anos) do *Expresso*; e Patrícia Fonseca (40 anos) e Henrique Botequilha (41 anos) da revista *Visão*. Fizeram ainda

¹⁹A lista dos nomes dos entrevistados, a informação relativa à data e ao local da realização das entrevistas a cada profissional assim como o respectivo órgão de comunicação social, encontra-se na tabela 1, em anexo.

parte da amostra os fotojornalistas *freelancers* João Pina (33 anos), colaborador regular do *New York Times*, *El País* e *New Yorker*, e Paulo Nunes dos Santos (35 anos), colaborador do *Expresso*, da *SIC Notícias* e do *New York Times*. Foram contactados ainda José Rodrigues dos Santos, Paulo Dentinho, Alexandra Lucas Coelho, Pedro Rosa Mendes, Alfredo Leite, Alfredo Cunha e Carlos Narciso, profissionais portugueses que estiveram em vários cenários de guerra mas que não se consideraram no âmbito do campo de observação deste estudo. Considerando que poderiam reforçar este trabalho, tentámos contactar também os jornalistas Mariana Van Zeller, Paulo Camacho, Artur Albarran, Mário Rui de Carvalho e João Silva, embora sem sucesso.

Nesta investigação, estão representadas várias gerações de jornalistas. Do conjunto de entrevistados, duas são mulheres e catorze são homens, o que pode provavelmente indicar-nos que são enviados para cobrir conflitos bélicos sobretudo jornalistas masculinos. Porém, a participação de repórteres mulheres no campo de batalha também está a crescer. Em Portugal, esta tendência não é ainda significativa, indício da mesma é, o reduzido número de entrevistas neste estudo a jornalistas do sexo feminino com experiência numa incorporação com tropas militares. Durante a entrevista, Cândida Pinto confessou não conseguir encontrar uma explicação para este escasso número de mulheres portuguesas no campo de batalha, acrescentando que, por contraste, “no terreno se vêem muitas mulheres, americanas, iranianas, de todos os sítios”. A jornalista da SIC acredita que esta “predominância masculina” tem propensão para mudar, uma vez que as exigências a que uma reportagem de guerra obriga são suportáveis por ambos os sexos. A dita resistência inferior das mulheres, é muitas vezes apontada como a razão destas não se aventurarem no jornalismo de guerra, uma opinião que parece ser completamente desajustada.

Verificámos que todos os jornalistas possuem níveis de escolaridade relativos ao ensino superior, tendo a maioria complementado estes estudos com formação em Jornalismo (uma grande parte adquirida no Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas – CENJOR). Os vários entrevistados possuem cursos em áreas como: Relações Internacionais (José Manuel Rosendo), Sociologia (Adelino Gomes), História (Paulo Moura, Carlos Santos Pereira), Comunicação Social/Jornalismo (Patrícia Fonseca, Aurélio Faria, Paulo Nunes dos Santos, Cândida Pinto, Luís Castro), História

Moderna e Contemporânea (Emídio Fernando), Psicologia (João Almeida), Gestão de Marketing (João Pina), Fotojornalismo (Tiago Petinga) e Estudos Portugueses (Micael Pereira). Estes dados vão de encontro ao que muitos especialistas dos *media* têm vindo a afirmar: cada vez mais os jornalistas são especialistas em áreas determinadas. Os dados recolhidos levam-nos a traçar um perfil dos jornalistas incorporados como sendo maioritariamente homens com idades compreendidas entre os quarenta e os cinquenta e cinco anos, detentores de capital escolar e com experiência profissional.

Actualmente a maioria dos inquiridos continua a ser jornalista ainda que, em alguns casos, desempenhem também cargos directivos nos respectivos órgãos de comunicação. Estes são os casos de Cândida Pinto (editora da secção de Internacional da SIC e coordenadora da Grande Reportagem na SIC), Luís Castro (coordenador de Informação da RTP1), João Almeida (director adjunto da *Antena 2* e coordenador da produção da actualidade da *Antena 1, 2 e 3*) e Emídio Fernando (editor executivo do *Jornal Nova Gazeta*, em Angola). As excepções são Adelino Gomes, nesta altura investigador associado do ISCTE e Carlos Santos Pereira que colabora com o Instituto de Defesa Nacional e a Academia Militar, entre outras instituições. Esta consideração leva-nos a afirmar que estes jornalistas se encontram já bastante consolidados na sua profissão, e que não estão sujeitos à saída da mesma como ocorre com outros profissionais na actual crise nos *media*. Mais ainda, o facto de alguns deles desempenharem também cargos directivos indica que tais jornalistas não só estão estabilizados na sua profissão, como também se destacam claramente os meios de comunicação onde trabalham. É provável que a sua experiência em teatros de guerra tenha sido importante para alcançarem cargos de direcção.

Os cenários de conflito unem muitos destes profissionais. Mesmo que em Portugal não seja correcto chamar aos jornalistas que cobrem conflitos bélicos, "repórteres de guerra", de acordo com os dados recolhidos podemos considerar que o número de conflitos cobertos é significativo para a maioria dos entrevistados. De facto, no geral, cobriram em média entre seis e nove conflitos/guerras. Do conjunto dos inquiridos pode destacar-se dois grandes grupos. O primeiro, composto por João Almeida, Rui Araújo, Adelino Gomes e Carlos Santos Pereira, este presente em conflitos mais antigos como foram as guerras em Angola (1975), Timor (1975), Zaire

(1991), Bósnia (1994), a Revolução da Roménia (1989) e o Genocídio do Ruanda (1994). Do segundo de que fazem parte todos os outros entrevistados, trabalhou desde os confrontos da Bósnia, em 1996 até às mais recentes guerras, como o Afeganistão (2001 até ao presente), Iraque (2003), Líbano (2006), Faixa de Gaza (2008), Egipto (2011), Líbia (2011), Síria (2011), Mali (2012).

Para esta investigação interessa-nos saber não só os cenários de guerra que reportaram, mas sobretudo a experiência de incorporação que cada um destes jornalistas tem. O Afeganistão (oito jornalistas), o Iraque (sete jornalistas), a Líbia (cinco jornalistas), Angola (cinco jornalistas) e Bósnia (cinco jornalistas) são os territórios onde se registam um maior número de profissionais portugueses que experienciaram uma incorporação. Depois destes, foram também citados os conflitos em Timor (3), Kosovo (2), Síria (1), Rio de Janeiro (1), Sudão (1), Zaire (2), Ruanda (1), Chechénia (2), Golfo (1), Sahara Ocidental (1), Geórgia (1), Sudão do Sul (1) e Mali (1). É clara a diferença quantitativa da cobertura de conflitos dos *media* estrangeiros e dos portugueses. Esta realidade irrompe quando analisamos as experiências relatadas pelos fotojornalistas João Pina e Paulo Nunes dos Santos, ambos ao serviço de meios de comunicação estrangeiros. Os dois já estiveram oficialmente *embedded* com as tropas americanas. A experiência de Paulo Nunes dos Santos mostra de forma evidente esta discrepância entre Portugal e outras realidades internacionais. O fotojornalista esteve incorporado na Líbia, Síria, Sudão, Sahara Ocidental, Geórgia, Sudão do Sul e Mali, alguns deles onde a ausência de meios portugueses foi total. Ainda que ao serviço de meios de comunicação diferentes, a justificação que os jornalistas a trabalhar em Portugal apresentam para este reduzido número de cobertura de conflitos deve-se às dificuldades económicas.

À excepção das coberturas de conflitos relatadas por João Pina e Paulo Nunes dos Santos, que trabalharam directamente com o Programa de Incorporação do Pentágono, as experiências não foram oficializadas. Por outras palavras, dos catorze entrevistados a trabalhar para meios de comunicação social portugueses, nenhum conseguiu autorização para integrar o *embedded* oficial. Em dois casos, os de Tiago Petinga, em Maio de 2010, com uma unidade norte-americana da 82ª Divisão Aerotransportada, no Afeganistão, e a de Henrique Botequilha, em Novembro de 2003,

com a 18ª Brigada do Batalhão 709 da Polícia dos EUA, no Iraque, houve pedidos de autorização prévios. Com este segundo jornalista concretizou-se a assinatura de documentos. Nos restantes casos, o contacto foi feito no campo de batalha e de forma improvisada. Os seguintes testemunhos dão-nos conta desta realidade:

Eles não me queriam como *embedded* e eu impus a minha presença. Eu e a Cândida entrámos sozinhos no Iraque, por nossa conta, e uma vez lá juntámo-nos a uma força americana. Eles não tiveram coragem de nos por fora uma vez que estávamos já em território inimigo no meio da confusão, não iam deixar-nos sozinhos no meio do Iraque, portanto impusemos a nossa presença. Foi sempre improvisado. Claro que esta foi a mais difícil porque eles não nos queriam, nos rebeldes líbios eles queriam, aí é ao contrário, eles queriam muito ter sempre jornalistas com eles (Paulo Moura).

Uma jornalista acrescenta:

Quando estive no Iraque, para já entrámos completamente à boleia, de uma forma bastante irracional numa coluna americana, depois nós saltávamos de coluna para coluna embora estivéssemos com militares americanos, não acompanhámos uma coluna sempre, íamos saltando de coluna para coluna, porque o nosso objectivo era chegar a Bagdade, um pouco diferente do objectivo deles. Mas pronto, éramos alimentados por eles, comíamos as rações de combate e água que eles nos forneciam, dormíamos nos sítios onde eles dormiam e seguíamos as colunas com eles (Cândida Pinto).

Na maioria das vezes, os jornalistas estiveram acompanhados por militares portugueses, mas também existem relatos de incorporações com grupos rebeldes (4), legião estrangeira (2), tropas australianas (1), UNITA (1), exército líbio (1), ONU (1), NATO (1), tropas francesas (1) e tropas angolanas (2). Com grande frequência, as experiências duraram cerca de duas semanas, o período de tempo indicado para o *embedded* oficial. Todavia, há experiências muito breves, como por exemplo o do

jornalista Henrique Botequilha, que esteve com a 18ª Brigada do Batalhão 709 da Polícia Militar dos EUA no Iraque, por apenas uma noite, ou mais prolongadas, o caso de Aurélio Faria que acompanhou durante três meses, alternadamente, o exército português no Afeganistão.

Baseados nos dados recolhidos, podemos afirmar que a incorporação dos jornalistas portugueses em tropas estrangeiras se proporciona geralmente no campo de batalha. O mesmo não acontece quando a incorporação se dá com tropas portuguesas, onde se verificaram vários relatos de acordo prévio. Estas tendências indiciam que parte da estratégia do exército português é uma adaptação do *embedded* americano. João Almeida, jornalista da TSF, corroborou esta hipótese:

Os portugueses enviaram um destacamento militar e nós percebemos que a única maneira de acompanhar os trabalhos dos militares portugueses era inscrevermo-nos oficialmente como jornalistas *embedded* para os acompanhar, isto é, para durante o dia podermos acompanhar as missões. Nós tivemos de ir fazer formação, eu fui ao Instituto de Estudos Militares primeiro falar com os oficiais e depois fui ao Ministério da Defesa onde me encontrei com graduados e oficiais que me explicaram o que podia fazer, acompanhar, qual era o objectivo, a ideia. Mas desde o princípio que não se responsabilizaram pelo alojamento. Marcávamos uma hora de manhã e nós todos os dias aparecíamos para uma série de actividades. A alimentação por simpatia eles alimentavam-nos, mas não estava estipulado também.

José Manuel Rosendo, acompanhou a GNR no Iraque em Março de 2004, “numa espécie de *pool*”: “ (...) o que acontece foi o que aconteceu com a GNR é que previamente foram estabelecidas as condições em que nós íamos funcionar e há regras que eu não tenho dificuldade em aceitar e que são apenas questões de bom senso.”

*

No 25 de Abril de 1974, a coluna de Salgueiro de Maia, composta por 240 homens com as suas viaturas blindadas, ocupou o Terreiro do Paço onde estiveram desde as seis até às dez e meia da manhã. A pouco e pouco começaram a chegar jornalistas, a esmagadora maioria repórteres fotográficos. E a certa altura, pelas nove e pouco da manhã, apareceram dois repórteres da rádio, um sonoplasta e um repórter de um programa chamado “Limite”, o programa da Rádio Renascença onde apareceu o agora tão famoso “Grândola Vila Morena” à meia noite e vinte. (...) Quando eu chego lá ao centro do Terreiro do Paço para tentar perceber o que se passava, um fotógrafo direccionou-me para o capitão que estava a comandar tudo, o Maia. “O Maia? Eu conheço-o, andou comigo no liceu em Leiria” disse eu, fui ter com ele e perguntei: “então oh Maia tu de que lado é que estás?” - eu não tinha gravadores nem nada e por isso ele respondeu-me à vontade, a um colega do liceu: “tu não tiveste de ir para o estrangeiro por causa de umas coisas que disseste na Rádio Renascença?”, e eu fiquei muito admirado por ele saber...e ele continuou: “é pá estamos a fazer isto para que ninguém mais tenha de sair deste país por causa daquilo que pensa, escreve ou diz” e eu dei-lhe um abraço. A partir daí os fotógrafos e os outros perceberam que havia ali um amigo do homem que mandava na guerra.

A partir das dez e meia começámos a ver que o dispositivo militar estava a ser levantado, já não havia ali guerra nenhuma. E eu, que estava ali a ser uma espécie de elo de ligação entre os jornalistas e os militares, perguntei ao Maia o que se estava a passar e ele disse: “Recebi ordens e vou embora. Vou dividir a coluna e vamos embora. Uma parte vai para a Penha de França para ocupar a Legião Portuguesa e a outra parte vai para o Largo do Carmo por causa da GNR” e eu disse-lhe: “e nós podemos ir contigo?” e ele respondeu: “com quem é que vocês querem ir? Eu vou para o largo do Carmo que está la o Presidente da República” e eu respondi “ Está bem, então vamos mas como?” e ele mandou vir uma viatura para nos transportar. Ou seja, ele mandou pôr uma viatura à disposição dos jornalistas. E portanto, os jornalistas passam a estar

embedded aqui, no sentido que o nosso ponto de vista passa a ser o lado dos militares (Adelino Gomes).

As palavras recolhidas na entrevista a Adelino Gomes sugerem-nos que talvez o jornalismo *embedded* em Portugal tenha tido realmente início no dia 25 de Abril de 1974. Neste célebre dia, os jornalistas subiram os carros de guerra passando a usufruir do transporte militar para integrar a coluna que se dirigia ao Largo do Carmo, um dos pressupostos presentes do *The Public Affairs Guidance* para uma situação de incorporação. No entanto, neste trabalho vamos considerar o conceito de *embedded* de um modo distinto. Definimos, na presente pesquisa, um jornalista/fotógrafo/repórter de imagem incorporado como aquele profissional que se tenha deslocado para um qualquer conflito armado junto de uma unidade militar, não fazendo uso dos seus próprios meios ou tendo que utilizar parte da logística da unidade militar, ficando sujeito aos constrangimentos envolvidos. Para a análise serão consideradas todas as guerras/zonas de conflito onde tenham estado presentes meios de comunicação social e jornalistas portugueses e onde tenham havido profissionais nestas condições, mesmo antes da Guerra do Iraque.

Antes de entrarmos no domínio propriamente dito do jornalismo incorporado em Portugal, vale a pena referir que o primeiro repórter português a fazer cobertura de guerra tardou a chegar. As primeiras reportagens sobre um campo de batalha surgiram apenas meses antes do deflagrar da I Guerra Mundial, pelas mãos de Luís Câmara dos Reyes, correspondente do jornal *A Capital* em Berlim, Arnaldo Braga do Primeiro de Janeiro, Xavier Carvalho do *Jornal de Notícias* e Paulo Osório do jornal *O Século*, todos correspondentes em Paris. É também nesta época que *A Capital* envia pela primeira vez um jornalista, Hermano Neves, para a linha da frente com a função de reportar a guerra, um marco na História da cobertura de conflitos em Portugal. No prefácio da obra de *Por Dentro das Guerras*, de Mário Rui de Carvalho, Adelino Gomes frisa este tardar das tropas portuguesas aos mais importantes cenários de guerra mundiais.

Os repórteres portugueses não acompanharam de perto acontecimentos como as guerras da Coreia e do Vietname. Não seguiram as descolonizações

africanas. Tiveram falta de comparência nas três frentes da guerra em que o país se envolveu durante 13 anos. Passaram de raspão pelas tragédias de Timor e dos Grandes Lagos, pelas convulsões nas Américas do Sul e Central. Por razões políticas em primeiro lugar, no tempo da ditadura; mas também por motivos económicos, dada a modéstia da dimensão empresarial dos “media” e do mercado ao qual se dirigiam (GOMES, 2003:6).

Ainda que presentes com alguns repórteres nas duas grandes guerras, são as décadas finais do século XX que marcam o início da presença regular da imprensa portuguesa nos campos de batalha internacionais. Em *Crónicas da Guerra*, José Rodrigues dos Santos faz uma compilação dos cenários de guerra mais marcantes onde os portugueses estiveram presentes. Na Guerra do Afeganistão, na década de 90, Diana Andriga terá sido a primeira mulher portuguesa a fazer cobertura de conflitos, ao serviço da RTP. Neste conflito acompanharam-na jornalistas como Carlos Fino, Seruca Salgado e José Barata-Feyo. O desmembramento da URSS, que marcou o fim da Guerra-fria, foi relatado em Portugal por José Milhazes da rádio *TSF*, Paulo Moura do jornal *Público* e mais uma vez Carlos Fino da *RTP*. A Primeira Guerra do Golfo, em 1991, considerada uma das guerras mais mediatizadas do mundo contou com a cobertura de quase todos os órgãos de comunicação portugueses existentes na altura. Artur Queirós do *Jornal de Notícias*, Paulo Camacho do *Expresso*, Duarte Valente da *Rádio Nova/Rádio Atlântica*, João Almeida da *TSF*, Manuel Neto do *Diário de Notícias*, Adelino Gomes do *Público* e Artur Albarran da *RTP* estiveram nestes teatros de guerra. Seguiu-se em 1994, o Genocídio do Ruanda, um dos maiores massacres ocorridos nas últimas décadas. A cobrir este conflito esteve Rui Araújo pela *RTP* e João Almeida pela *TSF*. O desmembramento da antiga Jugoslávia, que fluiu em conflitos que envolveram a Bósnia, a Sérvia, a Croácia, o Kosovo, a Eslovénia, a Albânia e a Macedónia levou a que vários jornalistas portugueses fossem destacados a cobrir estes conflitos, entre eles destacam-se: Carlos Santos Pereira pela *Lusa* e *Público*, Pedro Leal da *Rádio Renascença*, Hélder Antunes e Artur Albarran da *RTP*, Luísa Meireles do *Expresso*, Maria João Carvalho *freelancer*, Pedro Caldeira Rodrigues do *Público*, Aurélio Faria da *SIC*, Emídio Fernando da *TSF*, entre outros. Em 2003 na Guerra do Iraque, à

semelhança de todos os media internacionais, os jornais, rádios e televisões portuguesas investiram grandes somas de dinheiro para marcar presença em Bagdade. O mesmo aconteceu nos conflitos mais recentes na Síria e na Líbia, onde estiveram quase todos os media portugueses representados por: José Manuel Rosendo da *Antena 1*, Paulo Moura do *Público*, Emídio Fernando pela *TSF*, Aurélio Faria e Cândida Pinto da *SIC*, Paulo Dentinho da *RTP*, Pedro Rosa Mendes da *TVI*, entre outros.

Este breve intróito à cobertura de conflitos pelos *media* portuguesas mostra que, com a aproximação do século XXI, o número de repórteres portugueses em cenários de guerra se alargou. Os motivos que levam os profissionais do jornalismo a querer cobrir uma guerra, uma situação onde o risco de vida é real e a resistência física e psicológica um requisito obrigatório, foi uma das primeiras indagações desta investigação. Embora as justificações a estas questões sejam diversas, muitos jornalistas referem a importância de estarem no Centro da História e ter oportunidade de assistir ao desenrolar sem filtros e poder transmiti-la ao público. Vejamos esta resposta:

Acima de tudo uma enorme vontade de estar lá. Muitas das vezes perguntavam-me nas escolas, “mas você é casado, tem filhos, é maluco?” Sou. E muitas vezes eu usava aquelas frases feitas. “Somos jornalistas, temos de dar voz aos mais fracos e bla bla bla”, na realidade percebi mais tarde porque é que eu ia. Porque a oportunidade que te dão de estar lá, de estares onde se faz história, de seres uma testemunha activa dos acontecimentos e poderes relatá-los a quem está do outro lado pode não te dar fama, pode não te dar dinheiro, mas dar-te-á certamente uma enorme experiência de vida, fará com que tu cresças, que amadureças como ser humano, por isso não há dinheiro que te pague porque estas experiências são únicas (Luís Castro).

A excitação perante situações limite e o gosto de contar histórias foram também razões apontadas, em particular por João Almeida e João Pina. No entanto, o facto do elemento bélico ter passado a ser comum na história recente das relações internacionais, aparece também como uma importante justificação:

Percebi que estávamos a voltar a uma fase em que a guerra era um instrumento regular nas relações internacionais e portanto quem quisesse perceber o que se passava neste mundo tinha de perceber este fenómeno da guerra. E por mais que uma pessoa seja pacifista e contra a violência, o certo é que a guerra passou a fazer parte da nossa vida e nós vamos ter de viver com ela e portanto é preciso percebê-la. E finalmente, quando a gente a vive por dentro, eu próprio fui militar durante três anos, a gente começa a perceber o que é em si o soldado, o que é uma situação de combate, portanto há também todas essas envolvências humanas, emocionais, psíquicas dentro da guerra que a gente acaba por querer compreender melhor e daí querer vive-las de uma forma muito próxima como eu as vivi (Carlos Santos Pereira).

Qual a preparação que os jornalistas detêm para cobrir uma guerra? Um dos jornalistas entrevistados afirmou que “só ao fim da 11ª guerra” é que participou numa acção de formação sobre cenários de conflito: “(...) à boa maneira portuguesa, primeiro fui para a guerra e depois fui aprender qualquer coisa. Felizmente fui voltando vivo mas ainda hoje não me sinto preparado” (Luís Castro). Outro jornalista focou a importância do conhecimento sobre a história e a cultura dos teatros de guerra: “a preparação ao nível da informação, sobre o local para onde se vai: quem é aquele povo, o que é que ele quer, que tipo de pressões políticas sofre, que movimentos políticos existem, que religião tem, como é que se recebem os estrangeiros, a história do local. E isso é que é importante porque se fizer isso, quando se chega lá, a informação é decodificada muito mais facilmente” (José Manuel Rosendo). Outros jornalistas sublinharam a importância da preparação antes da viagem: “é meio caminho andado para que as coisas corram bem” (Henrique Botequilha). A referência da preparação psicológica foi igualmente realçada: “é um trabalho que passa muito mais por uma coisa em permanência. Passa por ter uma vida saudável a nível psíquico, estar preparado para ver coisas e situações que são traumatizantes”(João Pina). Sobre a necessidade de se ter perfil ou de se ter sorte: “à partida, um jornalista que parte para estes cenários já sabe que vai estar sujeito a uma pressão extrema, as pessoas ou têm perfil ou não têm” (João Almeida). Para Emídio Fernando não existe uma preparação.

Não se prepara. Eu vou e pronto. Há mais uma preparação mental durante a guerra e uma sensação de completo abandono. Para quem é ateu, como eu, não há nada que se possa ‘agarrar’ se não confiar na sorte. Eu sempre tive um pensamento: “se não morri na minha terra, não vou morrer nesta”. O problema foi quando estive na guerra em Angola que tive de pensar que morreria feliz por morrer na minha terra. Mas no fundo não se pensa muito nisso. Só em casos especiais. A guerra tem um certo romantismo, um cheiro muito próprio, umas condições ao limite, que nos faz até gostar daquilo. Porque sabemos que não é a vida toda, são semanas ou meses e depois vamos para o nosso conforto. É quase como estar a jogar.

*

Como já se fez referência, a primeira reportagem de guerra escrita por um jornalista português surgiu meses antes do deflagrar da I Guerra Mundial. Desde aí, foram muitos os jornalistas portugueses que cobriram cenários de conflito, não se tendo registado até à actualidade nenhuma baixa. Ainda assim, há incidentes a registar. Um exemplo muito citado é o de Maria João Ruela, que ficou gravemente ferida numa emboscada no Iraque, que pôs fim à sua carreira de “repórter de guerra”. Outros jornalistas foram vítimas de sequestros, agressões ou humilhações. Eis um testemunho do perigo que um jornalista português correu:

(...) às vezes pode-se estar numa situação em que ouvimos tiros por todo o lado e pode ser minimamente seguro (para o jornalista) e pode-se estar numa situação em que não ouve nada e de repente pode cair-lhe qualquer coisa em cima. Ainda no último Verão na Síria, estava numa zona rebelde, estava com os rebeldes, havia lá uma casa que era a casa do comandante onde nós íamos carregar o telemóvel e também cheguei a dormir lá. Passadas duas ou três semanas estava em minha casa a ver a *Al-Jazeera* e reconheci a casa totalmente destruída (José Manuel Rosendo).

O Genocídio do Ruanda, a guerra em Angola, na Bósnia, na Líbia, no Afeganistão, no Iraque e no Kosovo foram os conflitos bélicos mais apontados no que diz respeito à vivência de situações perigosas. Na memória destes jornalistas ficam experiências marcantes onde temeram pela própria vida. Veja-se a seguinte descrição:

O aeroporto de Kigali estava cercado e controlado pelos franceses. Um militar belga veio ao nosso encontro e informou-nos que havia nove lugares na coluna para a capital, por isso tínhamos de decidir quem ia e eu não fui. Na manhã seguinte, arranjámos um jipe, seguimos e caímos em duas emboscadas. No regresso, voltámos por outro caminho e quando eu ia a guiar vi um jovem sentado no chão cheio de sangue que me pediu ajuda. Eu não era o último carro da coluna e por isso haviam muitas vidas atrás de mim. Em situações extremas não há tempo para pensar e eu deixei-o morrer, isto é, deixei-o lá. Foi no Ruanda que vi que os cães comem as pessoas e começam pelas pernas. E foi lá que pedi uma arma para matar gente (Rui Araújo).

O Iraque aparece frequentemente como tendo sido o cenário mais perigoso para muitos jornalistas porque foi precisamente onde trabalharam debaixo de fogo. Muitos outros cenários de extrema dificuldade foram lembrados:

Angola 1999, a pior guerra do mundo, pior que a Chechénia ou que a Jugoslávia. Ali passei quinze dias em combate constante onde se matava e onde se morria e essa foi claramente a experiência mais dura que tive, onde estive mais próximo da morte possivelmente sim mas também é nestes momentos que se está próximo da morte que se sabe realmente o que é estar vivo. E agarramo-nos à vida de uma forma impressionante. Tive outras situações em Cabinda onde fui preso e tive uma arma apontada à cabeça. Estive também preso no Iraque e no Zaire (Luís Castro).

Outros recordam a experiência na Bósnia: “fui alvejado e felizmente o tiro rasou a minha cabeça. Só nesta altura me quiseram matar, nas outras estive debaixo de fogo,

havia tiros, era perigoso mas o alvo não era eu” (João Almeida). Vários outros jornalistas apontaram os bombardeamentos da Guerra da Líbia (Aurélio Faria, Paulo Moura e Tiago Petinga). Todavia pode não existir a situação mais danosa, mas sim um conjunto de acontecimentos perigosos:”cerca de 30 minutos debaixo de fogo de atirador furtivo na Líbia. Ataque directo de um avião de combate contra o veículo onde viajava na Síria. Explosão de morteiros a poucos metros do veículo onde viajava na Síria e na Líbia. Bombardeamento da força aérea Sudanesa sobre a casa onde me encontrava nas montanhas Nuba” (Paulo Nunes dos Santos).

Os jornalistas incorporados são jornalistas de guerra ou jornalistas que vão às guerras? Paulo Camacho, um dos mais experientes jornalistas neste domínio, prefere falar de repórteres que vão às guerras do que repórteres de guerra: “um repórter de guerra é alguém que passa noventa por cento da sua vida profissional mergulhado em situações povoadas por seres humanos que vivem nos extremos” (CAMACHO, 2012:16). Esta ideia aparece corroborada por outros profissionais que estiveram incorporados:”nós, em Portugal, vamos ao ‘toca-e-foge’. Estamos lá umas semanitas e regressamos. Ora, isso não faz um jornalista de guerra. Jornalista de guerra é o que vive meses na guerra, intervala e volta para essa ou para outra. Isso é um luxo que só praticamente os americanos e os ingleses se podem dar” (Emídio Fernando). Adelino Gomes no prefácio *Por dentro das Guerras*, foca também esta pouca permanência nos teatros de guerras dos jornalistas portugueses:

Algures no deserto, já veterano nas andanças do jornalismo, cruzei-me um dia com uma jovem da CNN que ali, naquele acampamento da Legião Estrangeira montado a poucos quilómetros da fronteira iraquiana, recebia na prática o seu baptismo de guerra. Os caminhos da reportagem voltaram a juntar-nos, mais tarde, à espera outra vez de uma invasão norte-americana, agora no Haiti. A ainda jovem repórter de origem persa, chamada (sim, era ela) Christiane Amanpour, já tinha feito mais reportagens e vivido mais acontecimentos marcantes na história do mundo naquela meia dúzia de anos de exercício do jornalismo do que eu, o tal suposto veterano, há 30 anos a assistir peças na rádio, na televisão e em jornais do meu país (GOMES, 2003:7).

Do mesmo modo compreende-se a seguinte declaração: "muitos dos pseudo repórteres de guerra portugueses, se não a maioria, chegam tarde e a más horas às guerras , alguns nem sabem do que estão a falar, alguns nem têm a noção mínima do que está em causa e até hoje não morreu nenhum por sorte. Há alguns que até pagam aos guerrilheiros (e isto aconteceu na Líbia) para dispararem para fingir que estão debaixo de fogo. Não há guerras limpas, nem sequer em questões de jornalismo"(Rui Araujo).

*

Enfrentei as situações mais difíceis com uma tão inabalável quanto estúpida convicção de que as coisas más só acontecem aos outros e com o conforto de ser apenas um passageiro ocasional do momento - em breve estaria com a minha família, na minha casa, olhando o mar, aquecido pelos raios do pôr do sol. Interroguei-me vezes sem conta, sobre o que fazia em lugares de onde todos queriam fugir, prometi a mim mesmo, uma vez depois de outra, que jamais voltaria para onde ninguém quer ir. Mas voltava sempre.

(CAMACHO, 2012:17)

As operações levadas a cabo pelo exército português nem sempre fizeram parte da agenda mediática nacional, tendo sido, utilizando as palavras de Carlos Santos Pereira, a experiência da “Joint Endeavour” em 1996, na Bósnia, um marco neste campo. A presença nos Balcãs, nesta perspectiva, representa a descoberta do Exército na sua dimensão propriamente militar pelos *media* e pela sociedade portuguesa. Esta teria sido uma experiência nova para os jornalistas que obrigou soldados e repórteres a uma relação que, no caso português, representou uma experiência sem precedentes.

A partir de Julho de 1991, e sobretudo no início do ano seguinte, os militares portugueses marcaram forte presença no conflito entre sérvios e croatas, tendo o nosso país sido o que mais efectivos forneceu à missão da SFOR. O evoluir da guerra e a integração de dois batalhões da Brigada Aerotransportadora Independente (BAI) no conflito, despertou o interesse da maioria dos meios de comunicação social nacionais, que nos primeiros meses da missão portuguesa, destacaram para a Bósnia centenas de

jornalistas, num investimento considerável que resultou em várias manchetes e inspiraram um volume considerável de notícias, reportagens e comentários. No entanto, e aliadas à falta de experiência no relacionamento entre militares e jornalistas, as dificuldades logísticas e a morte de dois militares fez com que as primeiras semanas de missão não fossem fáceis. Refere-nos Carlos Santos Pereira: “o assédio dos jornalistas, com expectativas nem sempre realistas quanto a apoio logístico e facilidades de reportagem, a falta de traquejo nestas andanças, e sinais óbvios de faltas de coordenação entre o Ministério da Defesa, o Estado-Maior do Exército e as hierarquias militares no terreno valeram alguns embaraços aos militares portugueses nas relações com os *media*” (PEREIRA, 2005).

A partir de 1997, os militares enviados para a Bósnia ganharam maior desenvoltura com as orientações e concepções da NATO em matéria de informação pública, tendo passado a contar com textos de apoio alusivos aos princípios para a relação com os *media* (semelhante ao que aconteceu na “Operação Grapple” em 1992 com o contingente britânico). De facto, a imprensa portuguesa deu, durante as primeiras semanas, uma importância ao Exército como não se registara até à data. Houve meios de comunicação como a *TSF*, *RTP* e *RDP* que estiveram em permanência no conflito, tendo este última lançado o programa “Bom dia Bósnia” que emitiu entre Fevereiro a Dezembro quinze minutos diários de informação. Como já vimos no capítulo III, neste conflito, estiveram junto das tropas portuguesas Patrícia Fonseca, João Almeida, Adelino Gomes, Tiago Petinga, Aurélio Faria e Emídio Fernando.

Seguiram-se as experiências de Timor e do Kosovo, onde os processos vividos foram semelhantes. Na obra *Exército e Imprensa*, Miguel Machado e Sónia Carvalho salientam a participação activa da imprensa regional na cobertura dos conflitos no Kosovo: “esta situação deveu-se ao facto da SIPRP incentivar as forças ainda em preparação em Portugal, a contactarem com os jornalistas das respectivas regiões. Mais tarde, havendo vontade dos jornalistas, o Exército fornecia transporte, em avião militar, alimentação e pernoita em quartéis” (2004: 89). Na mesma obra são expostas as principais lições que, no entender destes autores, ficaram destas primeiras experiências de relacionamento entre militares e jornalistas:

Enquadrados em estruturas OTAN ou ONU, as forças do Exército empenhadas em missões de apoio à paz, tiveram uma “dura aprendizagem” na Bósnia em 1996, fruto de falta de planeamento adequado e instrução da sua parte, e do enorme interesse que a missão despertou nos OCS nacionais, não estando também alguns jornalistas isentos de culpas neste processo. Esta primeira missão, depois dos problemas iniciais, contribuiu para uma maior abertura da organização aos OCS e levou à introdução de algumas melhorias na formação das tropas que partem em missão, através de acções de sensibilização e esclarecimento por parte da SIPRP (MACHADO & CARVALHO, 2004:114).²⁰

Os jornalistas puderam contactar com novas realidades, acompanhando a missão dos militares, o que teve ao mesmo tempo o efeito de despertar maior interesse dos *media* nas Forças Armadas. Simultaneamente, assistiu-se ao início de um novo tipo de protagonismo dos militares no plano nacional (PEREIRA, 2010:554).

Após a experiência da “Joint Endeavour”, os procedimentos para a incorporação de jornalistas em unidades militares portuguesas foram solidificando, tendo ocorrido em cenários de guerra que se seguiram, tais como o Afeganistão e o Iraque. Actualmente, e conforme nos foi descrito pelos entrevistados, o processo assemelha-se ao referido por Machado e Carvalho em 2004: “no teatro de operações os jornalistas acompanhavam as actividades em curso e, usualmente num período de 10 dias (periodicidade do voos militares entre Lisboa e Pristina), tinham oportunidade de efectuar uma cobertura da realidade vivida pelos militares portugueses “ (MACHADO & CARVALHO, 2004: 89).

Ainda na obra citada é salientada a frequência com que os meios de comunicação destacam jornalistas sem qualquer experiência na área para fazer a cobertura de actividades do Exército. “Constata-se ainda, fruto do cada vez menor número de jovens que são chamados anualmente a cumprir o serviço militar, e do elevado número de jornalistas do sexo feminino, serem hoje raros os jornalistas que ‘passaram pelas fileiras’. (...) Muito em breve, com a completa profissionalização do

²⁰A criação da SIPRP (Secção de Informação, Protocolo e Relações Públicas) no Gabinete do CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército) é segundo o autor um sinal evidente da crescente importância dada às relações com os *media*, cuja função é o estabelecimento de contacto entre a imprensa e o Exército.

Exército, esta situação será ainda mais visível” (MACHADO & CARVALHO, 2004:104).

Todavia, esta realidade parece estar a mudar. A experiência nos Balcãs desencadeou também um interesse dos *media* pelos assuntos da Segurança e da Defesa. Em 1995, realizou-se o primeiro estágio de sobrevivência em cenários de guerra para jornalistas no CIOE (Centro de Instrução de Operações Especiais) em Lamego, tendo-se repetido depois nos anos de 2002 e 2003. Em 2002 surge o primeiro Curso de Segurança e Defesa para jornalistas que teve lugar entre Setembro e Dezembro. Esta iniciativa, organizada conjuntamente pelo Instituto da Defesa Nacional, pelo CENJOR e pelo Sindicato dos Jornalistas teve como objectivo aperfeiçoar conhecimentos e capacidade de análise no âmbito das Relações Internacionais e do papel de Portugal na comunidade internacional, em matérias respeitantes à Segurança e à Defesa (MACHADO & CARVALHO, 2004:105). Poucos anos mais tarde, também os grandes grupos de *media* começaram a fazer acções de formação para os seus jornalistas nesta área. Em 2005 e 2006, o grupo Impresa promoveu acções de formação, primeiro com os fuzileiros e depois com os comandos, iniciativas que foram sendo adoptadas por outros meios de comunicação até à actualidade. A utilidade destes cursos é fruto de discussão. Se para profissionais como Carlos Santos Pereira e Cândida Pinto, estas formações são “muito importantes” e “fundamentais”, para Paulo Moura “as desvantagens são maiores que as vantagens”, pois considera que “um jornalista não é um militar e portanto não tem de ter treino militar, que é o que geralmente acontece”. Henrique Botequilha e Patrícia Fonseca consideraram que são apenas uma ajuda. A jornalista da Visão entende que:” são bons na medida em que é importante conhecer o barulho das armas, saber se são armas pesadas, etc”, no entanto o fulcral é o bom senso”.

Percepções sobre a segurança, os laços entre jornalistas e a influência na notícia

Chegado ao aeroporto de Bagdade, depois de 16 dias de guerra, Mário Rui de Carvalho, pôde libertar-se do fato que tinha usado durante mais de duas semanas. No seu livro *Por dentro das guerras* conta que a t-shirt que o acompanhou durante a incursão militar no Iraque era da universidade onde a sua mulher se formou e onde a

pediu em casamento. Os “shorts” que usou tinham uma frase pintada pelo seu filho que dizia “Cool Dad”. O câmara da CBS afirma que estes, juntamente com o crachá dos Comandos, foram os seus talismãs e amuletos durante a “guerra dos 17 dias”, no Iraque.

A protecção num campo de batalha é evidentemente muito relativa. Há jornalistas que afirmam que a ajuda dos militares é suficiente para se sentirem protegidos, outros que acreditam até que são as crenças, os amuletos e a sorte que os fazem continuar. Há também aqueles para os quais a protecção numa guerra não é possível. As justificações divergem de profissional para profissional, no entanto, regista-se nos entrevistados a tendência para a ideia de que não é possível sentir-se protegido numa situação de guerra. Na perspectiva de Luís Castro, a protecção em cenário de conflito não é totalmente possível, regra geral “nem um soldado está protegido e tem uma arma ou muitas armas, nós a única que temos é a caneta. E muitas vezes nós somos alvos a abater porque somos incómodos, vamos contar verdades. Numas situações tentam manipular-nos, noutras tentam tirar-nos dali seja de que forma for”. Na opinião de Rui Araújo esta sensação é possível e consegue-se através de múltiplas formas de defesa: “a primeira é o conhecimento da história, da cultura, da língua, da arte militar, do terreno em si onde estamos. Depois, é tentar controlar as emoções, porque quando as emoções predominam deixamos de pensar e somos muito mais vulneráveis. A terceira é a estrelinha, sem ser fatalista eu ainda acredito na estrelinha”. Para João Almeida, a protecção é um conceito mental: “é uma coisa psicológica, é como aquela história do nadador que se cruza com um tubarão e não soube, ou seja, ele estava em grande perigo e não se apercebeu. Eu acho que é possível mas é ilusório”.

Paulo Moura e José Manuel Rosendo consideram que não é possível sentir-se completamente protegido, porém, entendem que é admissível afirmar que há momentos de segurança. De acordo com o primeiro, “os combatentes tendem a proteger os jornalistas. Numa guerra há sempre imprevistos e situações de perigo, mas sim, é possível sentir-se protegido nesse sentido, há pessoas que fazem os possíveis para proteger os jornalistas, não é tão perigoso para o jornalista como é para um combatente, geralmente”. Para o segundo:

Isso é como andar de bicicleta, a gente ao princípio tem medo, depois quando começa a andar percebe que aquilo afinal não é difícil e depois às tantas já nos julgamos os maiores do mundo, e é nessa fase que caímos. Quando tiramos as mãos, caímos e vamos ao chão. E as situações de guerra às vezes são um bocadinho assim. Estamos num sítio que quando nos começamos a habituar aos tiros, aos sons das explosões, porque está lá à um dia, dois dias, uma semana, duas semanas, percebemos que aquilo bate sempre ao lado e nunca nos cai em cima, pensamos que nunca mais vai cair e às tantas este excesso de confiança pode fazer com que tenhamos menos cuidado nas deslocações, na forma como nos posicionamos, com as pessoas com quem estamos, e às tantas podemos ter azar. Totalmente protegido eu acho que nunca se está. Nós vamos lá para contar a história, não há heróis e para isso é preciso ter segurança e é preciso voltar para casa (José Manuel Rosendo).

Já para Cândida Pinto e Carlos Santos Pereira, a protecção depende da organização e da maneira como se trabalha. Para a jornalista da SIC quando se está num cenário de conflito não se pode estar à espera de estar protegido, tem de se ter consciência que o chão pode fugir debaixo dos pés e ao mesmo tempo procurar de alguma forma manter condições para trabalhar. De acordo com Cândida Pinto, há que fazer a distinção do papel do jornalista e do militar: "nós não somos militares, não estamos ali para matar ou morrer, nós somos testemunhos do que está a acontecer portanto, temos de ter isso em conta, que a nossa missão ao fim do dia é relatar o que se está a passar, não podemos ser inconscientes, temos de algum modo criar condições que nos dêem alguma protecção e que nos permita ir aos locais e sair dos locais". Na opinião de Carlos Santos Pereira, o jornalista tem de calcular os riscos: "a gente tem de dosear sabiamente quanto é que vale a pena arriscar para obter a informação que eu quero obter. Agora, também é verdade que quem não arrisca não petisca e isso é uma coisa que só podemos julgar caso a caso, portanto primeiro é preciso saber calcular os riscos que se correm e depois fazer esse balanço".

Voices discordantes destas posições como são as de Henrique Botequilha, Tiago Petinga e Paulo Nunes dos Santos, tendem a defender que é possível sentir-se protegido

num cenário de guerra, “tudo depende da área e das tropas que os rodeiam”. Para o fotógrafo *freelancer*, “as ocasiões são raras, mas é possível”. Já para o jornalista da *Visão*, a protecção alcança-se numa situação de *embedded*:

Eu acho que sim e, um dos motivos para ter estado em situações de risco como estive em alguns momentos no Iraque, e em Timor também, foi justamente o facto de estarmos por nossa conta e de sermos surpreendidos numa situação em que não há ninguém que possa ajudar. Num contexto *embedded* isso não acontece, estamos todos integrados com forças até aos dentes, onde toda a gente sabe o que acontece. Mas depois também é um pau de dois bicos porque o facto de estarmos junto de uma força que é parte num conflito, também pode ser tornada como um chamariz para confusão (Henrique Botequilha).

Para os jornalistas, o que existe são sensações de segurança momentâneas derivadas de vários factores, tais como, as circunstâncias em que os profissionais dos *media* se encontram, o facto de estarem ou não incorporados com uma força militar, a atenção e precaução destes.

*

Paulo Moura relata-nos que na sua experiência na Líbia, os combatentes tentavam o quanto pudessem proteger os jornalistas. Não se tratava de uma situação de incorporação comum, uma vez que não existia um exército, contudo, foi em conjunto com aqueles cidadãos que o jornalista do *Público* passou por “situações intensas e de grande perigo”. Outros profissionais lembraram histórias semelhantes dos tempos em que viveram debaixo de fogo, uns incorporados em exércitos, outros juntos de famílias civis. Nestes casos, será que se criam laços com os demais envolvidos? Procurou-se perceber se estas vivências comuns aproximam seres humanos também em cenários de guerra, nunca deixando para trás o facto de estarem em acção profissionais do jornalismo cujo objectivo final é informar e relatar os factos.

Do conjunto dos entrevistados, foram poucos os que afirmaram não criar laços durante um conflito. A larga maioria entende que não só se formam laços afectivos entre todos os personagens desta acção, como estes podem interferir no trabalho do jornalista.

Alguns dos jornalistas ainda hoje se mantêm em contacto com soldados e famílias que conheceram nestes cenários. Adelino Gomes afirma a este respeito: “criam-se laços entre militares e jornalistas, entre guerrilheiros e jornalistas e entre populares e jornalistas, criam-se laços entre todos. Talvez os que demoram mais tempo, e eu não tive tempo para fazer essa experiência, seja com os militares, e neste caso penso que se criam por exemplo se estivermos debaixo de fogo”. Uma ideia também partilhada por Luís Castro que afirma que se criam muitas ligações, principalmente “se forem construídas debaixo de fogo”, lembrando: “eu nunca mais vou esquecer o McMilliam²¹, nunca vou esquecer aquele homem, o que conversámos, a vida dele, os momentos que passámos debaixo de fogo, nunca mais, e é um soldado americano, e tive outros que me humilharam”. Para João Almeida, esta é uma das vantagens da incorporação: “permite conhecer não o soldado mas o Zé. Permite perceber se são mais medrosos, ou mais egoístas ou se são mais altruístas, atléticos, corajosos, portanto permite conhecer qualidades humanas de uma forma muito mais intensa, permite estabelecer cumplicidades com eles, e permite a meu ver ir muito mais longe”. Outro jornalista acrescenta:

Estamos numa situação excepcional e situações excepcionais provocam relações excepcionais. Não é que tenha acontecido porque também não tive muito tempo com eles mas sim, eu recordo-me do rosto de cada um deles, do nome de cada um, não sei se algum foi depois baixa nesta história toda ou não, mas independentemente do que se possa pensar daquela guerra e das suas motivações, não deixam de ser pessoas que estão ali, com quem convivi, partilharam comigo as suas impressões até diria, alguma da sua intimidade (Henrique Botequilha).

João Pina admite ainda manter contacto com vários soldados e oficiais com quem estabeleceu relações durante a estadia no campo de batalha: “eles nunca me tentaram impor nada nem eu nunca lhes tentei impingir nada. É normal, passa-se ali três semanas a dormir numa tenda com um gajo, é normal que se fale e que se tenha coisas

²¹McMilliam era um soldado americano com quem Luís Castro travou uma amizade durante uma incorporação com os *rangers* americanos, durante a guerra do Iraque. Morreu em combate.

em comum...como também é normal isso acontecer entre jornalistas. Se trabalhamos em conjunto, é natural ficarmos amigos de uns e faltar-mo-nos de outros”. Uma opinião também partilhada pelo jornalista do *Público*: “sim aconteceu muitas vezes, até no Iraque, mas mais na Líbia com aquelas pessoas que nem sequer são militares, são pessoas, civis armados e que estão ali connosco. Estão a perder a família e a ver a casa a ser bombardeada...é normal que tu cries afecto com estas pessoas, eles confiam muito em ti porque és jornalista” (Paulo Moura). Carlos Santos Pereira partilha destas perspectivas:

Há um jornalista da BBC que diz uma coisa que eu acho muito curiosa: `nos primeiros dias eu escrevia e ainda falava de nós jornalistas e deles militares e quando eu dei por mim sem querer já só escrevia nós, porque sem querer eu já estava tão identificado com eles...’ e é mesmo assim, excepto dar ao gatilho você passa tudo o que aqueles homens passam, até os mesmos riscos que eles, porque se começar a chover metralha em cima, você come tanto como os outros. (...) Se me disseram que quando chegas à noite e estás a escrever a tua prosa e esse clima de “fogo, estás no mesmo barco que eles”, tu consegues garantir que isso não te condiciona minimamente? Eu acho que seria pretensão dizer que não. Pressupõe-se que um jornalista é suficientemente adulto para perceber os seus próprios condicionamentos emocionais e perceber se tem uma capacidade de distanciamento suficiente...agora que este condicionamento existe, claro que existe, não vale a pena dizer que não.

Em sentido diverso, Emídio Fernando e Rui Araújo afirmam nunca terem criado qualquer tipo de laços. O actual jornalista da TVI entende que “são mundos diferentes com objectivos diferentes”, acrescentando que “não vai para uma guerra para arranjar amigos”.

Em que medida estes laços podem afectar o trabalho de um jornalista é algo controverso, mas a maioria dos entrevistados afirma saber distinguir as realidades. Na opinião de Cândida Pinto não se podem confundir as coisas.

Eu não sou porta-voz nem relações públicas dos militares. Eu sou jornalista e faço o meu trabalho como jornalista e eles são militares, têm um trabalho diferente, uma missão diferente no terreno. Eu não sou justiceira, não estou ali para julgar ninguém, seja civil seja militar, mas também não estou para fazer favores e também, estas relações que relatei são muito curtas para criar relações de amizade que crie algum tipo de dependência. Quanto muito, mas isso podem ser militares, civis, etc, se são pessoas que me são muito próximas eu evito trabalhar, para manter alguma ética.

Adelino Gomes exprimiu uma opinião mais matizada a este respeito: “a imparcialidade é afectada em todas as interacções”, fazendo parte do resultado final as consequências inerentes às circunstâncias onde se criam estes laços. O jornalista do *Público* afirma que debaixo de fogo há alguma comunhão de dificuldades, lembrando um jovem com quem estabeleceu uma relação: “por exemplo, aquele jovem americano que comigo discutiu o “Pêndulo de Foucault”, estabeleceu-se uma relação de simpatia, que por exemplo não se estabeleceu com outros. E portanto todas as histórias que eu escrevo sobre isso são afectadas. Por acaso não me interessou saber se ele já tinha morto uma pessoa...”. Luís Castro assume que, por vezes, estes laços são tão fortes que é necessário fazer uma paragem no tempo para que seja possível fazer um trabalho isento:

Em Angola, ao fim de quinze dias eu precisei de três ou quatro dias para me posicionar e fazer uma reportagem o mais isenta possível porque os meus amigos tornaram-se aqueles que me defenderam, me deram comida e fizeram com que eu voltasse vivo, por isso nós somos seres humanos e nós vamos estar sempre mais próximos daqueles que nos tratam bem. E no meio disto tudo, temos de encontrar os limites e, se naquele momento acharmos que não estamos em condições de montar a reportagem o melhor é não a montar e foi isso que eu fiz. Eu tinha as minhas feridas muito abertas e eu não iria ser isento, portanto necessitei de me sentir bem para poder fazer uma reportagem isenta e imparcial.

Com base nas entrevistas, podemos afirmar que a criação de laços afectivos é parte da tensão permanente a que estes profissionais estão sujeitos em cenários de conflito, marcados pela extrema instabilidade social, pelos entraves com a alimentação, higiene e segurança e pela relação nem sempre facilitada com os militares e as fontes. A pressão, a censura, a ocultação e controlo de informação são algumas das limitações que condicionam o trabalho dos jornalistas em território militar - parte delas incutidas no processo de *embedded*. Mas, se na teoria a incorporação de repórteres em unidades militares pressupõe um controlo de notícias por parte dos oficiais, na prática nem sempre isso aconteceu, pelo menos com os jornalistas portugueses. Paulo Nunes dos Santos afirma que “com grupos rebeldes raramente há grandes pressões”. O mesmo não acontecerá com exércitos regulares onde “existe bastante controlo sobre o que se pode ou não documentar”. Todavia, os jornalistas portugueses parecem gozar de alguma vantagem no que diz respeito a pressões dos militares, devido à língua e à pequena importância da comunicação social portuguesa no panorama internacional: “como na maioria dos casos, eles não percebem português não se sente grandes pressões. Além disso, ligam pouco aos órgãos de comunicação social portugueses, dão pouca importância” (Emídio Fernando). Uma ideia também manifestada por Paulo Nunes dos Santos: “nunca senti qualquer tipo de controlo sobre o que escrevo, mesmo porque na maior parte das vezes escrevo em português e os meus sujeitos não entendem português”; e também por Aurélio Faria: “em Belgrado o nosso trabalho era controlado mas como eles não dominavam a língua portuguesa nós contávamos em off o que as imagens não contavam”. Patrícia Fonseca esteve várias vezes a fazer a cobertura de conflitos no Médio Oriente, onde a censura e o controlo estrito de informação ainda são uma realidade. A jornalista da *Visão* relatou-nos que ao entrar em Israel é obrigatório assinar os documentos em como se aceita a censura militar, no entanto, ela nunca mostrou todo o seu material de trabalho:

Eu nunca mostrei. Viram os gravadores e os blocos de notas. Os cartões que tinham assim coisas mais complicadas eu escondi nas cuecas, que era o sítio onde eles tinham mais pudor. Em Gaza, também não mostrei os textos, consegui fazê-lo porque era portuguesa e eles estão-se nas tintas para o que os

portugueses escrevem porque se fosse um jornalista americano não teria sido tão fácil.

Paulo Nunes dos Santos, João Pina, Tiago Petinga, Micael Pereira, Henrique Botequilha, Emídio Fernando, Adelino Gomes, Cândida Pinto, Paulo Moura, Carlos Santos Pereira e Luís Castro viveram pelo menos uma situação de incorporação com militares americanos. No entanto e, ao contrário do que mandam as regras, parece não ter havido um controlo estrito das notícias escritas. Esta ideia pode ser encontrada no testemunho de Henrique Botequilha a respeito da Polícia Militar dos EUA: “como é normal há coisas que nos contam e pedem para não explicar mas porque há algumas informações que são objectivamente segredos militares e quando se aceita ser *embedded* temos de assumir certas coisas como pacto do jogo mas nada que me pareça que fizesse muita falta para a história. Quanto aos trabalhos nem sei se alguma vez os viram”. Cândida Pinto corrobora esta impressão. Na sua experiência existiram restrições mas sem controlo de notícias:

Quando foi no Iraque nós tínhamos duas únicas limitações, que eram como equipa de televisão, não podíamos filmar mapas nem podíamos indicar o local preciso onde estávamos naquele momento, tirando isso tínhamos liberdade absoluta. Eu ia às reuniões dos militares onde eles às vezes se pegavam uns com os outros, podíamos fazer o que quiséssemos, quando quiséssemos desde que tivéssemos meios para tal.

As mesmas restrições foram colocadas a Paulo Moura:

Com os americanos a única restrição era não dizer onde estávamos e onde íamos mas nunca foram verificar se eu escrevi isso ou não. Com os americanos só tive pressões em relação a poder usar ou não o telefone satélite, eles achavam que interferia com as comunicações e os iraquianos podiam detectar onde nós estávamos. Eu escondia-me, enviava na mesma mas tinha de ser às escondidas.

E Carlos Santos Pereira referiu que “as restrições não andavam muito longe do *embedded* formal”, sem que lhe tenha sido feito qualquer controlo de texto:

A partir do momento que ia com eles tinha de obedecer ás ordens deles, quando a gente disser ‘agora baixas a cabeça e enfiás-te no buraco’ tu enfiás-te ou se, por exemplo, ia dentro de uma viatura de um carro de combate, quando a gente disser ‘agora enfiás-te lá em baixo e não metes a cabeça de fora’ obedeces mesmo, de resto, era fundamentalmente não divulgar informações que pudessem de algum modo comprometer a informação: nunca apontar números concretos de locais, evitar dar localizações demasiado exactas, etc, etc.

Tudo indica que na fotografia, o cenário é similar. À semelhança de Paulo Nunes dos Santos também Tiago Petinga não teve qualquer controlo no seu trabalho, à excepção de uma situação: “só nos pediram para que respeitássemos uma pausa de 24h quando houve uma baixa para a família do militar ser avisada do sucedido”. A experiência de João Pina, que esteve presente em várias situações de *embedded* com os americanos, revela-nos que “as limitações vão mudando” com o decorrer do tempo:

Uma vez tive com as equipas dos helicópteros que fazem a evacuação dos locais, e nessa altura não podias publicar imagens sem a autorização da família, ou seja, dos feridos americanos se tivesses autorização podias publicar, se ele tivesse inconsciente tinhas de esperar pela autorização e só depois podias publicar. O que eu fazia era fotografar tudo, cara, etc e depois tinha também outras fotos sem cara para me prevenir. No fim desse *embedded* estavam duas oficiais para a imprensa e uma delas queria-se armar em esperta e pediu-me para ver as imagens. Eu não deixei e disse-lhe: “o compromisso está feito, assinei um papel, eu sei o que posso ou não publicar não te vou mostrar”, e a outra deu-me razão claro e acabou a conversa.

Rui Araújo e João Almeida apresentam-nos uma vivência distinta. O jornalista da *RTP* conta que todas as notícias que escrevia eram controladas, lembrando algumas

restrições: “na Bósnia, eu estava *semi-embedded* e fui proibido de entrar no quartel português. Em Timor meteram um soldado armado à porta do hotel supostamente para me proteger, isto é, para eu não ter a tentação de sair. Eu acho que o pior estatuto para um jornalista é estar *embedded*”. Também nos conflitos na Bósnia:

Houve alguma restrição no princípio de ordem prática, ou seja, os militares diziam coisas que podíamos e não podíamos fazer do ponto de vista da segurança e coisas desse género e depois passou a haver também restrições a nível de conteúdo, do nosso próprio trabalho, que também saiu um bocadinho condicionado porque o trabalho que nós fazíamos para o ar tinha consequências nas famílias dos militares que falavam com os militares e os militares falavam com os graduados e estes ficavam insatisfeitos. Então aí começaram a querer condicionar, não só no que diz respeito à segurança no terreno mas também no conteúdo do nosso trabalho. Por exemplo, estava lá muito frio e alguns queixavam-se do frio e nós dizíamos “os soldados queixam-se do frio” e as famílias queixavam-se aos comandantes: “então vocês deixam os soldados passar frio?” e os comandantes vinham ter com os jornalistas a dizer “a partir de agora não falam mais com os soldados, deixam de ter livre acesso. Sempre que quiserem falar com um soldado têm de pedir e nós destacamos a pessoa certa para falar convosco” (João Almeida).

Patrícia Fonseca, esteve também na Bósnia e, ao contrário de Rui Araújo e João Almeida, a jornalista afirma não ter sofrido qualquer tipo de controlo. A repórter da *Visão* afirma não ter tido “problemas com os militares”, lembrando-os sempre como militares que “sempre foram simpáticos e ofereceram dormida e comida”.

No Afeganistão, estiveram acompanhados pelas tropas portuguesas, Cândida Pinto, Tiago Petinga, Carlos Santos Pereira, Luís Castro e Micael Pereira, não tendo nenhum deles dado conta de alguma situação de controlo de texto. No Iraque, José Manuel Rosendo esteve acompanhado pela GNR durante um mês e também ele apontou restrições que apelidou de “questões de bom senso”:

Normalmente o que acontece foi o que aconteceu com a GNR, é que previamente foram estabelecidas as condições em que nós íamos funcionar e há regras que eu não tenho dificuldade em aceitar e que são apenas questões de bom senso. Nós temos de conseguir entender que nem toda a informação é útil, isto é, qual é a vantagem de divulgar uma determinada informação num determinado momento? Sendo que, não havendo vantagem, há informação que ao ser divulgada acrescenta perigo. Se eu hoje sei que amanhã vou sair do quartel integrado numa coluna que vai para uma missão que vai tentar encontrar armas clandestinas não vou divulgar essa informação. Era este tipo de coisas que estávamos limitados, são lógicas.

*

Em *Debaixo de Fogo*, Paulo Camacho retrata a relação que se estabelecia entre os jornalistas dos vários órgãos de comunicação social portugueses em trabalho nos campos de batalha. A este capítulo o autor chamou “Rivais e Aliados”. Nas palavras do ex-jornalista da *SIC*, nos primeiros tempos da televisão privada em Portugal, quando a *TVI* ainda não existia ou era irrelevante, a *RTP* fazia todos os possíveis para dificultar a vida aos jornalistas da *SIC*. Paulo Camacho relembra os episódios que se passaram em Angola em que os jornalistas da estação de Carnaxide tinham de fazer uma viagem até à estação da Funda, que demorava cerca de uma hora, para conseguirem enviar as imagens para Lisboa. Naquela altura, a *RTP* tinha uma antena colocada no seu escritório, no Hotel Trópico. Todos sabiam o perigo que os jornalistas da *SIC* corriam ao executar aquela viagem e por isso, conta o autor, a direcção do canal privado, tentara por várias vezes negociar o acesso àquela ligação da *RTP*: “era o normal em qualquer ponto do mundo: dar acesso ao que se tem e cobrar por isso. Mas apesar de a estação ser paga pelo erário público e apresentar contas deficitárias, o responsável pela estação nunca cedeu” (CAMACHO, 2012:197). Ainda assim, o autor afirma que as divergências são mais comuns em Portugal. Em Luanda, havia alguns delegados da *RTP* que fechavam os olhos e deixavam os jornalistas da concorrência utilizar o equipamento. Paulo Camacho acrescenta: “ao longo dos anos descobri com agrado que a maioria parece seguir uma máxima ditada pelo bom senso: quanto maior é o grau de dificuldade

do cenário envolvente, maiores são as probabilidades de precisarmos de ajuda. Logo, maior disponibilidade para ajudar” (CAMACHO, 2012: 1999).

Aurélio Faria afirma que existe companheirismo, por exemplo em situações como o empréstimo de baterias: “não é uma coisa oficial e as nossas chefias acabam por não saber mas como não prejudica o trabalho que vai para o ar há essa cooperação, e tem que haver, porque é uma questão às vezes de sobrevivência”. Contudo, e talvez por ser também um jornalista da *SIC*, Aurélio Faria partilha da mesma opinião de Paulo Camacho: a relação com a RTP nem sempre foi boa.

Nos conflitos em Timor, em 1999, e segundo a experiência de ambos os jornalistas, era imperativa a solidariedade entre os jornalistas. Camacho relembra o dia em que ele e o Renato Freitas dividiram a última garrafa de água com a equipa da TVI, pois estavam 30° e uma humidade de noventa por cento. Nesse mesmo conflito, o Renato cedeu ao colega da RTP as imagens de uma cerimónia pública que o outro não conseguiria gravar, e Luís Castro deu-lhes transporte depois de os encontrar numa esquina à espera de um timorense que ficara de os recolher mas não aparecera. João Carlos Barradas partilhava com quem quisesse todo o seu saber, Rui do Ó contava histórias para manter acordados os repórteres que faziam directos para o *Jornal da Noite* e Fernando Faria dispunha-se sempre a cozinhar para quem aparecesse.

A experiência de Paulo Moura diz-lhe que regra geral, esta relação entre jornalistas é boa. O grande repórter da *TSF* afirma que há sempre cooperação e não há qualquer tipo de concorrência no terreno, admitindo que às vezes jornalistas ditos concorrentes iam cobrir a mesma situação e combinavam entre eles que um fazia uma parte e o outro outra, para não repetirem as histórias. No entender de José Manuel Rosendo, as regras são sempre as mesmas estando a trabalhar em Portugal ou numa guerra, o que muda são os sujeitos da notícia e o contexto, mas o código deontológico é o mesmo:

Como é que eu encaro a questão das audiências? Nunca deixei nenhum camarada pendurado. Estamos eu e um colega da rádio, estamos os dois a fazer uma entrevista, se o gravador dele avariar eu dou-lhe o som na hora e na boa. Estamos os dois no parlamento, eu consigo uma notícia através de uma fonte

minha do parlamento que o meu colega da rádio não conseguiu, eu não lhe vou dar. É assim que funciona, se não andamos sempre a fazer o mesmo.

Ao longo das entrevistas, o companheirismo do português Mário Rui de Carvalho foi referido. O facto deste pertencer a uma das mais influentes cadeias televisivas, a CBS, dava-lhe acesso a uma logística e a uma rede de contactos que os jornalistas portugueses não tinham. Esta realidade privilegiada fez com que, em várias guerras, tenha sido uma grande ajuda para alguns destes jornalistas portugueses.

*

Nunca pensei voltar á zona do Golfo para, mais uma vez, ir para o deserto com o exército americano fazer a reportagem de uma guerra contra o Exército iraquiano. (...) Na guerra de 1991, na Tempestade do Deserto”, o sector de imprensa do Exército dos EUA queria ver as cassetes antes de nós as enviarmos. Nestes moldes, eu não estava nada interessado em ir. Mas depois começou-se a falar o jornalista incorporado, de ser embedded, de experimentar equipamento novo, de usar câmaras mais pequenas do que aquelas que usei na anterior Guerra do Golfo, de fazer a montagem em computador portáteis...enfim tudo tecnologia nova, que em 1991 não existia. Mesmo assim, quando a CBS me perguntou se eu queria ir, disse que não, porque tinha estado na outra guerra e...mais valia ter estado na União Soviética! Aquilo foi uma censura total por parte do Exército dos Estados Unidos, que é o país onde vivo e que se gaba de ser 100 por cento democrático!

Em 1991, éramos completamente comandados. Eu fui um dos jornalistas que estiveram integrados em pools do Exército americano, que não nos dava um milímetro de espaço de manobra (...).

No entanto, á medida que me foram falando dos “jornalistas incorporados” e fui percebendo que as regras, desta vez, seriam diferentes, comecei a amolecer, embora convencido de que não ia resultar, porque é impossível mudar a

mentalidade de um exército em apenas doze anos, E acabei por dizer “Está bem... Vou”.

(CARVALHO, 2003:13)

Cobrir uma guerra/cenário de conflito é um grande acontecimento para o jornalista como profissional e como ser humano. Do ponto de vista profissional, pode até ser visto como uma oportunidade de estar presente onde se desenrola a história. Em termos pessoais, é uma experiência que marca o resto da vida de quem a vive. A morte e todas as emoções que esta envolve são, segundo os entrevistados, factores capazes de mudar o modo como se olha para o mundo e para a condição humana. Questionados sobre se a possibilidade de cobrir uma guerra pode ser considerada um privilégio, a resposta foi consensual. À excepção de quatro dos entrevistados, todos concordam que dar voz e imagem a uma situação de conflito é um privilégio. A oportunidade de estar no “centro do mundo”, onde se está a fazer história e as múltiplas coisas que se aprende a dar valor depois de pisar estes cenários, foram as razões mais apontadas pelos entrevistados. Na perspectiva de um dos inquiridos:

É um privilégio no sentido de que poucas pessoas têm essa oportunidade de estar onde acontecem essas coisas tão importantes. Vão ficar gravados na sua memória momentos, imagens, situações que nunca mais vão esquecer na vida, de tal a importância que elas têm, seja pela carga dramática que têm, seja porque é um momento que fica na história... o privilégio é esse e é ao mesmo tempo uma grande responsabilidade. Você não pode utilizar esse privilégio de uma forma irresponsável, você tem que ter a noção que está num sítio onde poucas pessoas podem estar e que você é os olhos e o sentir dessas pessoas, tem a responsabilidade de transmitir a informação da forma mais correcta possível (José Manuel Rosendo).

Os jornalistas são diferentes depois de submetidos a estas realidades. A respeito deste tema Adelino Gomes afirma: “eu sou diferente em ter visto a morte, de ter estado com outras pessoas naquelas circunstâncias”. Uma visão também partilhada por João

Almeida que lembra que: “durante uma guerra há comportamentos radicais nos dois sentidos e acho que se compreende melhor a humanidade perante esses comportamentos radicais. E nos dois sentidos significa que existem tanto para atrocidades horríveis, como para gestos de entrega e dádiva maravilhosos”(João Almeida). A crise actual dos *media* no nosso país é um dos motivos que leva os profissionais a aceitarem sair da sua zona de conforto para cobrir estes cenários de instabilidade. No entender d Aurélio Faria, sendo Portugal “um país pequeno virado para si próprio”, há oportunidades que não devem ser desperdiçadas: “não há dinheiro nem meios para termos repórteres de guerra, por isso cada vez que há uma situação destas é uma oportunidade, muitos de nós somos voluntários porque é uma oportunidade única de estarmos no centro do mundo”. Henrique Botequilha acrescenta: “diria que é um privilégio cada vez maior porque as redacções estão todas tão limitadas nos seus orçamentos. Quando olho para trás e lembro do que aconteceu há 10 anos parece quase uma miragem vista ao contrário. Hoje não era possível”.

Entretanto existem decerto outras opiniões. Para Emídio Fernando, o verdadeiro privilégio está não na cobertura de um teatro de guerra, mas na profissão de jornalista. Para o jornalista da *TSF*: “é um privilégio ser jornalista. É um privilégio ser os olhos, ouvidos e nariz dos nossos ouvintes/leitores em qualquer circunstância, em qualquer reportagem, seja numa guerra ou numa conferência de imprensa" (Emídio Fernando). Na opinião de outros dos entrevistados:

É privilégio poder estar em sítios onde estão a acontecer coisas importantes, agora ser a guerra que define isso acho que não. E depois isso também é muito discutível, temos de ter a noção que não há coisa mais difícil, mais desconfortável e mais chata e perigosa do que uma guerra e portanto é uma coisa que eu não desejo a muita gente e que não há muita gente a desejar, a maior parte dos jornalistas não deseja fazer isso, portanto não é correcto dizer que é um privilégio mas sim dizer que é uma coisa que ninguém quer fazer, ninguém quer estar lá (Paulo Moura).

Já Rui Araújo prefere salientar que “é tão nobre efectuar uma reportagem em Lisboa como uma guerra”.

Como já referido, em Portugal não é adequado falar de “repórteres de guerra”. O que há são jornalistas que, quando os órgãos de comunicação social entendem, são enviados por um curto período de tempo para fazer reportagem em locais de conflito. Assim sendo, quando interrogados sobre se os jornalistas portugueses estão preparados para cobrir um conflito bélico as respostas foram conclusivas: a maioria não está.

Se me perguntar em abstracto, em média, a preparação é muito deficiente. Isto não impede que haja vários jornalistas e muito experientes. Portanto, se me perguntar o quadro global não, estão muito mal preparados e a maior parte deles chegam aos cenários de guerra completamente perdidos, não sabem nem por onde devem agarrar nem como se devem proteger. Em média, a resposta é que estão mal preparados (Carlos Santos Pereira).

A opinião é unânime, existe um grupo de jornalistas bem preparado mas na maioria isso não acontece. A razão mais apontada é a falta de poder económico dos *media* para fornecer a preparação adequada que, como relembra um inquirido, acontece em todo o mundo: “o que eu acho que existe nos jornalistas portugueses é os órgãos de comunicação social para os quais trabalhamos não terem meios financeiros nem logísticos para fornecerem a preparação que secalhar outros órgãos estrangeiros têm. Nesse aspecto, não estamos preparados”(Aurélio Faria). Cândida Pinto acrescenta: “nós somos um bocado pára-quadristas porque não há uma carreira nesse âmbito, para além disso nós vamos normalmente por curto períodos de tempo...vamos lá, fazemos algumas reportagens e voltamos porque a comunicação social portuguesa não tem músculo para manter jornalistas”. Na óptica de outro entrevistado, são os meios de comunicação social os responsáveis pela desvalorização deste género e, conseqüentemente, pelo escasso investimento na preparação necessária para esta área.

Não há muitos portugueses a cobrir conflitos, mas os poucos que há, no meu entender fazem-no bem. Certamente que os meios de comunicação em Portugal

não apostam o suficiente em enviar correspondentes para zonas de conflito, mas isso é apenas um reflexo do tipo de público que existe no país. A maioria da população está mais preocupada em consumir notícias nacionais que lhes afectam directamente. E claro, infelizmente há uma grande procura de notícias 'cor-de-rosa' sobre celebridades e *gossip* (Paulo Nunes dos Santos).

Vários outros inquiridos entendem que a questão se relaciona fortemente com a capacidade de conhecimento cultural do jornalista sobre a área que vai trabalhar. Um dos jornalistas entende que a preparação se prende com o saber prévio sobre o local para onde se vai. Na sua opinião, há conhecimentos básicos que se têm de ter, como por exemplo, “saber que em países muçulmanos não se deve andar de cabelo descoberto ou com partes do corpo descobertas (para as mulheres), não se pode comer com a mão esquerda ou confundir as religiões e os rituais”. (Emídio Fernando). Para o director do jornal *Gazeta* ninguém, de facto, está preparado para as guerras. Outra opinião afirma que a maior parte dos jornalistas não só "estão mal preparados como acabam por se revelar bastante imprudentes", considerando até que é "uma sorte" não terem havido graves incidentes a registar: "felizmente nunca tivemos nenhuma baixa na guerra mas alguns incidentes revelaram falta de preparação, de informação sobre o terreno que iam pisar e depois falta de bom senso no local"(Henrique Botequilha). Embora desde 1995 existam cursos de formação para jornalistas em cenários de conflito, a percepção dos jornalistas entrevistados é que não contam com uma preparação suficiente para cobrir uma guerra. Tal não quer dizer que se passe por cima do facto que tenham surgido cursos de formação para jornalistas.

Os dados recolhidos indicam que, no geral, os jornalistas portugueses não contam com uma preparação suficiente para cobrir uma guerra. No entanto, existem vários jornalistas bem preparados e capazes de estar no campo de batalha com as condições mínimas de segurança, da qual fazem parte profissionais já com alguns anos de experiência. As respostas dadas pelos entrevistados a trabalhar em Portugal indicam que estes desejariam poder ter meios financeiros e logísticos para cobrir mais frequentemente os conflitos no estrangeiro ou pelos menos por um período maior de tempo.

*

A incorporação de jornalistas, seja em unidades militares, seja em organizações não governamentais, é um assunto que divide as opiniões dos entrevistados. Todavia, todos concordam que a cobertura feita pelos profissionais incorporados é insuficiente para dar a conhecer na sua maior abrangência e com rigor um conflito bélico. Luís Castro defende que sempre que possível, o órgão de comunicação deve enviar um jornalista *embedded* e outro não *embedded* pois é na "multiplicidade de ângulos de visão sobre o acontecimento que se consegue ser mais objectivo". João Almeida vai de encontro a esta opinião acrescentando que ambos os jornalistas enviados deveriam inclusivamente trocar de posições, para perceberem o outro lado. Uma terceira visão aponta para que o trabalho de qualquer profissional incorporado conta apenas uma parcela da história, uma parte importante mas insuficiente: "não se conta o que sofrem as populações civis, não se conta como é o campo de batalha do outro lado. Sem dúvida, que é uma parte importante da história, mas é uma visão muito parcial, e eu não tenho dúvidas disso" (João Pina). O conhecimento do jornalista nesta situação é sempre limitado.

Nós quando estamos num conflito nunca temos a noção do *puzzle* que ele é, aliás, nós devemos sempre dar ao leitor claramente a perspectiva do raio da acção que temos...que normalmente é limitado, porque nós não cobrimos um conflito inteiro, cobrimos situações limitadas e portanto eu se estou numa coluna com militares americanos a ir do Kuwait para Bagdade, eu estou no meio do deserto perto da fronteira com a Arábia Saudita a caminho de Bagdade eu não posso falar sobre o conflito que se está a desenrolar no Iraque. Eu posso dar testemunho do que estou a viver, que é uma parte desse conflito, e depois à medida que vou caminhando, que vou progredindo no terreno, que vou conhecendo outras pessoas, outros lugares, posso ampliar o meu conhecimento sobre o conflito (Cândida Pinto).

Na opinião de Carlos Santos Pereira, a falta de ângulo de visão, também citada por Luís Castro, é um dos principais problemas da incorporação. Para estes, os editores por cada repórter *embedded* que enviam devem enviar mais três ou quatro para

ocuparem outras posições: “eu costumo dar um exemplo: imagine que consegue por uma câmara de televisão na bota do Cristiano Ronaldo, vai ter imagens muito palpitantes: a bola em primeiro plano, a bola a entrar na baliza, etc, tudo em primeiro plano, mas você nunca tinha uma visão de confronto do jogo. O *embedding* é um bocadinho isso”.

De acordo com as entrevistas, esta é uma das desvantagens mais apontadas mas não é a única. As limitações ao nível da agenda do jornalista, dos movimentos, a dependência dos militares e o controlo da informação também foram citadas. Ainda assim, os entrevistados entendem que também existem pontos a favor. Os baixos custos económicos, a segurança, o acesso e o facto de os profissionais incorporados conseguirem chegar ao lado mais humano dos militares são realidades que, trabalhando de modo independente, podem não ser alcançadas. Para Emídio Fernando, a principal diferença entre o trabalho de um jornalista incorporado e de um independente é a maior liberdade de movimentos do segundo. Para o jornalista da *TSF*: “o repórter independente não é porta-voz do hospitaleiro, mas sim da guerra no geral. Acho que quem só faz jornalismo em *embedded* não faz jornalismo, é apenas o porta-voz mais sofisticado do que os militares querem transmitir”. Patrícia Fonseca entende que nesta situação, o jornalista deve pagar o preço que considera justo, acrescentando que submeter o seu trabalho à censura militar é um preço muito alto. Uma ideia também presente no discurso seguinte:

A história do jornalismo está cheia de experiências *embedded* bem sucedidas. A II Guerra é um belíssimo exemplo disso. E é evidente que quando forças armadas aceitam o acompanhamento de jornalistas há uma cedência das duas partes: os militares porque têm de levar um peso que se calhar preferiam não ter de carregar e os jornalistas porque sabem que vão ter de fazer alguns compromissos para ter a possibilidade de estar ali. Claro que há limite para tudo isto e situações que o jornalista não pode aceitar. Vejo mais vantagens que desvantagens (Henrique Botequilha).

Na opinião de João Almeida, o jornalismo *embedded* ganha por ser muito mais seguro e por permitir ao jornalista chegar à frente humana dos militares. O director da

Antena 1, entende que estando o jornalista isolado numa campânula, cabe aos militares fazer os possíveis para que estes nunca assistam a violência, protegendo-os e, no caso de haver alguma coisa, tirarem os profissionais de lá, evitando um acidente ou a morte dele. Ou seja, para o actual director da rádio pública, esta condição do jornalista torna-se condicionada do ponto de vista político e institucional mas, do ponto de vista humano é muito mais rica. Hoje em dia qualquer soldado sabe que se meter conversa com um jornalista está a cometer um risco de desobedecer a uma hierarquia. *Embedded* eles não estão cheios de medo de falar, estão á vontade" (João Almeida). Para o freelancer João Pina, as vantagens da incorporação prendem-se sobretudo com os gastos: "nas minhas circunstâncias, freelancer sem muito dinheiro, não gasto dinheiro nenhum, dão-me comida, transporte e onde dormir. A alternativa a não estar *embedded* para um freelancer é ter alguém com um carro e, dependendo dos sítios, paga-se uma fortuna em hotéis".

Interrogados sobre se hoje escreveriam os textos da mesma forma, as opiniões dos entrevistados dividiram-se.

Acho que o jornalismo não é preto e branco, acho que se eu tenho emoções não as posso esconder, tenho que as controlar mas não as vou esconder. Já fiz muitas reportagens a chorar, já vim revoltado de muitas situações, acho que para tudo na vida o melhor critério é o bom senso mas se eu sou um ser humano, se estou lá e tenho emoções não as vou deitar no caixote do lixo, não vou fazer é que elas sejam o principal pilar da minha reportagem, mas vou deixar que elas estejam lá (Luís Castro).

Adelino Gomes declara que de todos os textos que escreveu apenas há um que escreveria diferente, e foi porque "quis fugir ao *embedded*". E João Almeida afirma que "se desconfiasse que depois ia ser penalizado era capaz de condicionar e de impor uma espécie de auto censura" Vejamos opiniões divergentes: "eu acho que não só no jornalismo como na própria vida, se tivesse outra, voltaria a cometer exactamente os mesmos erros. As árvores morrem de pé" (Rui Araújo). Houve também testemunhos de profissionais que confessaram fazer alguns reparos ao seu trabalho:

Eu tive muita situação de guerra em que cumpri o meu papel como jornalista, ou seja, acho que escrevi, se não é presunção minha, com alguma competência o que se estava a passar no terreno militar. Acho que fiz uma leitura correcta do campo de batalha, mas se voltasse pegava muito mais nas histórias dos seres, das populações, dos seres anónimos que acabam por ser atingidos. Assumo que fiz reportagens que estavam muito centradas no soldado em si e na acção de combate. Hoje era capaz de me preocupar mais com as pessoas que não combatem, que não são protagonistas mas que acabam por ser as grandes vítimas (Carlos Santos Pereira).

No que concerne às respostas negativas, a justificação dada pela maioria dos profissionais prende-se com o facto do trabalho do jornalista estar em constante evolução. Aurélio Faria entende que a experiência que foi adquirindo ao longo dos anos e os erros que cometeu fazem com que hoje fizesse os trabalhos de uma outra forma, melhores. "Eu quando acabo de fazer um trabalho seja desses ou outro qualquer vou ler e já acho que fazia diferente, mas é natural, nós estamos sempre a evoluir. Não acho que tenha sido desonesta em relação às coisas mas escrever da mesma maneira e reportar as mesmas coisas, seria diferente..."(Cândida Pinto). Uma opinião partilhada também por outro profissional: "claro que a pessoa nunca escreve os textos da mesma maneira porque tu própria vais evoluindo e vais mudando a tua maneira de escrever e de pensar, há essa evolução. Tirando essa evolução normal que existe, não há nada que eu me arrependa, escreveria da mesma maneira" (Paulo Moura).

As consequências de um conflito armado marcam as vítimas directas mas não só. As sequelas atingem muitas vezes jornalistas e fotógrafos. O stress pós-traumático é muito comum e marca a vida de uma grande parte dos profissionais que vivem esta experiência. Numa entrevista à *Antena 1*, em Fevereiro de 2013, Rui Araújo confessa ter tido durante muitos anos pesadelos. O jornalista da *RTP* afirma que são situações que se tentam esquecer mas que nunca se esquecem. Rui Araújo despediu-se dos cenários de conflito na Líbia: "acho que já vi porcaria suficiente na minha vida, mortes a mais. Já dei para este campeonato". Durante a entrevista, João Pina dizia que o mais duro quando se faz a cobertura de um conflito é o regresso a casa, uma vez que, é nesse

momento que o jornalista vai saber se consegue ou não lidar sozinho com tudo o que viu e reportou. Em Portugal, como se sabe e, como vários jornalistas frizaram, ninguém aceita fazer a cobertura de zonas de conflito pela remuneração, pois esta não é de todo significativa. Ainda assim, vale a pena ir para a guerra? Há algum tipo de compensação? Na opinião de um dos jornalistas nunca compensa ser confrontado com a morte e com a miséria humana (Tiago Petinga) . Para o fotojornalista, estas experiências compensam apenas, na medida em que se dá muito mais valor ao que se tem. Uma opinião também partilhada por outro colega que afirma que a haver compensação é a nível pessoal:

Namorei com uma Bósnia, que foi das mulheres que mais me marcou. Casei com uma sérvia que é ‘apenas’ a mulher da minha vida. Conhecia-as na guerra. Nestes tempos, só vale ir a pena ir à guerra por ‘turismo’. Toda a gente aprendeu a condicionar os jornalistas. Não há guerras ‘livres’, diria mesmo românticas à Hemingway, como na Bósnia, Albânia ou Zaire em que, para mim, bastava ter dinheiro, boa disposição e arrancar (Emídio Fernando).

De acordo com algumas opiniões, atendendo à crise que os grupos de comunicação atravessam, a guerra não compensa a nível monetário. Para um dos entrevistados "uma história tem pessoas, tem momentos, cheiros, cores e isso ninguém faz sem estar no terreno, portanto claro que compensa" (João Pina). Há ainda jornalistas que entendem que vale sempre a pena cobrir uma guerra porque é sempre um ponto de vista único, português.

As guerras e os conflitos armados são parte integrante das agendas mediáticas mundiais. No jornalismo português, estas são secundarizadas, justificando-se a ocupação dos últimos lugares nesta hierarquia das notícias pela falta de verbas. Terá a cobertura mediática das guerras futuro? João Almeida exprime uma opinião alternativa. O jornalista da *TSF* entende que os testemunhos da guerra por serem "tão exigentes e arriscados, são sempre muito valiosos e por isso, cada vez que alguém consiga entrar num daqueles conflitos horríveis, consegue vender, porque é raro lá ir alguém". Patrícia Fonseca salienta que: "há reportagens das trincheira na I Guerra Mundial feitas por telégrafo e isso sim, são condições difíceis. Hoje ergue-se um iPhone no deserto e tem-

se sinal". Na opinião da jornalista da *Visão* "vai" sempre haver quem arrisque fazer a cobertura de conflitos, principalmente *freelancers*, uma vez que as grandes corporações não farão este tipo de investimento".

Tiago Petinga, Luís Castro, José Manuel Rosendo e Cândida Pinto entendem que enquanto houver guerras, vai sempre haver possibilidades de reportagens de guerra.

Não há nada que substitua uma reportagem no local, nada rigorosamente nada. Eu ouço montes de vezes, montes de analistas dizerem as maiores barbaridades boca fora, armados em sábios sobre regiões do mundo, sobre situações e conflitos onde nunca puseram os pés e diz-se as maiores barbaridades sem ter a menor noção do que é o terreno. Eu sou optimista por natureza, e por isso acho que isto é uma fase. O bom jornalismo, nunca perdeu clientes, nem nunca perdeu leitores nem espectadores. As coisas de boa qualidade têm o seu papel, têm a sua função, podem ser minoradas, amputadas de alguma forma de acordo com as crises económicas que vão atravessando os países, e neste momento, nós estamos com uma crise em cima da mesa em Portugal... (Cândida Pinto).

Noutra opinião, o jornalismo de guerra apenas está diferente. Actualmente, não há frentes de guerra, há jogos de guerra, e o repórter assemelha-se ao que era dantes, ele vê cada vez menos: "cada vez mais é diferente, nós não estamos embedded mas precisamos de lá ir para ver precisamente o rosto do sofrimento, o rosto das vítimas. Mas é a tal coisa, aí também é muito importante estar junto do tipo que carrega na tecla que dispara ou que mete os algoritmos... o jornalismo é isso tudo" (Adelino Gomes). Outro profissional entende que, a curto prazo, a tendência é acabar, porque cada vez mais os jornais não estão a investir.

Eu acho que está tendencialmente a acabar, cada vez há menos, porque quem dirige os jornais acha que está muito caro e que não compensa, não vai vender jornais, os leitores não querem isso, porque têm a ilusão que se pode fazer hoje em dia de outras formas, por skype, email, há muitas fontes de envio de informação. Os próprios locais, as pessoas que vivem nos sítios podem

comunicar através de blogs, etc, portanto não é necessário enviar, a curto prazo é isso que está a acontecer. A longo prazo eu não acredito que isso possa acontecer, porque acho que a certa altura, haverá uma reacção contra. Os leitores vão exigir isso, pode é surgir novas formas de inanciamento deste jornalismo. É o que já está a acontecer, croud funing, portanto eles pagam x para que um repórter vá a determinado sítio fazer uma reportagem sobre um tema que lhes interessa.. mas a longo prazo não acredito que isso acabe. É insubstituível (Paulo Moura).

Carlos Santos Pereira entende que "vivemos entre a última década do século findo e mais ou menos a primeira década deste século, vinte e poucos anos, uma fase em que a guerra foi muito reabilitada como instrumento. Entre a queda do muro de Berlim, em novembro de 1989 e o momento em que o Obama anunciou a retirada do Afeganistão (meados de 2010), viveu-se uma época de intervencionismo internacional em vários conflitos". Para o também jornalista da *Lusa*:

O que é novo nesta época não é haver conflitos em toda a parte, é haver um forte intervencionismo internacional nessas guerras. Se quer a minha opinião, isso é uma época que se está a fechar. Eu acho que essa era de intervenções foram um instrumento muito bem sucedido nalguns cenários, claramente mal sucedidos noutros de recomposição do quadro estratégico internacional. Eu acho que esta era se está a fechar. Esta era de intervenções internacionais não vai prosseguir creio eu, e tudo isto teve uma projecção mediática. A grande moda do jornalismo de guerra, a grande presença do jornalismo de guerra nos orgaos de informação, particularmente nos audiovisuais está a fechar também e portanto, as proprias tlevisões, etc vão investir cada vez menos em enviar os repórteres para cenários de guerra. Eu acho que a pessoas andam um bocado distraídas e ainda não perceberam que esta explosão de conflitos e de intervenções teve uma leitura e um enquadramento estratégico preciso quer do ponto de vista politico-militar por um lado, mas quer do ponto de vista dos *media* por outro.

Uma opinião também partilhada por Emídio Fernando. O actual director do jornal *Gazeta* entende que já não há espaços para jornalistas reportarem as guerras. Para este, o jornalismo de guerra mais livre e solto acabou. No futuro, serão apenas os *embedded*, ou melhor, os que vão "in bed", conclui. Micael Pereira afirma que: se já não era uma prioridade em Portugal agora é menos porque a história está a acontecer aqui na Europa". Para Rui Araújo a pergunta é que se impõe é outra: "o jornalismo tem futuro?". O repórter da *RTP* entende que o jornalismo está a mudar, os jornalistas estão a mudar enquanto homens e mulheres e a formação em Portugal continua a ser uma fraude.

Conclusão

A incorporação de jornalistas em unidades militares é uma prática que tem vindo a tornar-se recorrente na cobertura de conflitos bélicos nos últimos anos. Este tipo de actividade jornalística acompanha as mudanças que o jornalismo em teatros de guerra tem vindo a sofrer, sendo talvez previsível que a reportagem nesta área se torne cada vez mais um trabalho de agências noticiosas. Nesta investigação, pretendeu-se fazer o mapeamento das experiências de incorporação de jornalistas portugueses e de estudo de algumas dessas experiências à luz das percepções que os jornalistas nelas envolvidas têm.

Os meios de comunicação social portugueses têm mostrado interesse em cobrir cenários de guerra. Para as principais guerras e situações de conflito ocorridas em vários pontos do globo têm sido enviados jornalistas portugueses. De acordo com os dados da pesquisa efectuada, existe em Portugal um grupo relativamente experiente em cobertura e conflitos armados. Estes profissionais são, na maioria, jornalistas do sexo masculino, com idades compreendidas entre os quarenta e os cinquenta e cinco anos, com conhecimentos aprofundados, e com experiência, em média, de seis a nove conflitos.

Os testemunhos recolhidos indicam que foi nos confrontos do Afeganistão, Iraque, Líbia, Angola e Bósnia, onde se registou um maior número de repórteres portugueses incorporados numa unidade militar. Os profissionais entrevistados concordam que cobrir uma guerra é um privilégio, uma vez que, só este tipo de reportagem lhes dá acesso ao local onde se está a fazer História. A preparação dos jornalistas entrevistados e enviados para os campos de batalha é uma questão que merece reparos. Na sua maioria, os entrevistados afirmaram que existe um grupo pequeno de jornalistas bem preparados mas que, no geral, esta preparação é na maior parte das vezes deficiente. Existem falhas na preparação dos jornalistas antes da partida para o campo de batalha. A recolha de informação acerca do local, da história e da cultura do sítio para onde se deslocam é deficiente. Existem também falhas ao nível dos cursos práticos de formação organizados pelos diferentes órgãos de comunicação. Tudo indica que estes profissionais desejariam ter a oportunidade de cobrir um maior número

de conflitos e por um mais alargado período temporal, mas as restrições financeiras não o permitem.

No que diz respeito às situações de incorporação de jornalistas, constatámos que acontecem em todos os meios: televisão, rádio, imprensa e agências, tendo neste trabalho, sido apresentadas as experiências dos profissionais ao serviço: em imprensa da *Visão*, do *Expresso* e do *Público*; em rádio, da *TSF* e da *Antena 1*; em televisão da *SIC* e da *RTP*; e da agência *Lusa*. Actualmente, estes continuam a ser os meios de comunicação que mais apostam neste campo, estando o investimento, como já referimos, a ser cada vez mais reduzido.

Foram também analisadas as reflexões dos jornalistas sobre a guerra em situação de incorporação. Verificou-se que esta integração, quando feita com tropas estrangeiras, se processa na maior parte das vezes no campo de batalha de forma improvisada. Nesta situação parece que ter nacionalidade portuguesa é sinónimo, em muitos teatros de guerra, de facilitismo, uma vez que, de acordo com os entrevistados, a maioria do material recolhido e dos trabalhos realizados não são revistos, situações que não sucedem por exemplo com o *New York Times* ou a *CNN*. Em relação às restrições impostas pelos militares, as práticas mais comuns são as limitações ao nível da divulgação do local preciso onde se encontram as tropas e da publicação de nomes e fotografias de vítimas mortais.

O cenário diferencia-se quando falamos de incorporações com tropas portuguesas. Constatou-se que, na maior parte das vezes, o contacto com as tropas é estabelecido previamente e, no que diz respeito às limitações impostas aos jornalistas, há relatos que apontam para um controlo estrito de informação. No entanto, são testemunhos de jornalistas que cobriram guerras mais antigas como são a da Bósnia e a do Ruanda. Nos relatos dos jornalistas que cobriram conflitos recentes não se encontraram marcas de censura. Outra questão discutida no estudo foi a possibilidade de um jornalista se sentir protegido em reportagem num campo de batalha. Um maior número de jornalistas considera que não é possível, afirmando que o que se sente são sensações momentâneas de segurança. A investigação demonstrou ainda que a percepção sobre a cobertura feita pelos jornalistas incorporados é a de que esta circunstância não é suficiente para enquadrar o público sobre determinado conflito.

Entende-se que a incorporação em unidades militares afecta a construção da notícia de guerra. Depois de analisadas as entrevistas, percebe-se que a criação de laços que ocorre, principalmente entre jornalistas e militares, é uma realidade, ainda que os profissionais procurem distinguir os diferentes papéis. Nestes teatros, o contacto com outros agentes, como são as vítimas da guerra, os soldados ou jornalistas de outras nacionalidades, podem afectar a imparcialidade da notícia, imperativa no jornalismo ocidental. De salientar ainda a relação que se estabelece entre os jornalistas portugueses dos vários meios nos diferentes campos de batalha.

A maioria dos jornalistas entende que enquanto existirem conflitos armados, a reportagem de guerra vai sempre ter futuro. Em Portugal, a fraca condição económica dos meios de comunicação parece determinar o declínio deste género jornalístico. Os grandes meios de comunicação optam cada vez mais pelo trabalho de agência, estando o envio de jornalistas em reportagem de guerra a ficar cada vez mais escasso.

Para além de dar resposta a todas as questões que nos propusemos a responder no início da investigação, este trabalho serviu para levantar outras problemáticas. Em Portugal, não existe investigação aprofundada ao nível do jornalismo incorporado. Em termos de bibliografia existem apenas obras da autoria de jornalistas que contam as suas experiências num teatro de guerra, entre elas algumas situações de incorporação. A falta de interesse e investimento académico nesta área de estudo pode prender-se com o facto desta situação não ser vista ainda como uma prática comum do jornalismo quando comparado ao Reino Unido ou à América do Norte.

Referências Bibliográficas:

Livros:

Allan, S., Zelizer, B. *Reporting War: Journalism in wartime*. London: Sage, 2004.

Aron, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1997.

Bell, J. *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva – Publicações, Lda, 1997.

Braudillard, J. *A ilusão do fim ou a greve dos acontecimentos*. Lisboa: Terramar Editores, 1992.

Biernatzki, S.J. “War and Media”. *Communication Research Trends: Centre the Study of Communication and Culture*, 2003, vol. 22, nº3.

Castro, Luís. *Repórter de guerra*; Dafundo: Oficina do Livro, 2007.

Carvalho, Mário. *Por dentro das Guerras*. Prime Books, 2003.

Chaparro, Manuel Carlos. *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: Edições Minerva, 2001.

Filkins, Dexter. *Guerra sem fim: reportagens no Afeganistão e no Iraque*; Alfragide: Casa das Letras, 2010.

Machado, M., Carvalho, S. *Exército e imprensa*; Prefácio; Lisboa, 2004.

Moreira, Adriano. *Terrorismo*. Coimbra: Livraria Almedina-Coimbra, 2004.

Moreira, Adriano. *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

Moreira, Carlos Diogo. *Teorias e Práticas da Investigação*. Lisboa: ISCSP, 2007.

Morrisson, D and Tumber, H. *Journalists at War*. London: Sage, 1998.

Pereira, C.S. *Guerras da Informação*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

Pereira, C. S. *Da Jugoslávia à Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*, Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

Pereira, Carlos. “Operações de paz: a frente dos media”, in Moreira, Adriano (org), Portugal e as operações de paz: uma visão multidimensional, Lisboa: Prefácio (2010): 528-556.

Pereira, Carlos. “O contexto internacional das operações de paz”, in Moreira, Adriano (org), Portugal e as operações de paz: uma visão multidimensional, Lisboa: Prefácio, (2010):39-95.

Ramonet, I. *A Tirania da Comunicação*. Lisboa: Campo das Letras, 1999

Santos, José Rodrigues. *Crónicas de guerra: da Crimeia a Dachau*, Lisboa: Gradiva Publicações, 2003.

Santos, José Rodrigues. *Crónicas de guerra, volume 2: de Saigão a Bagdade*, Lisboa: Gradiva Publicações, 2002.

Thussu, D & Freedman, D. *War ant the Media: Reporting Conflict 24/7*. London: Sage Publicacions, 2003.

Tumber, H, “Covering War and Peace”, in Jorgensen, K; Hanitzsch, T. *The Handbook of Journalism Studies*, London: Sage, (2009): 386-96.

Tumber, H & Palmer, J. *Media at War - The Iraq Crisis*. London: Sage, 2004.

Tulloch, J & Warwick, B. *Icons of war and terror – Media Images in an Age of International Risk*. London: Routledge, 2012.

Tzu, Sun. *A Arte da Guerra*. Lisboa: Sílabo, 2006.

Artigos:

Aday, Sean; Livingston, S and Hebert, M. “Embedding the Truth: a Cross-Cultural Analysis of Objectivity and Television Coverage of the Iraq War”. *The Harvard International Journal of Press/Politics* 10 (2005): 3-21.

Fahmy, Sahira & Johnson, J. “Embedded Versus Unilateral Perspectives on Iraq War”, *Newspaper Research Journal* 28 (2007).

Friedman, P. TV: A missed opportunity. *Columbia Journalism Review* May-June (2003):29-31.

Kaldor, Mary. “Elaborating the New War Thesis”, in Isabelle Duyvesteyn and Jan Angstrom, eds, *Reithinking the Nature of War* (New York: Frank Cass, 2005), p.221.

Keeble, Richard. “The Necessary Spectacular „Victories“; New Militarism, the Mainstream Media and the Manufacture of the Two Golf Conflicts 1991 and 2003. in *Communicating War. Memory, Media and Military*. United Kingdom, Arima Publishing (2007): 200-212.

Machado, Arlindo. “O telejornal em tempo de guerra”. *Revista USP*, nº 12, (1991):172-185.

Nohrstedt, Stig. “New War Journalism: Trends and Challenges”. *Nordicom Review*, 2009, 30, pp.95-112.

Santos, José Rodrigues. Em directo da guerra: O impacto da Guerra do Golfo e no discurso jornalístico, *Media & Jornalismo* 3 (2004) 24.

Smith, T. Hard lessons: The real-time war. *Columbia Journalism Review*, May-June (2003): 26-28.

Smith, M.L.R., “Strategy in the Age of ‘Low Intensity’ Warfare: Why Clausewitz Is Still More Relevant than His Critics”, in Isabelle Duyvesteyn and Jan Angstrom, eds, *Reithinking the Nature of War* (New York: Frank Cass, 2005), p.52.

Subtil, F. A comunicação entre a utopia e a tecnocracia: para uma fundamentação teórica das tecnologias da informação. *Análise Social*, XLI (2006): 1075-1093.

Recursos online:

Carvalho, Anabela (2003) O Iraque nas televisões europeias: representações da segunda guerra do Golfo. *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*. [Internet] Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-anabela-iraque-televisoes-europeias.pdf> [Consultado a 06 de Dezembro de 2012].

Mattos, Sérgio (1991) Censura de Guerra - Da Criméia ao Golfo Pérsico. [Internet] Disponível em: http://www.sergiomattos.com.br/liv_crimeia09.html [Consultado a 10 de Dezembro de 2012].

Pereira, Carlos Santos, «Os jornalistas portugueses e a experiência dos Balcãs», disponível em http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_3_16.b.html, [Consultado 15 de Abril de 2013].

Rodriguez, Jose (2004) “Embedding Success Into the Military-Media Relationship”, disponível em: http://stinet.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA42376_0&Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf, [Consultado a 3 de Março de 2013].

Sousa, S; Costa, A; Jorge, F & Guimarães, F (2010) Quando o jornalista é notícia [Internet] Disponível em: http://filipajorge.files.wordpress.com/2011/10/quando_o_jornalista_c3a9_noticia.pdf [Consultado em 10 de Dezembro de 2012].

Sousa, Jorge Pedro (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> [Consultado a 15 de Janeiro de 2013].

Tuosto, Kylie (2008) "The 'Grunt Thruth' of Embedded Journalism: The New Media/Military Relationship". *Stanford Journal of International Reviews*, Winter/2008. Disponível em: http://sjir.stanford.edu/pdf/journalism_real_final_v2.pdf. [Consultado a 3 de Março de 2013].

Public Affairs Guidance on Embedding Media During Possible Future Operations/Deployments in the U.S. Central Commands Area of Responsibility," 3 Feb 2003, <<http://www.defenselink.mil/news/Feb2003/d20030228pag.pdf>> [Consultado em 3 de Março de 2013].

Anexos

1) Guião de entrevista

1. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DO JORNALISTA

- Nome
- Sexo
- Qual a sua idade?
- Qual a sua naturalidade?
- Qual a sua formação académica?

2. PERFIL PROFISSIONAL

- Tem formação específica em Jornalismo? Se sim, qual?
- Actualmente, qual é o seu estatuto?
- Qual foi o primeiro órgão de comunicação social em que trabalhou e, quais as funções que desempenhava?
- Em que órgão de comunicação social trabalha actualmente e que funções exerce?
- Qual é o seu vínculo profissional, tem contrato efectivo?
- Em que áreas considera que o jornalismo tem importância?
- Para si, quais são os parâmetros mais importantes para a actividade jornalística? (credibilidade, honestidade, objectividade?)
- Quais os jornais e revistas (portugueses e estrangeiros), que costuma ler com regularidade?
- Quais as cinco agências noticiosas que considera mais credíveis?
- Que órgãos de comunicação social portugueses consulta com maior frequência no seu trabalho?

3. EXPERIÊNCIA DE “CULTURA” DE GUERRA

- Quais as guerras em que esteve presente?
- O que o fez ir para a guerra?
- Alguma vez teve medo? Em que situação?

- Qual a situação mais complicada que já viveu numa situação de conflito?
- É possível sentir-se protegido durante uma guerra?
- Quais as principais diferenças que aponta entre o jornalismo convencional e o jornalismo de guerra?
- Como é que se prepara física e psicologicamente para cobrir uma guerra?
- Quando parte para um conflito, já leva opinião formada sobre ambas as partes? E depois de lá chegar, a opinião muda?
- Muitos jornalistas de guerra afirmam que cobrir uma guerra é um privilégio. Concorda?
- Na sua opinião, os jornalistas portugueses estão preparados para uma guerra?

5. EXPERIÊNCIA COMO JORNALISTA “EMBEDDED”

- Em que período esteve incorporado e com que unidades militares?
- Durante quanto tempo esteve incorporado?
- Como é que se proporcionou esta incorporação?
- Quais as pressões a que se está sujeito nesta situação?
- Criam-se laços entre militares e jornalistas?
- Como eram controladas as notícias que escrevia?
- Nesta situação, é possível ser-se completamente objectivo e imparcial?
- Quais as principais diferenças que aponta para uma cobertura em que se está *embedded* e uma em que não se esteja.
 - Na sua opinião, o trabalho de um jornalista *embedded* basta para enquadrar o leitor sobre uma guerra?
 - Hoje escreveria os textos da mesma forma?
 - Na sua opinião, a visão dada pelos jornalistas *embedded* corresponde à realidade do que realmente se está a passar?
 - Concorda com a ida dos jornalistas para a frente de combate? Quais as vantagens que no seu entender esta posição traz ao telespectador/leitor?

2) Tabela de entrevistados

Número do entrevistado	Nome dos Jornalistas	Órgão de Comunicação onde exercia funções	Data da Entrevista	Local
E1	Patrícia Fonseca	<i>Visão</i>	8 de Janeiro de 2013	Lisboa
E2	João Pina	<i>Freelancer</i>	11 de Janeiro de 2013	Lisboa
E3	Micael Pereira	<i>Expresso</i>	13 de Janeiro de 2013	Lisboa
E4	João Almeida	<i>TSF</i>	23 de Janeiro de 2013	Lisboa
E5	Aurélio Faria	<i>SIC</i>	26 de Janeiro de 2013	Lisboa
E6	Henrique Botequilha	<i>Visão</i>	31 de Janeiro de 2013	Lisboa
E7	Emídio Fernando	<i>TSF</i>	Enviada por <i>Email</i>	
E8	Rui Araújo	<i>RTP</i>	15 de Fevereiro de 2013	Lisboa
E9	Paulo Moura	<i>Público</i>	19 de Fevereiro de 2013	Lisboa
E10	Adelino Gomes	<i>Público</i>	20 de Fevereiro de 2013	Lisboa
E11	Tiago Petinga	<i>Lusa</i>	25 de Fevereiro de 2013	Lisboa
E12	José Manuel Rosendo	<i>Antena 1</i>	12 de Março de 2013	Lisboa
E13	Paulo Nunes dos Santos	<i>Freelancer</i>	Enviada por <i>Email</i>	
E14	Cândida Pinto	<i>SIC</i>	12 de Abril de 2013	Lisboa
E15	Carlos Santos Pereira	<i>Lusa</i>	15 de Abril de 2013	Lisboa
E16	Luís Castro	<i>RTP</i>	16 de Abril de 2013	Lisboa

Tabela 1 – Nome dos entrevistados

3) Regras para os jornalistas incorporados publicadas no *The Public Affairs Guidance (PAG)*:

4. GROUND RULES. FOR THE SAFETY AND SECURITY OF U.S. FORCES AND EMBEDDED MEDIA, MEDIA WILL ADHERE TO ESTABLISHED GROUND RULES. GROUND RULES WILL BE AGREED TO IN ADVANCE AND SIGNED BY MEDIA PRIOR TO EMBEDDING. VIOLATION OF THE GROUND RULES MAY RESULT IN THE IMMEDIATE TERMINATION OF THE EMBED AND REMOVAL FROM THE AOR. THESE GROUND RULES RECOGNIZE THE RIGHT OF THE MEDIA TO COVER MILITARY OPERATIONS AND ARE IN NO WAY INTENDED TO PREVENT RELEASE OF DEROGATORY, EMBARRASSING, NEGATIVE OR UNCOMPLIMENTARY INFORMATION. ANY MODIFICATION TO THE STANDARD GROUND RULES WILL BE FORWARDED THROUGH THE PA CHANNELS TO CENTCOM/PA FOR APPROVAL. STANDARD GROUND RULES ARE:

4.A. ALL INTERVIEWS WITH SERVICE MEMBERS WILL BE ON THE RECORD. SECURITY AT THE SOURCE IS THE POLICY. INTERVIEWS WITH PILOTS AND AIRCREW MEMBERS ARE AUTHORIZED UPON COMPLETION OF MISSIONS; HOWEVER, RELEASE OF INFORMATION MUST CONFORM TO THESE MEDIA GROUND RULES.

4.B. PRINT OR BROADCAST STORIES WILL BE DATELINED ACCORDING TO LOCAL GROUND RULES. LOCAL GROUND RULES WILL BE COORDINATED THROUGH COMMAND CHANNELS WITH CENTCOM.

4.C. MEDIA EMBEDDED WITH U.S. FORCES ARE NOT PERMITTED TO CARRY PERSONAL FIREARMS.

4.D. LIGHT DISCIPLINE RESTRICTIONS WILL BE FOLLOWED. VISIBLE LIGHT SOURCES, INCLUDING FLASH OR TELEVISION LIGHTS, FLASH CAMERAS WILL NOT BE USED WHEN OPERATING WITH FORCES AT NIGHT UNLESS SPECIFICALLY APPROVED IN ADVANCE BY THE ON-SCENE COMMANDER.

4.E. EMBARGOES MAY BE IMPOSED TO PROTECT OPERATIONAL SECURITY. EMBARGOES WILL ONLY BE USED FOR OPERATIONAL SECURITY AND WILL BE LIFTED AS SOON AS THE OPERATIONAL SECURITY ISSUE HAS PASSED.

4.F. THE FOLLOWING CATEGORIES OF INFORMATION ARE RELEASABLE.

4.F.1. APPROXIMATE FRIENDLY FORCE STRENGTH FIGURES.

4.F.2. APPROXIMATE FRIENDLY CASUALTY FIGURES BY SERVICE. EMBEDDED MEDIA MAY, WITHIN OPSEC LIMITS, CONFIRM UNIT CASUALTIES THEY HAVE WITNESSED.

4.F.3. CONFIRMED FIGURES OF ENEMY PERSONNEL DETAINED OR CAPTURED.

4.F.4. SIZE OF FRIENDLY FORCE PARTICIPATING IN AN ACTION OR OPERATION CAN BE DISCLOSED USING APPROXIMATE TERMS. SPECIFIC FORCE OR UNIT IDENTIFICATION MAY BE RELEASED WHEN IT NO LONGER WARRANTS SECURITY PROTECTION.

4.F.5. INFORMATION AND LOCATION OF MILITARY TARGETS AND OBJECTIVES PREVIOUSLY UNDER ATTACK.

4.F.6. GENERIC DESCRIPTION OF ORIGIN OF AIR OPERATIONS, SUCH AS "LAND-BASED."

4.F.7. DATE, TIME OR LOCATION OF PREVIOUS CONVENTIONAL MILITARY MISSIONS AND ACTIONS, AS WELL AS MISSION RESULTS ARE RELEASABLE ONLY IF DESCRIBED IN GENERAL TERMS.

4.F.8. TYPES OF ORDNANCE EXPENDED IN GENERAL TERMS.

4.F.9. NUMBER OF AERIAL COMBAT OR RECONNAISSANCE MISSIONS OR SORTIES FLOWN IN CENTCOM'S AREA OF OPERATION.

4.F.10. TYPE OF FORCES INVOLVED (E.G., AIR DEFENSE, INFANTRY, ARMOR, MARINES).

4.F.11. ALLIED PARTICIPATION BY TYPE OF OPERATION (SHIPS, AIRCRAFT, GROUND UNITS, ETC.) AFTER APPROVAL OF THE ALLIED UNIT COMMANDER.

4.F.12. OPERATION CODE NAMES.

4.F.13. NAMES AND HOMETOWNS OF U.S. MILITARY UNITS.

4.F.14. SERVICE MEMBERS' NAMES AND HOME TOWNS WITH THE INDIVIDUALS' CONSENT.

4.G. THE FOLLOWING CATEGORIES OF INFORMATION ARE NOT RELEASABLE

SINCE THEIR PUBLICATION OR BROADCAST COULD JEOPARDIZE OPERATIONS

AND ENDANGER LIVES.

4.G.1. SPECIFIC NUMBER OF TROOPS IN UNITS BELOW CORPS/MEF LEVEL.

4.G.2. SPECIFIC NUMBER OF AIRCRAFT IN UNITS AT OR BELOW THE AIR EXPEDITIONARY WING LEVEL.

4.G.3. SPECIFIC NUMBERS REGARDING OTHER EQUIPMENT OR CRITICAL SUPPLIES (E.G. ARTILLERY, TANKS, LANDING CRAFT, RADARS, TRUCKS, WATER, ETC.).

4.G.4. SPECIFIC NUMBERS OF SHIPS IN UNITS BELOW THE CARRIER BATTLE GROUP LEVEL.

4.G.5. NAMES OF MILITARY INSTALLATIONS OR SPECIFIC GEOGRAPHIC LOCATIONS OF MILITARY UNITS IN THE CENTCOM AREA OF RESPONSIBILITY, UNLESS SPECIFICALLY RELEASED BY THE DEPARTMENT OF DEFENSE OR AUTHORIZED BY THE CENTCOM COMMANDER. NEWS AND

IMAGERY PRODUCTS THAT IDENTIFY OR INCLUDE IDENTIFIABLE FEATURES

OF THESE LOCATIONS ARE NOT AUTHORIZED FOR RELEASE.

4.G.6. INFORMATION REGARDING FUTURE OPERATIONS.

4.G.7. INFORMATION REGARDING FORCE PROTECTION MEASURES AT MILITARY INSTALLATIONS OR ENCAMPMENTS (EXCEPT THOSE WHICH ARE VISIBLE OR READILY APPARENT).

4.G.8. PHOTOGRAPHY SHOWING LEVEL OF SECURITY AT MILITARY INSTALLATIONS OR ENCAMPMENTS.

4.G.9. RULES OF ENGAGEMENT.

4.G.10. INFORMATION ON INTELLIGENCE COLLECTION ACTIVITIES COMPROMISING TACTICS, TECHNIQUES OR PROCEDURES.

4.G.11. EXTRA PRECAUTIONS IN REPORTING WILL BE REQUIRED AT THE COMMENCEMENT OF HOSTILITIES TO MAXIMIZE OPERATIONAL SURPRISE.

LIVE BROADCASTS FROM AIRFIELDS, ON THE GROUND OR AFLOAT, BY EMBEDDED MEDIA ARE PROHIBITED UNTIL THE SAFE RETURN OF THE INITIAL STRIKE PACKAGE OR UNTIL AUTHORIZED BY THE UNIT COMMANDER.

4.G.12. DURING AN OPERATION, SPECIFIC INFORMATION ON FRIENDLY FORCE TROOP MOVEMENTS, TACTICAL DEPLOYMENTS, AND DISPOSITIONS THAT WOULD JEOPARDIZE OPERATIONAL SECURITY OR LIVES. INFORMATION ON ON-GOING ENGAGEMENTS WILL NOT BE RELEASED UNLESS AUTHORIZED FOR RELEASE BY ON-SCENE COMMANDER.

4.G.13. INFORMATION ON SPECIAL OPERATIONS UNITS, UNIQUE OPERATIONS METHODOLOGY OR TACTICS, FOR EXAMPLE, AIR OPERATIONS, ANGLES OF ATTACK, AND SPEEDS; NAVAL TACTICAL OR EVASIVE MANEUVERS, ETC. GENERAL TERMS SUCH AS "LOW" OR "FAST" MAY BE USED.

4.G.14. INFORMATION ON EFFECTIVENESS OF ENEMY ELECTRONIC WARFARE.

4.G.15. INFORMATION IDENTIFYING POSTPONED OR CANCELED OPERATIONS.

4.G.16. INFORMATION ON MISSING OR DOWNED AIRCRAFT OR MISSING VESSELS WHILE SEARCH AND RESCUE AND RECOVERY OPERATIONS ARE BEING PLANNED OR UNDERWAY.

4.G.17. INFORMATION ON EFFECTIVENESS OF ENEMY CAMOUFLAGE, COVER, DECEPTION, TARGETING, DIRECT AND INDIRECT FIRE, INTELLIGENCE COLLECTION, OR SECURITY MEASURES.

4.G.18. NO PHOTOGRAPHS OR OTHER VISUAL MEDIA SHOWING AN ENEMY PRISONER OF WAR OR DETAINEE'S RECOGNIZABLE FACE, NAMETAG OR OTHER IDENTIFYING FEATURE OR ITEM MAY BE TAKEN.

4.G.19. STILL OR VIDEO IMAGERY OF CUSTODY OPERATIONS OR INTERVIEWS WITH PERSONS UNDER CUSTODY.

4.H. THE FOLLOWING PROCEDURES AND POLICIES APPLY TO COVERAGE OF

WOUNDED, INJURED, AND ILL PERSONNEL:

4.H.1. MEDIA REPRESENTATIVES WILL BE REMINDED OF THE SENSITIVITY OF USING NAMES OF INDIVIDUAL CASUALTIES OR PHOTOGRAPHS THEY MAY HAVE TAKEN WHICH CLEARLY IDENTIFY CASUALTIES UNTIL AFTER NOTIFICATION OF THE NOK AND RELEASE BY OASD(PA).

4.H.2. BATTLEFIELD CASUALTIES MAY BE COVERED BY EMBEDDED MEDIA

AS LONG AS THE SERVICE MEMBER'S IDENTITY IS PROTECTED FROM DISCLOSURE FOR 72 HOURS OR UPON VERIFICATION OF NOK NOTIFICATION, WHICHEVER IS FIRST.

4.H.3. MEDIA VISITS TO MEDICAL FACILITIES WILL BE IN ACCORDANCE WITH APPLICABLE REGULATIONS, STANDARD OPERATING PROCEDURES, OPERATIONS ORDERS AND INSTRUCTIONS BY ATTENDING PHYSICIANS. IF APPROVED, SERVICE OR MEDICAL FACILITY PERSONNEL MUST ESCORT MEDIA AT ALL TIMES.

4.H.4. PATIENT WELFARE, PATIENT PRIVACY, AND NEXT OF KIN/FAMILY CONSIDERATIONS ARE THE GOVERNING CONCERNS ABOUT NEWS MEDIA COVERAGE OF WOUNDED, INJURED, AND ILL PERSONNEL IN MEDICAL TREATMENT FACILITIES OR OTHER CASUALTY COLLECTION AND TREATMENT LOCATIONS.

4.H.5. MEDIA VISITS ARE AUTHORIZED TO MEDICAL CARE FACILITIES, BUT MUST BE APPROVED BY THE MEDICAL FACILITY COMMANDER AND ATTENDING PHYSICIAN AND MUST NOT INTERFERE WITH MEDICAL TREATMENT. REQUESTS TO VISIT MEDICAL CARE FACILITIES OUTSIDE THE CONTINENTAL UNITED STATES WILL BE COORDINATED BY THE UNIFIED COMMAND PA.

4.H.6. REPORTERS MAY VISIT THOSE AREAS DESIGNATED BY THE FACILITY COMMANDER, BUT WILL NOT BE ALLOWED IN OPERATING ROOMS DURING OPERATING PROCEDURES.

4.H.7. PERMISSION TO INTERVIEW OR PHOTOGRAPH A PATIENT WILL BE GRANTED ONLY WITH THE CONSENT OF THE ATTENDING PHYSICIAN OR FACILITY COMMANDER AND WITH THE PATIENT'S INFORMED CONSENT, WITNESSED BY THE ESCORT.

4.H.8. "INFORMED CONSENT" MEANS THE PATIENT UNDERSTANDS HIS OR HER PICTURE AND COMMENTS ARE BEING COLLECTED FOR NEWS MEDIA PURPOSES AND THEY MAY APPEAR NATIONWIDE IN NEWS MEDIA REPORTS.

4.H.9. THE ATTENDING PHYSICIAN OR ESCORT SHOULD ADVISE THE SERVICE MEMBER IF NOK HAVE BEEN NOTIFIED.